

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Movimento dos sentidos

O discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2001.

Dissertação de Mestrado

Stella Máris Valenzuela de Oliveira

Porto Alegre, 25 de junho de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Movimento dos sentidos

O discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2001.

Stella Máris Valenzuela de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora:
Prof^a Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre, 25 de junho de 2004.

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Para meus queridos pais Oswaldo Leite de Oliveira e Alayde Valenzuela de Oliveira, primeiros mestres da minha vida, com quem aprendi a conduta ética, a perseverança, a dedicação e o amor. Minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial e carinhoso a minha orientadora, professora Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi, pela dedicação, estímulo acadêmico e por ter me ensinado para além da teoria.

Minha gratidão ao professor Dr. Valdir Morige, pelas relevantes contribuições formuladas no exame de qualificação.

Sou grata às professoras Dra. Márcia Benetti Machado e Dra. Regina Mutti, pela acolhida generosa e crítica e pelas preciosas sugestões bibliográficas.

Sou grata a todos professores, funcionários e colegas do PPGCOM/UFRGS pela oportuna e valiosa convivência acadêmica.

Agradeço ao jornalista Antonio Candido pelas leituras atentas e pelas observações pertinentes.

Meu reconhecimento ao apoio incondicional da minha prima e amiga - a artista plástica Eleonora Graebin, por me ouvir e me estender à mão, sempre.

Agradeço à amiga e arquiteta Helga Pereira, pelo incentivo e apoio durante a realização desta pesquisa.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (...) Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (FOUCAULT, 2001, p. 8, 9, 10).

(...) cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. (BAKHTIN, 2002, p. 66).

(...) é no *non-sens* das representações, que “não se mostram para ninguém”, que se configura o lugar do sujeito que toma posição em relação a elas, aceitando-as ou rejeitando-as, colocando-as em dúvida, etc. Em suma, ‘o sujeito’ se produz *nesse* ‘não-sujeito’ constituído por um amontoado de representações ‘desprovidas de sentidos’, e essa produção é acompanhada precisamente por uma *imposição de sentidos às representações*. (PÊCHEUX, 1997, p. 261 e 262).

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado analisa o discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 18 de abril a 10 de novembro de 2001. Para compreender o funcionamento destes discursos nos amparamos em fundamentos teóricos e em procedimentos metodológicos consagrados pela Escola Francesa da Análise do Discurso e, também, nos cercamos de conceitos de comunicação, política e jornalismo.

Construímos o *corpus* de nossa pesquisa, partindo das 48 edições do jornal Zero Hora subseqüentes às audiências da Comissão Parlamentar de Inquérito e mais a edição relativa à leitura do relatório final dos trabalhos desta Comissão, totalizando 49 exemplares, nas quais foram publicadas 110 matérias informativas sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito. Deste total, subdividimos e classificamos as matérias exclusivas sobre o Partido dos Trabalhadores.

Verificamos que o jornal Zero Hora, no período estudado, construiu um discurso de resistência e de oposição ao Partido dos Trabalhadores e ao poder político instituído no Estado, visando desestabilizar o capital simbólico deste partido - a sua credibilidade. Articulado com veículos da RBS, o jornal interferiu na pauta da CPI da Segurança Pública, fiscalizou as ações do PT, sugeriu rumos ao partido e usou ironias da oposição, no seu discurso jornalístico. A repetição e a disputa política pelas eleições de 2002 também estiveram presentes na discursividade do jornal.

Partimos da perspectiva de que o discurso jornalístico não é um discurso *da* realidade, mas um discurso *sobre* a realidade. Assim, contestamos o mito da objetividade jornalística, embora esta visão ainda domine no campo da comunicação. E nos contrapomos ao argumento da neutralidade no discurso do jornal Zero Hora, utilizando o paradigma de Gaye Tuchman, segundo o qual os jornais e os jornalistas, em busca da imparcialidade jornalística, recorrem a determinados rituais estratégicos para se protegerem das críticas - como ouvir os dois lados, apresentar provas complementares, usar aspas e a pirâmide invertida, na elaboração das matérias jornalísticas.

Identificamos no discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, no período estudado, a existência de pelo menos duas formações discursivas: uma FD-petista e outra FD-antipetista, que em alguns momentos aparecem isoladas e, em outros se misturam e se mesclam. As principais marcas observadas em ambas linhas discursivas são relativas à ética e à democracia. Embora os enunciadores tenham sido múltiplos, o fio condutor destes discursos apontou para uma mesma direção de sentidos e a FD-antipetista se revelou com uma presença mais marcante.

ABSTRACT

This M.Sc. thesis looks into the discourse adopted by the newspaper Zero Hora when referring to the Brazilian Labor Party (Partido dos Trabalhadores, PT), as of the Parliamentary Investigation Commission into Police Department dealings, carried out in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, between April 18th and November 10th 2001. The mechanisms of that discourse were analyzed in light of the basic theory and experimental methods established by the French School of Discourse Analysis, along with verified media, politics and journalism concepts.

Forty-nine editions of the newspaper formed the corpus for this research: 48 following the hearings and the edition reporting on the concluding Commission official report. In total, 110 news reports on the Commission were published, out of which those specifically on the Labor Party were sorted and examined.

The Zero Hora newspaper was seen to have fashioned a discourse of opposition and resistance against PT and the political power instituted in the state, during the period of study. This discourse was designed to destabilize the symbolic asset of PT, i.e., its credibility before the public opinion. The newspaper articulated with other companies from the same media group, interfering with the Commission's agenda and appropriating the ironical manifestations of the opposition in its discourse. It was also observed that the newspaper's discourse re-awoke the specter of the 2002 elections.

In this study, the journalistic discourse is considered not as a discourse of reality, but as a discourse about reality. The myth of objectivity in journalism is contested, although it still prevails in the communication media. The neutrality of the newspaper is argued against using the paradigm formulated by Gaye Tuchman, according to which newspapers and journalists resort to certain strategic practices in order to fend off criticism when searching for journalistic fairness, such as equal attention to both parties, the presentation of parallel evidence, the use of quotation marks, and the manner the lead is conceived.

At least two discourse formations were identified in the Zero Hora newspaper during the period studied: one pro- and one anti-Labor Party. These two discourse formations are at times isolated from or merged into each other, and the main imprints seen are correlated with ethics and democracy. Although the enunciators were several, the discourses were set along a pathway in which the anti-Labor formation prevailed.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E JORNALISMO.....	18
2.1 Campos Sociais.....	25
2.2 Discurso jornalístico.....	31
2.2.1 O mito da objetividade jornalística.....	35
2.2.2 Ritual estratégico.....	42
3 NOVAS DISPUTAS: VELHOS ACIRRAMENTOS.....	49
3.1 Segurança Pública: uma disputa exaustiva.....	52
3.2 Instrumento de controle e de fiscalização.....	54
3.3 CPI da Segurança Pública.....	55
4 ANÁLISE DO DISCURSO COMO LINHA DE INVESTIGAÇÃO.....	67
4.1 Mecanismo ideológico de apagamento da interpretação.....	73
4.2 Denominações.....	76
4.3 Formações discursivas	77
4.3.1 Paráfrase, polissemia.....	79
4.3.2 Interdiscurso e intradiscurso.....	81
4.4 Ilusão discursiva: esquecimentos.....	81
4.5 Condições de produção dos discursos.....	83
4.6 Procedimentos de pesquisa.....	85
5 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS.....	87
5.1 Atuação articulada direciona sentidos.....	87
5.1.1 A Rádio Gaúcha diz e o jornal Zero Hora repete.....	87
5.1.2 O Diário Gaúcho ‘descobre’ e a Zero Hora publica.....	90
5.2 Jornal fiscaliza as ações e sugere rumos ao PT.....	94
5.3 O fantasma das eleições de 2002.....	97
5.4 O acontecimento vira notícia e a notícia vira repetição.....	98
5.5 Ironias utilizadas.....	103
5.6 Rituais estratégicos.....	104
5.6.1 Ouvir os dois lados.....	104
5.6.2 Provas complementares.....	105
5.6.3 Uso judicioso de aspas.....	106
5.6.4 Pirâmide invertida.....	107
5.7 Denominações/nomeações/ palavras relacionadas ao PT/petistas.....	108
5.8 Formações Discursivas sobre o PT.....	110

5.8.1 FD-antipetista.....	112
5.8.2 FD-petista.....	114
5.8.3 FD-híbrida.....	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS	132
Anexo 1.....	133
Anexo 2.....	134
Anexo 3.....	135
Anexo 4.....	136
Anexo 5.....	137
Anexo 6.....	138
Anexo 7.....	139
Anexo 8.....	140
Anexo 9.....	141

1 INTRODUÇÃO

Para os navegantes com desejo de vento,
a memória é um porto de partida.

Os múltiplos sentidos deste enunciado de Eduardo Galeano (s/d) revigoram a minha¹ mente, e estimulam uma memória não tão distante assim. É na memória, termo tão caro para a Análise do Discurso, o lugar onde estão alojadas as razões pelas quais resolvi trabalhar com o discurso do jornal Zero Hora sobre o Partido dos Trabalhadores, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa gaúcha, de 18 de abril a 10 de novembro de 2001 e que agora busco recuperar a parte possível desta minha história. Digo possível, pelos limites impostos pela subjetividade.

O ingresso na universidade redirecionou os sentidos do meu olhar para a vida. Isto aconteceu no final da década de 70. Até então, era uma jovem sem envolvimento político. Não “apenas” pela conjuntura decorrente dos anos da ditadura militar, mas, também, pela ausência de uma tradição cultural no campo da política. Foi assim que comecei a militância² no Partido dos Trabalhadores, e tive a felicidade de conciliar duas grandes paixões: o jornalismo e a política.

¹ Utilizo a primeira pessoa apenas neste início da apresentação, por ser um tanto pessoal.

² O sentido do termo militância empregado aqui está relacionado ao enfoque conceitual desenvolvido pelo ex-deputado Marcos Rolim, quando afirma que: O termo ‘militância’ expressa bem mais do que uma atividade coletiva definida por um objetivo compartilhado. Estamos, na verdade, diante de uma palavra hiper-densa que não apenas descreve um fenômeno, mas porta um conjunto de significados. Assim, é impossível entender o próprio emprego da palavra se não a vincularmos à idéia de ‘causa’, objetivo transcendente que anima ou inspira a ação concreta. A ‘causa’ da militância, entretanto, não é uma causa qualquer. Ainda que possamos

Nos anos 80, o movimento sindical brasileiro rearticulava-se em nível nacional e, aos poucos, descobria a importância do papel da comunicação sindical. Após concluir o curso de Jornalismo na Unisinos, trabalhei na Assessoria de Imprensa do Cpers-sindicato, à época maior sindicato de professores da América Latina, e no começo dos anos 90 fui Assessora de Imprensa do então deputado estadual Marcos Rolim. Novos desafios me conduziram a dirigir uma assessoria própria, na qual, durante três anos, trabalhei para sindicatos, associações de classes, conselhos de categorias profissionais, organizações não governamentais, enfim, entidades com uma visão voltada à construção de um mundo comprometido com o respeito às diferenças sociais e com a valorização dos cidadãos e das instituições democráticas.

Em 1999, quando Olívio Dutra elegeu-se governador do Rio Grande do Sul, retornei à Assembléia Legislativa, desta vez, para trabalhar junto à Assessoria de Imprensa da bancada do Partido dos Trabalhadores, daqui para frente - PT. Os quatro anos do governo petista foram de intensos debates, e os sentidos produzidos nestas disputas protagonizadas pelos atores da política gaúcha foram lidos, interpretados e colocados em circulação pela esfera midiática. Neste período, as forças a favor e contra desataram um rosário de discussões sem fim, levando até mesmo os mais banais dos assuntos à exaustão.

Meu foco de interesse com esta pesquisa é o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT. Busco compreender a leitura de um veículo de referência dominante³ sobre um partido

empregar a expressão em um sentido ‘alargado’ – comumente, por exemplo, como num sentido judicante – a causa da militância é um ‘não-lugar’, um ‘u-topos’ que subordina o presente. Quando falamos em ‘militância’, então, estamos tratando de uma atividade específica, situada no âmbito da dimensão política e **derivada** de uma expectativa utópica. (ROLIM, 1994, p.57).

³ Jornal de referência dominante é um termo utilizado pela professora Christa Berger, no livro ‘Campos em Confronto: a terra e o texto’, inspirada em uma pesquisa sobre “Comunicação e Produção da Realidade, proposta pelo Comitê Internacional de Sociologia, iniciada em 1981, em doze países. São análises sociosemiológicas de jornais que têm em comum funcionarem como ‘referência’ em seus países. Os textos

político reconhecido em níveis nacional e internacional. E esta discursividade teve seu ápice durante os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Segurança Pública – na seqüência CPI - oportunidade em que as palavras em movimento produziram sentidos, que agora me desafiam a esta reflexão científica. Como Paulo Freire, também entendo que “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”. (FREIRE, 1983, p.22).

Quero reportar-me, ainda, à importância do ato de aprender/ensinar. Têm sido tantos os professores nesta trajetória de aprendiz, alguns deles guardados na minha memória. Com a professora Beloni aprendi a ler e a escrever as primeiras letras, no Colégio Imaculada Conceição, em Cachoeira do Sul, lá por 1964. Depois, com outros educadores fui descobrindo o refinamento da leitura, mesmo sabendo ser esta sempre incompleta.

Estas inquietações e desejos me movem em busca de novos conhecimentos e o mestrado é, para mim, um singular passo para, quem sabe, realizar o sonho/utopia de algum dia tornar-me professora universitária e, também, poder contribuir com o processo ensino/aprendizagem de jovens alunos, nesse importante espaço educacional que é a academia. Pois como diz Mário Quintana: “se as coisas são inatingíveis...ora! Não é motivo para não querê-las...Que tristes os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas”. (1980, p.39). Todos esses incentivos me mobilizaram a percorrer trajetos que desembocaram nesta dissertação de mestrado.

encontram-se no livro *El país, o la referencia dominante*, de Gerard Imbert e José Vidal Beneyto (1986), e em *Métodos de analisis de la prensa* (1987)”. (BERGER, 2003, p.47).

O objetivo geral deste estudo é verificar se o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, no referido período, construiu resistência e oposição a este partido político e ao poder instituído no Estado, visando desestabilizar o capital simbólico do PT - a sua credibilidade.

Com os objetivos específicos pretendemos: a) verificar as estratégias de comunicação utilizadas pelo jornal Zero Hora para veicular o seu discurso sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública; b) averiguar as denominações utilizadas por este veículo de comunicação para reforçar o seu discurso sobre o PT, durante o período em estudo; c) identificar as formações discursivas sobre o PT presentes no discurso do jornal Zero Hora, procurando detectar as formações discursivas dominantes.

Através das denominações é possível observar o encontro da língua com a ideologia. As denominações que aqui estamos assinalando são as nomeações que o jornal utilizou para se referir ao PT e/ou a seus integrantes. Nomeações estas que foram estruturadas pelas formações ideológicas dos sujeitos sociais envolvidos com a CPI da Segurança Pública. Vamos analisar, assim, a presença do interdiscurso (memória) no intradiscurso (atualidade), a fim de compreendermos esse processo discursivo.

Sistematizamos nosso estudo em seis capítulos. No capítulo dois, discutimos o enlace entre o campo da comunicação e o campo da política, abordando a interferência da mídia no jogo político. Esta pode atuar tanto como cúmplice do poder instituído, quanto como um instrumento de resistência e oposição a este poder. Na contemporaneidade, a mídia se tornou um palco privilegiado de disputa pelo poder político, e um lugar de incertezas em relação ao futuro da democracia. Também compusemos este capítulo com um debate sobre o discurso jornalístico, entendendo este, não como um discurso *da* realidade, mas como um discurso *sobre* a realidade.

O cenário político propício ao discurso em análise, a conjuntura política estadual, os debates sobre segurança pública e a CPI da Segurança Pública integram o terceiro capítulo da dissertação. O quadro teórico-metodológico, assentado na Análise do Discurso de vertente francesa, está especificado no quarto capítulo e a análise sobre o funcionamento do discurso do jornal Zero Hora sobre o PT consta no quinto capítulo de nossa investigação acadêmica.

Os trabalhos fundamentados na Análise de Discurso francesa não se ocultam atrás de uma pretensa neutralidade científica, pois esta, no nosso entendimento, não existe nem mesmo nas ciências exatas e, tampouco, poderia ser profícua na discursividade, própria da natureza jornalística. Desta forma, o analista de discurso ampara-se em procedimentos teórico-metodológicos que o possibilitam compreender e mostrar os sentidos produzidos pelo movimento das palavras.

Trabalhar com o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT durante a CPI da Segurança Pública requer disposição para transitar por um terreno pantanoso, repleto de teias de relações e de interesses políticos, partidários e ideológicos, visando o centro de poder do Estado do Rio Grande do Sul.

Nos debruçamos sobre este tema instigante, buscando compreender o enlace entre comunicação e política, suas alterações no decorrer da história, suas injunções e seus contrastes na sociedade contemporânea. Nossa intenção também é contribuir com o debate, que tem provocado os pesquisadores do campo da comunicação e de áreas afins a refletir sobre a necessidade de construir um novo paradigma para a instituição jornalismo, no qual a ética, a cidadania e o compromisso com a democracia da informação pautem a atuação profissional.

A CPI da Segurança Pública produziu um dos momentos mais tensos na história política do Estado do Rio Grande do Sul dos últimos 20 anos. Foram 180 dias de embates travados numa arena política-ideológica, em que os sentidos das palavras ditas, e não ditas foram disputados milimetricamente pelos integrantes dos poderes Executivo e Legislativo, e reconstruídos pela esfera midiática.

A conquista do Estado pela Frente Popular - integrada pelo PT, PCdoB, PSB e PCB, por uma estreita margem de votos – reacendeu, com robusto vigor, a chama da bipolarização da cultura política gaúcha. Olívio Dutra venceu Antônio Britto no pleito de 1998, com 2.844.767 votos, compondo, porém, uma restrita base aliada no Parlamento Estadual. Desta forma, governou com minoria na Assembléia Legislativa.

No correr de quatro anos, a maioria oposicionista disparou uma artilharia discursiva contra o governo do Estado e contra o PT, tentando colocar em xeque a sua governabilidade e a sua credibilidade, respectivamente. Esta estratégia avolumou-se nos seis meses de investigação da CPI da Segurança Pública e os personagens de ambos os lados envolvidos com o tema, trocaram acusações, mentidos e desmentidos. No campo da comunicação, o jornal Zero Hora, como um sistema leitor da realidade, foi reconstruindo e direcionando os sentidos de seu discurso jornalístico sobre este acontecimento midiático, que nossa pesquisa se propôs a analisar.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2001, p. 10).

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. (BAKHTIN, 2002, p. 36).

2 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E JORNALISMO

O enlace entre comunicação e política adquiriu novos contornos na modernidade⁴. O universo da política constitui-se de relações contrapostas e antagônicas e a mídia, na contemporaneidade, interfere no jogo político, na governabilidade, tem a capacidade de provocar mudanças, de contribuir para eleger políticos e mantê-los, ou não, no poder. As alterações do conceito de poder, agora não mais restrito ao Estado e o seu funcionamento na sociedade, sofisticaram ainda mais esta reflexão que, por sua vez, se encontra numa zona fronteira de interação interdisciplinar, da qual emergem vozes dissonantes.

Os estudos sobre comunicação e política apresentam um quadro abrangente e diversificado. Enquanto cientistas políticos e sociais tendem a subestimar a importância do papel da mídia na sociedade atual, pesquisadores do campo da comunicação têm uma visão diametralmente oposta. Para alguns, a política está submetida aos ditames da comunicação. Outros, inspirados no pós-modernismo de Jean Baudrillard e Michel Maffesoli, fazem prognósticos ainda mais sombrios, antevendo o fim da política ou sua transmutação em transpolítica. Em oposição ao pensamento dos cientistas políticos e sociais, observa-se aqui uma visão de desprezo pela política e de supervalorização da mídia.

Segundo Rubim (2000), um dos desafios para pensarmos a comunicação na atualidade implica compreendermos o lugar que esta ocupa, sobretudo, na sua versão midiática, pois vivemos numa sociedade estruturada e ambientada pela comunicação e que

⁴ Entendida na acepção utilizada por Antonio Albino Canelas Rubim, em Comunicação e Política, 2000.

foi por ele denominada de uma verdadeira “Idade Mídia”⁵. Outro pesquisador, Gomes (2004), comparando os períodos distintos da investigação sobre o tema argumenta:

De uma literatura segundo a qual há meios à disposição dos agentes sociais e dos governos, passamos vertiginosamente a uma literatura onde a comunicação aparece como campo social predominante que impõe as suas estratégias e linguagem à política e suas opiniões, imagens e agendas ao público. (2004, p. 21).

Pela ótica deste autor (2004), as instituições da comunicação e da cultura de massa deixaram de ser meio entre duas coisas constituindo-se em sistemas consideravelmente autônomos. E há, ainda, outros pesquisadores, que chegam até mesmo a dizer que os *mass media* são os novos partidos políticos na atualidade.

Entendemos, porém, que a imprensa pode ser um instrumento do poder instituído, ou um instrumento de resistência e de oposição a esse poder. E essa relação paradoxal pode pender para um ou para outro lado, dependendo da situação histórica. Conforme Motta (2002, p. 15, 16), “são as condições concretas da luta política local, de cada nação, de cada governo, de cada cidade e de cada povo que vão revelar a tendência do pêndulo político da imprensa”. Este paradoxo reforça a noção de que não existe imprensa sem comprometimentos políticos e ideológicos.

Considerando o poder midiático como um instrumento de influência, de ação e de decisão incontestável, o francês Ramonet (1999) avalia que a mídia já não ocupa mais o “quarto poder” em oposição ao Legislativo, Executivo e Judiciário, como sustenta a clássica definição de Montesquieu. Pela perspectiva de Ramonet, o poder⁶ econômico está

⁵ De acordo com este conceito desenvolvido por Rubim, a Idade Mídia redimensiona e ressignifica a política em três patamares distintos: na telepolítica, isto é, na política realizada em redes eletrônicas, analógicas ou digitais; no aparecimento de novos ingredientes políticos; e na redefinição dos regimes de funcionamento e dos formatos da política realizada em espaços geográficos determinados – aqui apreendidos pela metáfora da “rua” – pela virtualidade da sua possível absorção em redes midiáticas, retidas na noção metafórica de “tela”. (RUBIM, 2000, p. 50 - 51).

⁶ Na contemporaneidade, o poder encontra-se não apenas nas organizações governamentais, mas perpassa as diversas camadas do tecido social e se mantém em constante disputa. A reflexão de Ramonet nos auxilia a

em primeiro lugar, o poder midiático em segundo lugar e o poder político em terceiro lugar. Na avaliação deste autor, o sistema midiático é o aparato ideológico da globalização. “É o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização”. (RAMONET, 2003, p. 246).

A relação entre mídia, economia e globalização também é apontada por Rubim (2000, p. 29), para quem “a convergência entre comunicação, telecomunicações e informática aparece entre os setores econômicos mais dinâmicos do capitalismo na atualidade”. A era digital colocou a mídia como um elemento fundamental desta engrenagem da globalização econômica e cultural, e como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada, para onde estão sendo canalizados os grandes investimentos dos conglomerados transnacionais.

A “revolução” tecnológica, a crise na política, a redefinição do conceito de poder e a expansão do mercado mundial, estão imprimindo novas características na interface entre comunicação e política. Segundo Morin (2003), o capitalismo encontra-se energizado pela expansão informática e a economia mercantil invade todos os setores do humano, da vida e da natureza. “Correlativamente a mundialização de redes de comunicação instantânea (telefonia celular, telefax, Internet) dinamiza o mercado mundial e é dinamizada por ele”. (MORIN, 2003, p. 350).

compreender melhor como o poder se manifesta atualmente. “Há um século, o conflito entre a imprensa e o poder é uma questão da atualidade, mas toma uma dimensão inédita hoje, porque o poder não é mais identificado só ao poder político (o qual, além disso, vê suas prerrogativas roídas pela ascensão do poder econômico e financeiro) e porque a imprensa, os meios de comunicação de massas não se encontram mais, automaticamente, em relação de dependência com o poder político; o inverso é quase sempre o caso. Pode-se até mesmo dizer que o poder está menos na ação do que na comunicação. (...) Quanto a falar do poder, não se pode fazê-lo senão considerando a crise que ele sofre, no sentido amplo do termo, e que é uma de suas características neste fim de século. De um poder vertical, hierárquico e autoritário, estamos passando para um poder horizontal, reticular e consensual (um consenso obtido, precisamente, por meio de manipulações midiáticas). Crise, dissolução, dispersão do poder, só dificilmente se sabe onde ele se encontra. (RAMONET, 1999, p. 39).

Esta conjuntura impulsiona e fortalece ainda mais os grandes empreendimentos transnacionais e o monopólio da comunicação exercido pelas corporações da mídia tem conseqüências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade. Segundo Arbex Jr. (2003), este modelo impede o debate plural e democrático de idéias, torna invisível – quando não “demoniza” – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades. Ao tratar as notícias como produtos sujeitos à lei do mercado, explica o mesmo autor (2003), a mídia recorre ao sensacionalismo, ao sexo e à erotização precoce das crianças, glamouriza o crime e cria estratégias de sedução dos leitores e telespectadores.

Essa profusão de idéias sobre comunicação e política nos permite constatar a existência de reconfigurações teórica e metodológica significativas na confluência destes dois campos, em relação a períodos anteriores. Além disso, os estudos contemporâneos ainda estão fragmentados e pouco definidos quanto a suas direções predominantes. Pesquisadores utilizam expressões como ‘política midiática’, ‘videopolítica’, ‘comunicação e política’, ‘política e espetáculo’, entre uma diversidade de outras denominações/definições, nos estudos relativos ao tema. Tudo isso aponta para uma pluralidade de pensamentos sobre um mesmo assunto.

O atual estágio de debates sobre este tema, no entendimento de França (s/d), não indica com transparência o que se estuda, quais as ênfases e a tendência das pesquisas sobre comunicação e política no Brasil. Gomes (2004) ressalva, porém, que a separação entre as duas comunidades de cientistas políticos e sociais e de estudiosos do campo da comunicação tende a desaparecer devido à intensa interlocução interdisciplinar que vem tomando conta da especialidade neste momento.

Apesar de pontos de vistas divergentes, os pesquisadores tendem a concordar com a existência de uma zona crescente e complicada na interface deste universo da política e da comunicação de massa. De um lado, a “revolução” das comunicações, com a convergência articulada entre comunicação, telecomunicações e informática desembocando na sociedade da informação como a conhecemos hoje e, de outro, as transformações no campo da política inseridas num mundo globalizado de perfil neoliberal. Este cenário compõe um ambiente “apropriado para redimensionar o enlace comunicação e política, enfatizar sua sintonia fina com a atualidade, e desvelar as novidades inscritas em uma relação, afinal, tão antiga”. (RUBIM, 2000, p. 18).

Na modernidade, a mídia transformou-se em palco e objeto privilegiados de disputas pelo poder político e em fonte de incertezas com relação ao futuro da democracia. Lima (2001) observa que além de *substituir* os partidos políticos na função de principais *mediadores* entre candidatos e eleitores nas campanhas eleitorais, a mídia tem desempenhado outras funções que, tradicionalmente, eram atribuídas aos partidos políticos, como definir a agenda de temas relevantes para o debate na sociedade, gerar e transmitir informações políticas, fiscalizar a ação das administrações públicas⁷, criticar as políticas públicas e canalizar as demandas da cidadania⁸ junto aos governantes.

Mas essa relação entre comunicação e política não é nova. Numa visada pelo passado, podemos localizar na Grécia clássica o marco inicial da reflexão acerca da política, da retórica e da prática política. “A noção de política deriva do adjetivo *politikós*,

⁷ Cabe à mídia fiscalizar e criticar as administrações públicas, porém estas atribuições não devem visar o benefício dos próprios veículos de comunicação.

⁸ Como Canclini, também entendemos que as mudanças na maneira de consumir alteraram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. Segundo o autor, “Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertencem e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (CANCLINI, 1995, Editora UFRJ, p.13).

originado de pólis, e se consolida na *Política*, de Aristóteles, obra que inaugura a reflexão sobre essa nova área do saber”. (RUBIM, 2000, p.18). Em busca de um instrumento de convencimento discursivo, os sofistas inventaram a retórica e a política nasceu, “como prática específica de resolução da questão do (poder) político, que requisita a atuação dos cidadãos e o exercício de um debate público para criar e implementar alternativas de governo da sociedade”. (Ibidem, p.18).

Na Grécia clássica, a estrutura da política também tinha limitações. Naquela época, as mulheres, os escravos e os estrangeiros – como não eram considerados cidadãos - ficavam excluídos da pólis, portanto, não podiam usar a palavra em praça pública. A modernidade trouxe consigo relevantes avanços, como o Estado-nação, os parlamentos, os partidos políticos e as eleições.

Com o passar do tempo foi se desenhando uma outra política decorrente das lutas dos trabalhadores, dos movimentos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, enfim das chamadas minorias sociais. “A consagração dos direitos sociais – resultantes destas lutas -, a extensão mais efetiva dos direitos individuais e, mais recentemente, a invenção dos direitos culturais e ambientais, tornam possível configurar uma nova política”. (Ibidem, p.21). E a ampliação da participação dos cidadãos nas instâncias da sociedade potencializou o caráter público da política e dinamizou a disputa pela hegemonia do poder.

Na atualidade, o poder vai penetrando no tecido social até irromper como relação de força em constante disputa, e hoje já se pode falar em diversos poderes, como o poder político, o poder econômico, o poder militar e o poder simbólico, entre outros. Como afirma Rubim (2000, p.9):

A reviravolta contemporânea na compreensão do conceito de poder, ensejada por diversos autores, igualmente atualiza o tema e reivindica sua revisitação em busca dum novo horizonte de sentidos. Michel Foucault, ao afirmar o caráter relacional

do poder, agora formulado como relações que se disseminam por toda a tessitura social, como complexa rede de dispositivos e mecanismos da qual nada ou ninguém escapa, tornou possível localizar o poder não em um ponto específico da estrutura societária – por exemplo, o Estado –, pensá-lo não como algo coisificado, objeto que se possui, sem mais. O poder emerge aqui como relação de força, como prática que se exerce em disputa.

E o campo da mídia é um espaço privilegiado da realização da disputa pelo poder político. Como não lembrar o atentado terrorista às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos; o *impeachment* do ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, em 1992, e a tensão travada entre o campo da comunicação e o campo da política, durante a CPI da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa gaúcha, em 2001. Estes exemplos, cada qual com suas particularidades, reforçam a tese de que grande parte da ação política se dá em relação com a comunicação.

Conforme Gomes (2004), as estratégias eleitorais em particular e as estratégias políticas em geral, supõem uma cultura política focada no consumo de imagens públicas. Estas estratégias requerem competências e habilidades do marketing, da sondagem de opinião, das consultorias de imagem e das assessorias de comunicação, entre outras. Desta forma, explica o autor, os discursos políticos são enquadrados às gramáticas específicas das linguagens dos meios onde devem circular. Ainda na percepção de Gomes (2004), todas estas estratégias políticas, amparadas em dispositivos da mídia, direcionam-se para os públicos que constituem a audiência dos meios de comunicação e formam a clientela que demanda e consome os seus produtos.

Os atores políticos e sociais já compreenderam as novas regras do jogo, segundo as quais, para obter o estatuto de existência⁹ é preciso aparecer na mídia. Para Rubim, “um ato

⁹ É pertinente também lembrarmos a observação da professora Christa Berger sobre estas mudanças que envolvem a mídia e a sociedade, segundo a qual: “ela não é só porta-voz do social; ela faz o social existir, publicizando-o através da visibilidade de um real. Assim, não só o acontecimento cria a notícia, como a

vale politicamente não só pelo efeito induzido nas suas circunstâncias convivenciadas, mas primordialmente pelas repercussões que produz à distância na realidade-mundo, através da mediação operada pela comunicação midiática”. (2000, p.58).

De acordo com o mesmo autor, em busca de “efeitos de mídia”, os sujeitos sociais recorrem à espetacularização, às gramáticas telecomunicacionais, às lógicas midiáticas de representação realidade-mundo e investem em critérios de noticiabilidade. “Eles se inserem, em verdade, nas novas estratégias político-mediatizadas inerentes à política contemporânea”. (2000, p. 59).

Não é demasiado lembrar que mídia e política têm funções distintas na sociedade. Enquanto à mídia compete informar os cidadãos, à política cabe a organização da sociedade, entre diversas outras atribuições. Mas, na prática, temos observado um embaralhamento destes papéis, especialmente quando a mídia interfere na política.

2.1 Campos sociais

Para compreender melhor esta relação entre comunicação e política, nos associamos a autores que trabalham com o conceito de campo, introduzido por Bourdieu. As noções de campo e de capital são centrais, na obra deste sociólogo, que tem estudado os campos artístico e literário, o campo das grandes escolas, os campos científico e religioso, o campo do poder, o campo jurídico e o campo burocrático, por exemplo.

Conforme Bourdieu (1995), pensar em termos de campo implica pensar em termos de relações. Em uma referência à obra de Hegel, o sociólogo observa que o “real é relacional” e sustenta que o que existe no mundo social são relações objetivas que existem

notícia cria o acontecimento. Assistimos, por isso, à produção de eventos com objetivo específico de se tornar notícia ou, ainda, à transfiguração de ações ou pessoas diante das câmeras. Já existe uma “cultura de mídia”, um saber intuitivo que informa grupos (culturais e políticos) de que precisam atravessar a mídia para obter estatuto de existência. (BERGER, 2003, p. 43).

independente da consciência e da vontade individual, como já assinalava Marx. Bourdieu define um campo, como uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições e explica:

Estas posições se definem objetivamente em sua existência e nas determinações que impõem a seus ocupantes, sejam agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (o de capital) – cuja possessão implica o acesso às ganâncias específicas que estão em jogo dentro do campo – e, também, por suas relações objetivas com as demais posições (dominação, subordinação, homologia¹⁰, etc). (1995, p. 64, tradução nossa).

Pela visão de Bourdieu (1995), nas sociedades potencialmente diferenciadas, o cosmo social está estruturado por uma série de microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas, que formam a base de uma lógica e de uma necessidade específicas, que são irredutíveis às que regem os demais campos. Exemplificando, ele diz que os campos econômico e artístico obedecem a lógicas distintas. Enquanto o primeiro valoriza o dinheiro e os negócios, o segundo nega a ganância material.

O autor compara um campo a um jogo, onde são feitas as apostas que, em sua essência, são o resultado da competição e dos conflitos entre os jogadores. Assim como a força relativa das cartas muda de acordo com os jogos, a hierarquia dos diferentes capitais também se modifica nos distintos campos. Os jogadores podem jogar para incrementar ou conservar seu capital, mediante estratégias para desacreditar a subespécie de capital onde se encontra a força de seus adversários, como assinala Bourdieu:

Se verificam numerosas lutas deste tipo no interior do campo do poder; em particular, as dirigidas a apropriar-se de um poder sobre o Estado (...) sobre os recursos econômicos e políticos que conferem ao Estado um poder sobre todos os jogos e as regras que o regem” (1995, p. 66, tradução nossa).

¹⁰ uma homologia pode ser definida como uma semelhança dentro da diferença.

Em um campo tem luta, portanto, tem história. Bourdieu (1995) descarta a possibilidade de um campo ser integrado por partes ou componentes e também se opõe à noção de aparato, que para ele, só existe em casos extremos, como em asilos, prisões e campos de concentração. O que há são subcampos com suas dinâmicas, lógicas e regularidades próprias. “Todo campo constitui um espaço de jogo potencialmente aberto cujos limites são fronteiras dinâmicas, as quais são objeto de lutas dentro do mesmo campo” (Ibidem, p.69, tradução nossa).

Pela ótica de Bourdieu, é através do conhecimento do campo que nós podemos captar o que define a sua singularidade, a sua originalidade, o seu ponto de vista como posição (em um campo), a partir da qual se conforma sua visão particular do mundo e do seu campo. Autônomos, os campos se relacionam de maneira complementar ou competitiva, comportam tensões internas e estão perpassados por dinâmicas próprias, as quais marcam suas configurações e suas relações com outros campos.

Seguindo as noções do sociólogo anteriormente pontuadas, observamos que dentro do campo da política, há subcampos constituídos pelo Estado e por todas as instâncias estatais, onde se encontram os Executivos, os Tribunais, as Casas Legislativas, etc; os distintos partidos políticos, as organizações não-governamentais, entre elas sindicatos, conselhos, associações, clubes de mães e de bairros, por exemplo. Cada um destes subcampos têm suas próprias dinâmicas e comportam suas tensões internas.

Embora o campo da comunicação não tenha sido objeto de estudo de Bourdieu, vem sendo referido por diversos pesquisadores. Aqui encontramos subcampos como os jornais (com suas tensões entre proprietários, editores, repórteres, fotógrafos, diagramadores, leitores e anunciantes), as revistas, as emissoras de rádio e de televisão, o cinema, as redes de informática, as assessorias de comunicação políticas, sindicais e empresariais, etc., as

empresas de marketing, as agências de publicidade e propaganda, os institutos de pesquisas de opinião pública e as relações públicas, entre outros, também enfrentando suas dinâmicas e tensões próprias.

O campo político e o campo da comunicação obedecem a lógicas distintas e, cada qual, têm seu próprio capital. Bourdieu (1995) sublinha que as noções de capital e de campo são estritamente interdependentes. O capital do campo da política é o poder e o capital do campo da comunicação, onde se insere o jornalismo, é a credibilidade. Soma-se a estes um outro capital – o simbólico, que, por ter uma estatura superior, transita por todos os campos. Desta forma, podemos dizer que a credibilidade também é capital simbólico do campo da política.

Pensar a comunicação e a política pela perspectiva de campos autônomos, como já referido, também é uma proposta defendida por Gomes (2004). Para ele, é bem diferente pensar o jornalismo como um instrumento à disposição do Estado, dos partidos políticos, dos proprietários das empresas jornalísticas - de que se servia qualquer uma dessas esferas para fazer chegar as suas mensagens à sociedade – “e pensá-lo como um campo social, com seus sistemas de prestígio e distinção e com as blindagens com que procura se garantir contra todas as esferas que lhes são externas”. (2004, p.57).

Christa Berger (2003, p. 21) segue uma linha de raciocínio semelhante, quando afirma:

Se nas sociedades modernas a vida social se reproduz em campos, que funcionam com relativa independência mas, ao mesmo tempo, atuam combinados, a questão é estudar a dinâmica interna de cada campo e suas interdependências. Um dos aspectos mais instigantes deste conceito é a utilidade para relacionar as diferentes esferas da vida social e deduzir, do caráter geral da luta de classes, o sentido particular que adquire o enfrentamento no interior de um determinado campo.

Mesmo não tendo a finalidade de governar, o campo da comunicação interfere e influencia o ato de governar ao propor temas, providências, soluções, alternativas, ao criticar ações e produzir imagens públicas, que afetam no cotidiano da governabilidade¹¹. Soma-se a isto o fato de que os pleitos¹² legitimam os eleitos, mas não asseguram a governabilidade, que está em constante disputa entre governo, oposição e sociedade. Assim, estes campos se cruzam na sociedade atual e “a governabilidade não pode prescindir e nem se realizar sem a visibilidade pública dos atos de governo, que agregam e garantem legitimidade social ao governo e, em conseqüência, aos governantes”. (RUBIM, 2000, p. 75).

E, neste cruzamento, a credibilidade está em constante disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais, pois é da natureza do jornalismo fazer crer, como diz Berger (2003, p.22):

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta a luta que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho.

¹¹ Partilhamos desta noção de Albino Rubim sobre a governabilidade, segundo a qual o ato de governar implica necessariamente em uma disputa cotidiana acerca do poder de governar. A governabilidade, entendida como conjunto de condições políticas para governar, deve ser pensada como perpassada por um constante embate entre os ocupantes do governo e as oposições, sejam elas: partidos, políticos profissionais e/ou cidadãos. A dialética governo e oposição emerge assim como imprescindível para a realização de uma dinâmica democrática de disputa permanente do poder de governar. (RUBIM *in* BARROS FILHO, 2002, p. 42).

¹² O pleito eleitoral é um importante momento para o fortalecimento das instituições democrática, como observa Albino Rubim: “este momento e procedimento periódico de distribuição social de poder acontece porque em um regime democrático cada cidadão, pelo menos formalmente, detém uma parcela de poder, que se encontra pulverizado na sociedade. Através do instrumento do voto, o cidadão delega parte desse poder ao seu representante político, que, reunindo um conjunto necessário de votos, ganha representatividade para ser guindado a um lugar do governo (executivo, legislativo e, por vezes, judiciário) na sociedade. A idéia de representação – com todas as virtudes e defeitos que contém – aparece aqui como essencial para política moderna e contemporânea”. (RUBIM *in* BARROS FILHO, 2002, p. 42).

Como vimos anteriormente, o campo da comunicação, e dentro dele o Jornalismo, na disputa pela manutenção do seu poder, além de agendar os assuntos sobre os quais os leitores/ouvintes/telespectadores podem/devem pensar, organiza direções de leituras para tais temas, produzindo sentidos que vão se movimentando de acordo com os seus próprios interesses políticos, econômicos e ideológicos.

A matéria-prima do campo do jornalismo encontra-se, privilegiadamente, no campo político. Este é entendido, na perspectiva de Bourdieu, como campo de forças e campo de luta, onde os agentes dos subgrupos estão em constante disputa para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder. Como em todos os campos sociais, o campo político tem seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e suas vanguardas, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução. Os agentes deste campo concorrem produzindo produtos políticos, tais como: problemas, programas, análises, comentários conceitos e acontecimentos para sensibilizar seus “consumidores” que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. Ou seja, também o campo político está para um mercado – mercado da opinião pública – e, por isso, a luta dos agentes (individuais ou coletivos) gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas, que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração. (BERGER, 2003, p. 27).

Em termos discursivos, também podemos dizer que a política é um espaço de luta pela estabilização ou desestabilização da linguagem, ou seja, é a polêmica de um espaço discursivo marcado pelos confrontos e pelos antagonismos existentes entre as formações discursivas¹³. Por esta perspectiva, a mídia funciona como um elemento fundamental na representação e *re-produção* dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução. O cotidiano jornalístico vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicitar os acontecimentos e, nas últimas décadas, vem valorando a importância da ética sobre o político. Desta forma, tem promovido uma desqualificação do político em geral e das políticas partidárias em particular.

¹³ O conceito de formação discursiva será trabalhado no capítulo que trata da metodologia desta pesquisa.

Estas características midiáticas apareceram no discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública, que foi materializado por diversas vozes, através de dizeres marcados sócio-historicamente. Segundo Maria Helena Weber (2000, p. 13), “a política, como as mídias, detém o poder das palavras. Essas carregam a legitimidade de quem as pronuncia e, se adotadas adequadamente como tática, produzem efeitos reais”.

As narrativas jornalísticas utilizaram-se de diferentes denominações para construir o discurso desejado sobre o partido que, naquele momento, comandava a administração estadual. A hegemonia de um discurso jornalístico, no entanto, não significa a existência de um único discurso e, embora a mídia tenha a heterogeneidade como sua característica constitutiva, funciona desambigüizando o mundo e homogeneizando os sentidos que ela própria coloca em circulação. Daí a importância de refletirmos sobre o discurso jornalístico, não como um discurso *da* realidade, mas como um discurso *sobre* a realidade.

2.2 Discurso jornalístico

O discurso jornalístico se faz entre o dizer e o não-dizer. Assim, toda decisão de tornar pública alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. O que é comunicado e o que é suprimido depende do momento histórico específico, das tensões e das disputas políticas, ideológicas e econômicas travadas no interior dos campos envolvidos. “Em cada situação, a inclusão ou a supressão podem ocorrer de forma direta e coercitiva, assim como de forma indireta e sutil, ou seja, ideológica”. (MOTTA, 2002, p. 127).

A seleção de parte do real que vai sair no jornal, nas revistas, nas rádios e nos telejornais começa pela elaboração da pauta, seguindo pela escolha das fontes de informação, pelos cortes e prioridades que os repórteres fazem sobre a realidade, pelos ângulos de cada matéria, pela forma como o real é submetido ao texto, pelos

enquadramentos e ênfases subseqüentes dos diagramadores, dos editores e demais agentes responsáveis pelo processo noticioso.

Todas estas etapas relacionadas à inclusão ou exclusão dos fatos nos noticiários envolvem procedimentos complexos e sujeitos, em todo o seu percurso, a pressões/tensões e a condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos. Desta forma, uma análise mais ambiciosa deve considerar todo este roteiro de decisões, e ainda, ter a clareza de que quando dizemos algo, o que foi dito e o que poderíamos ter dito são partes inseparáveis do que dizemos. A chamada objetividade jornalística faz parte deste percurso e exige um olhar mais atento, como podemos observar:

[...] quando se fala em objetividade, tem-se em mente apenas o texto, ignorando-se não apenas o processo de seleção das informações ali contidas, mas o fato de que um jornal é um conjunto de elementos verbais e não verbais que interagem para a produção de sentidos. Assim, nada se diz sobre a ‘objetividade’ de fotos e ilustrações, muito menos da edição. (...) os meios de comunicação de massa mascaram o processo de construção social que permitiria perceber, na apresentação da ‘verdade dos fatos’, a intermediação discursiva entre sujeito e realidade por meio da linguagem. (MORETZSOHN, 2002, p. 202, 203).

Este processo de reconstrução do real, portanto, é uma das características da mídia, que no seu cotidiano decide através dos valores-notícia sobre “quais as ‘estórias’ que são ‘noticiáveis’ e quais não são, quais as ‘estórias’ que merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais as que são para publicar e quais as que são para eliminar”. (HALL at all, 1993, p. 225).

O jornalismo atua num campo social em que as relações de forças disputam a hegemonia da produção de sentidos. “E é nesta discursivização – um falar *sobre* de natureza institucional – que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito”. (MARIANI, 1998, p. 225). Podemos assinalar com Santos (1998), que parte do que

acontece no mundo, ocorre em silêncio e fora do alcance dos cidadãos. “Quem tem poder para difundir notícias, tem poder [...] de decidir se o seu interesse é mais bem servido por notícias ou por silêncios”. Diante disso tudo, o leitor comum nem sempre tem condições de perceber as redes de filiações de sentidos, os deslocamentos e os re-alojamentos da memória discursiva.

No discurso jornalístico, convivem os sujeitos da enunciação, que são os repórteres, os editores, os diagramadores e os fotógrafos, entre outros, e os sujeitos do enunciado, que são as diversas fontes de informação - matéria prima da notícia. “Apesar de silencioso, o público está presente na cadeia de elaboração do discurso, e é deste silencioso processo de escuta que o discurso da mídia recebe o seu princípio, o seu alimento, a sua razão de ser, o seu sentido”. (RODRIGUES, 2002, p. 218).

Por isso, a natureza do discurso jornalístico é polifônica, ou seja, trata-se um discurso atravessado por múltiplas vozes, por versões variadas e distintas hipóteses de interpretação. Segundo Berger (2003), o discurso jornalístico só existe porque seu conteúdo provém de outros lugares, “já que ele é um discurso de mediação dos campos sociais. Mediação, no entanto, não é passagem de um lado para outro, mas lugar de produção e proposição de sentidos e, assim, construção de determinado registro histórico”. (Ibidem, p. 188).

Não estamos falando sobre um discurso previsível, linear e transparente. Ao contrário, ele foge até mesmo ao controle da linha editorial e das regras sistematizadas em manuais de redação, desliza e produz sentidos. Encontramos nestes discursos um espaço menos visível, onde se alojam os dizeres que possibilitam a antecipação dos sentidos, e os dizeres se antecipam para grudar sentidos onde há um possível outro dizer, como nos alerta Orlandi:

Não é por acaso, penso, que os discursos submetidos a esses mecanismos de des-dizer sejam justamente aqueles que afetam o que temos chamado de ‘esquerda’. Na instância do político, a ‘direita’ sofre um processo de naturalização pelo qual é normal ser-se de direita; a esquerda, ao contrário, é um exercício de alteração do normal, sendo posto como aquilo que pode fazer o mal. Aí, nesse lugar, constituem-se os sentidos da negação da história, separando o Bem do Mal, fazendo com que esse lugar dificilmente possa se significar já que dele podem vir a violência, a destruição da ordem, a falência da paz... (1998, p.10).

Assim, o discurso jornalístico não só reconstrói a realidade, como também intervém no processo político, através de uma gramática de produção própria do contexto e da instituição onde é elaborado. Todo este processo deixa suas marcas e estas vão produzindo e direcionando os sentidos destes discursos, via a organização das notícias (pauta, fontes, texto, diagramação, manchetes de capa, títulos das matérias, fotografias, ilustrações e público) em relação com a exterioridade, com aspectos da instituição e com o momento histórico.

Conforme Berger (2003), o discurso jornalístico carrega uma tensão entre o texto e o contexto, pois o profissional convive em tensão com as suas fontes de informação, com a empresa onde trabalha, com o público e tudo isso ratifica o fato de que as condições de produção destes discursos incluem “a produção, a circulação e o reconhecimento e que, estas, formatam e moldam o modo de dizer as coisas do mundo. Tais condições acham-se, portanto, não do lado de fora do texto, mas, absolutamente inseridas nele”. (Ibidem, 128).

As notícias são elaboradas pelo lugar de um sujeito da enunciação, o qual inscreve as marcas específicas do processo editorial sobre os sentidos que o veículo de comunicação deseja instituir acerca de determinados assuntos. Tudo o que é dito é dito por um sujeito ele mesmo discursivamente constituído e as margens do dizer fazem parte do próprio dizer. Portanto, a noção de sujeito, como assinala Berger, é fundamental para o estudo do jornalismo:

[...] que na sua constituição prevê a interação entre vários sujeitos. Na produção do texto jornalístico convivem o enunciador e o emissor, compondo o sujeito da enunciação. A notícia, por outro lado, ao contar uma história, conta a história de alguém, sujeito do enunciado. E, como não há processo de comunicação que não considere o destinatário, este é constituído no plano semântico para assegurar um determinado contrato de leitura. (BERGER, 2003, p. 20).

Podemos dizer, ainda, que as notícias não narram os acontecimentos como eles são, mas de acordo com o sentido que desejam instituir, pois se trata da reconstrução do real. “Por isso, as notícias são um tipo particular de narrativa mitológica que contam os fatos de acordo com os seus códigos simbólicos próprios, impregnados de significações morais, éticas e políticas”. (MOTTA, 2001, p. 117).

No discurso jornalístico, o acontecimento constitui o referente¹⁴, ou seja, aquilo sobre o que se fala. O acontecimento pode estar no excesso como uma irrupção do funcionamento anormal da norma, na falha por insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos, ou na inversão, no imprevisível. Como define Rodrigues, “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da histórica de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. (1993, p. 27). E quanto menos previsível for, maior probabilidades tem de se tornar notícia e, assim, integrar o discurso jornalístico.

2.2.1 O mito da objetividade jornalística

Talvez nenhuma profissão seja tão cercada de mitos como a do jornalismo. Uma das regras da prática do jornalismo consiste em afirmar que a opinião é livre, mas que os fatos são soberanos. Esta perspectiva preconiza a objetividade jornalística¹⁵. “[...] A noção-chave desta mitologia é a noção do ‘comunicador desinteressado’ aonde o papel do jornalista é

¹⁴ Ver RODRIGUES *in* TRAQUINA, 1993, p. 27

¹⁵ Qualquer discussão sobre objetividade remete, em primeiro lugar, a um tradicional debate no campo da teoria do conhecimento. Desde Kant e, mais recentemente, Husserl e Merleau-Ponty, parece clara a impossibilidade de um conhecimento absolutamente objetivo do mundo, dada a importância da subjetividade na apreensão do objeto e mesmo o propósito do conhecimento. (MORETZSOHN *in* MOTTA, 2002, p. 200).

definido como o do observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais”. (TRAQUINA, 1993, p, 167).

A linguagem, contudo, não é transparente. E os fatos não falam por si, quem fala é quem os identifica como importantes como notícia. Argumentar que os fatos falam por si é uma forma de apresentá-los como neutros, objetivos e imparciais. A reivindicada objetividade jornalística esconde/mascara o trabalho de produção do sentido da notícia. Desta forma, a fotografia, o rádio, as imagens televisivas e o “ao vivo” passam a sensação do acontecimento acontecendo justamente naquele momento. E o público, muitas vezes, não consegue perceber as marcas da instituição jornalística aí inscritas. É preciso, então, reconhecer a dimensão política desta atividade, que é de natureza ética e se reflete tanto na representação da profissão, quanto na produção do sentido da informação.

A concepção de objetividade no discurso jornalístico ainda é dominante no campo da comunicação e tem dois momentos históricos distintos: o primeiro momento, em meados do século XIX, assinala o surgimento do jornalismo informativo, o qual fundamentava-se na idéia de que, se fossem separados os fatos dos valores e as informações das opiniões, seria possível chegar à verdade e, conseqüentemente, à descrição dos acontecimentos tal como eles aconteceram. O segundo momento histórico localiza-se no século XX, quando despontou o conceito de objetividade em jornalismo, nos Estados Unidos, nos anos 20 e 30.

Do estilo panfletário dos jornais do final do século XIX, o jornalismo enveredou para o factual e passou a adotar dispositivos suscetíveis de objetivar o seu discurso, como o recurso das aspas, da responsabilização de fontes pelas citações, da utilização de provas complementares e da pirâmide invertida. A estrutura das matérias jornalísticas se assemelha a uma pirâmide invertida. A parte principal desta pirâmide invertida é chamada de *lead* ou de abertura da matéria.

Neste espaço privilegiado do texto jornalístico, devem constar os fatos mais importantes, que possibilitem o leitor se deparar, de antemão, com um resumo da notícia. Para elaborar esta síntese de abertura, os profissionais utilizam a estrutura do *lead*, que deve responder àquelas seis perguntas fundamentais do jornalismo: o que, quem, quando, onde, como e por quê. As informações complementares são arroladas na seqüência da matéria. Entre os recursos que visam atingir a objetividade jornalística, o *lead* é o mais delicado/problemático, pois a seleção não é um procedimento objetivo, porque envolve juízo de valor.

O mito da objetividade só começou a ser questionado nos anos 70. Se não existe objetividade nem mesmo nas ciências exatas e naturais, como, então, poderia haver no jornalismo? Desta forma, a definição da pauta, a redação do texto e a sua edição não são procedimentos objetivos. Além disso, a percepção e o real não podem ser reportados com fidelidade, por meio de palavras, pois a língua não é apenas estrutura, mas, sobretudo acontecimento e condição de possibilidade do discurso. A observação de Traquina é esclarecedora:

A ideologia da objectividade reforça um ‘empirismo ingênuo’ ainda reinante no campo jornalístico, onde as notícias são vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real, bastando ao jornalista ser o espectador do que se passa transmitindo-o fielmente. A metáfora, habitualmente evocada no campo jornalístico, do jornalista como ‘espelho’, reflete bem esse conceito do jornalista como um simples mediador cuja existência se suprime quando o acontecimento é ‘reproduzido’ na notícia. (1993, p. 168).

Como ainda é um conceito dominante no campo jornalístico, o mito da objetividade em jornalismo instiga vigorosos debates entre os pesquisadores da área e produz opiniões variadas e contraditórias sobre o tema. Guerra (2000), por exemplo, indaga-se “para que serviriam os relatos diários com a pretensão de relatar fatos reais, se ninguém acreditasse na realidade dos fatos”, e faz as seguintes ponderações sobre a mediação jornalística:

O trabalho de mediação jornalística, portanto, se propõe estar onde o público não pode, por diversos e óbvios motivos que não cabe aqui desenvolver, e pressupõe igualmente uma credibilidade que não pode estar sob dúvida. Afinal, a atividade jornalística só funciona se o público depositar sua confiança no trabalho de mediação realizado. Como regra geral, isso pode ser formulado a partir do imperativo ético fundante do jornalismo. Nesse caso, a instituição jornalística, uma das experiências mais importantes de socialização nas sociedades contemporâneas, tem no imperativo ético um vínculo entre profissionais e público que dá sentido à prática. (Ibidem, p. 5 e 6).

Pela perspectiva deste autor, ao colocar a objetividade em xeque, coloca-se também em dúvida a plausibilidade do imperativo ético e, conseqüentemente toda a lógica da mediação cai por terra. Porém, não estamos trabalhando pela perspectiva dos meios de comunicação, mas de campos sociais. Segundo Guerra (2000), os jornalistas sabem identificar o que pode lhes render uma manchete. De acordo com o ponto de vista deste autor, a seleção do valor-notícia em nada prejudica a objetividade do discurso jornalístico. Por esta perspectiva, os valores-notícia apenas distinguem uns fatos de outros em função do interesse da clientela.

Tal ponto de vista, no entanto, não considera o fato de que a informação é o que é possível mostrar, o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido. Para obter o estatuto de notícia, um fato passa por uma negociação que envolve o próprio acontecimento e seus atributos e algumas exigências decorrentes da natureza do trabalho jornalístico. Em algumas situações, os jornalistas não estão conectados com os fatos, mas com as falas das fontes de informações. E os discursos jornalísticos, por sua vez, não estão soltos, mas envoltos por um instrumento (jornal, rádio, televisão, revista), que pertence a uma determinada instituição. Portanto, esta relação entre texto e contexto não pode ser desconsiderada.

Podemos dizer com Mouillaud (2002, p. 35), que “o dispositivo não é um ‘suporte’, mas uma ‘matriz’ que impõe suas formas ao texto e que promover uma imagem ou uma

informação é destacar do real uma superfície que vêm à frente com relação a um fundo sem imagem”. Ainda pela ótica do mesmo autor:

É necessário sobrecarregar o ‘eis aqui o que você deve ver ou saber’ de um “existe algo que você não saberá”. Parece-nos que toda e qualquer informação engendra o desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa; inicialmente, porque pro-duzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso (a vitrine mostra e esconde, a palavra diz e não diz): um invisível que não pode ser mais destacado do visível; o avesso de um tecido não o pode ser de seu direito. (2002, p. 39).

Seguindo esta perspectiva podemos assinalar que os jornalistas não têm acesso à realidade em si, mas a manifestações da realidade. O que estes profissionais fazem é elaborar um discurso que constitui, ele próprio, uma construção/reconstrução sobre a realidade. Os jornalistas, então, não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção/reconstrução da realidade. Conforme Traquina (1993, p. 168), “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias *acontecem* na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”.

Além dos jornalistas saberem o que dizer e dominarem as regras de como dizer, não se pode negar a existência de um significado político e ideológicos, inerente ao modo de dizer. “Toda a apreensão do real passa necessariamente pelo filtro semântico e ideológico da linguagem”, observa Elhajji. (2002, p. 121).

As notícias narram os acontecimentos, mas não são construídas unicamente pelos fatos relativos ao acontecimento. Ao serem produzidas, as notícias transcendem os acontecimentos reais, pois seus textos se impregnam de conteúdos culturais e simbólicos pré-existentes. A própria escolha do fato a cobrir, a seleção das fontes, sua hierarquização e

seu ordenamento direcionam a natureza das informações que compõem as reportagens, e o sentido que daí será liberado e colocado em circulação.

As notícias, portanto, resultam de um processo de produção, que passa pela percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Este processo tornou-se ainda mais complexo, pois “enquanto outrora eram os jornalistas que iam à procura das notícias, actualmente são as notícias que ‘procuram’ os jornalistas”, (WOLF, 2002, p. 218). E mais, a “interação de procedimentos de recolha e de valores/notícia reflecte-se também na interdependência existente entre as fases de recolha e as fases de estruturação do material. Os dois processos funcionam simultaneamente”, (Ibidem, p. 219 e 220). Assim, as notícias mesmo na forma de discursos indireto e impessoal podem ser entendidas como um produto cultural e ideológico, que se relaciona com outras formas culturais e ideológicas pré-existentes para produzir sentidos:

[...] se o discurso impessoal produz uma impressão de sério, de objetividade e de neutralidade, na verdade, é o quadro perfeito para a manifestação de todo tipo de ideário doutrinário e dogmático, pois por seu modo enunciativo frio e sistemático, ele limita as possibilidades interpretativas do leitor e lhe dita uma visão do mundo única e unidirecional. Já o modo de enunciação direto e pessoal, como se viu com a chamada “nova antropologia”, mesmo se não é uma garantia absoluta contra as manipulações lingüísticas, pode ter um profundo significado político-ideológico que nega a existência de uma verdade única, absoluta e universal, rejeita a ilusão de neutralidade e chama a atenção do leitor para a falsidade de todo discurso (seja ele político ou científico) que pretende objetividade e imparcialidade para impor sua ideologia própria. (ELHAJJI, 2002, p. 129 e 130).

Os discursos jornalísticos se fazem com bases em competências que orientam o seu processo pragmático de produção de sentidos e desta forma, extrapolam a sua função social. Conforme Fausto Neto (2002), não se trata apenas de um “fazer saber” aos leitores sobre o mundo da atualidade, pois na esfera do sentido, estes discursos operam suas intencionalidades, via a enunciação. E ao instituir enquadramentos em torno dos quais o público deve se orientar, estes dizeres vão além dos relatos jornalísticos e se transformam

num fazer, que aponta para uma conseqüência. Segundo Berger (2003, p. 26) aponta para “[...] um futuro discurso de confirmação ou transformação da visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”.

Já dissemos que uma parte relevante do discurso jornalístico se nutre de materiais fornecidos pelas fontes de informação e, agora, acrescentamos que a relação entre os jornalistas e as fontes é protegida pela Lei de Imprensa, que concede o direito ao profissional de, mesmo diante de tribunais, não revelar a identidade da sua fonte de informação. Refletindo sobre a relação entre jornalistas e fontes de informação, Traquina (1993) observa que estes profissionais sabem que as fontes não são desinteressadas e para acreditar na fonte é preciso que ela prove a sua credibilidade.

Traquina (1993) chama a atenção também para a convenção da ‘credibilidade da autoridade’, que tem a ver com o status do informante, ou seja, a posição empírica que a fonte ocupa na sociedade, pois esta confere credibilidade à informação. Desta forma, algumas pessoas, pelo cargo que ocupam, sabem mais do que outras pessoas. Por isso, os jornalistas preferem o presidente ao vice-presidente, o diretor ao secretário de uma determinada instituição, e assim por diante.

Os agentes sociais, porém, têm acessos diferenciados na mídia, e nem todos se constituem em fonte de informação. Não basta ser deputado, vereador ou presidente de uma organização para ser fonte crível. Além disso, há complicadores nesta relação, particularmente quando o jornalista estabelece uma relação de interdependência com a sua fonte, quando as notícias são apresentadas de forma divorciada/apartada de seu contexto de produção e quando o jornalista cita a fonte, sem indicar como uma certa pergunta provocou uma determinada resposta.

Nas suas matérias e reportagens, os jornalistas contam histórias sobre as fontes, ou embasadas nas informações concedidas por elas. Os relatos de acontecimentos noticiosos, então, são ‘histórias’. Para Tuchman (1993), dizer que uma notícia é uma ‘história’ não é, de modo nenhum, rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Ao contrário, nos alerta para o fato da notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída. Sendo assim, o conceito de objetividade jornalística entra em contradição, pois a objetividade não é uma característica de um qualificado contador de histórias. “Contudo, os jornalistas irão reclamar simultaneamente estes dois aspectos para o seu trabalho. Eles são objetivos e contam-nos ‘histórias’. Os dois valores estão em conflito”. (ROSEN, 2000, p.146). Por todas as questões até aqui descritas, nos contrapomos ao conceito da objetividade jornalística, que ainda domina no campo.

2.2.2 Ritual estratégico

Complementando esse percurso, nos cercamos do ensaio¹⁶ do sociólogo Tuchman (1993), no qual ele analisa três fatores que ajudam um jornalista a definir um ‘fato objetivo’: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. Segundo o autor (1993), a forma abrange aqueles atributos da notícia e dos jornais que exemplificam o processo noticioso, como o uso de aspas. O conteúdo contempla as noções da realidade social, que os jornalistas consideram como adquiridas, e também está relacionado com as relações interorganizacionais do jornalista, pois as suas experiências com essas organizações os levam a tomar por certas algumas coisas acerca delas.

¹⁶ O ensaio cita dez artigos de jornal. Nove correspondem aos artigos de um jornal diário metropolitano com circulação de cerca de 250.000, onde o sociólogo atuou como observador participante. E o décimo artigo foi retirado de um livro sobre práticas noticiosas (Rivers, 1967).

Segundo Tuchman (1993), a objetividade pode ser vista como um ritual¹⁷ estratégico para proteger os jornalistas dos riscos da sua profissão, incluindo aí as possíveis críticas. Pela natureza desta profissão, os jornalistas precisam tomar decisões rápidas em todas as etapas da produção das notícias que serão divulgadas. Por isso, necessitam de noções operativas de objetividade, a fim de minimizar os riscos decorrentes dos exíguos prazos de entrega das matérias e reportagens, das reprimendas dos superiores e dos eventuais processos difamatórios.

Neste ensaio onde analisa dez artigos de jornais, o sociólogo aplicou um modelo contendo quatro rituais estratégicos visando “garantir”, pelo menos em tese, a objetividade jornalística: a) ouvir os dois lados; b) apresentar provas complementares; c) usar aspas; d) usar a pirâmide invertida.

a) ao ouvir os dois lados, o jornalista diz que foi objetivo e deixa para o leitor decidir quem disse a ‘verdade’ sobre os fatos. Os leitores podem não ser confrontados com os diversos pontos de vistas acerca de uma mesma notícia num só dia, mas ao longo de um certo período de tempo em que ela estiver em pauta. “[...] muitas vezes o equilíbrio é muito mais uma fuga à verdade do que um caminho na sua direção. É uma forma de negar a sua responsabilidade em relação ao problema da verdade no seu todo”. (ROSEN, 2000, p. 142).

b) há ocasiões em que os jornalistas conseguem obter provas auxiliares para ilustrar uma determinada afirmação e estes documentos, fotos, gravações de som e imagens geralmente são aceitos como verdadeiros.

c) pelo uso judicioso de aspas, o autor explica que ao inserir a opinião das fontes de informação, os jornalistas acreditam que deixaram de participar da notícia e que deixaram

¹⁷ Neste caso, o autor utiliza ritual como um procedimento de rotina que tem pouca relevância ou uma relevância tangencial para o fim procurado.

os fatos falarem por si só. “Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa”, salienta Tuchman (1993, p. 82). Além disso, os jornalistas também vêm as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Conforme Tuchman:

A asserção dos jornalistas de que ‘os factos falam por si’ é esclarecedora. Esta expressão implica uma distinção quotidiana entre os ‘factos expressivos’ e o repórter (orador, bisbilhoteiro, etc.) que fala pelos ‘factos’. Se o repórter decidir falar pelos ‘factos’, ele não poderá afirmar-se objectivo, ‘impessoal’, ‘imparcial’. Naturalmente, é assunto assente, do ponto de vista sociológico, de que os ‘factos’ não falam por si. Por exemplo, Shibutani (1996) demonstra que a avaliação e a aceitação de ‘factos’ está extremamente dependente dos processos sociais. (1993, p. 81).

d) a estrutura da informação numa seqüência apropriada, ou seja, o uso da pirâmide invertida também é um procedimento utilizado com vistas à objetividade jornalística. Como já observamos, segundo este mecanismo, as informações mais importantes abrem a notícia respondendo as perguntas do *lead*: quem, o quê, quando, onde, por quê e como. A pirâmide invertida em relação aos outros três atributos formais é, para Tuchman (1993), o aspecto mais problemático da reivindicada objetividade jornalística, pois o profissional é o responsável pela formulação do *lead*. Os jornalistas podem alegar que mostraram pontos de vista distintos, que eles se limitaram a recolher as provas suplementares e que as citações e as informações entre aspas correspondem às opiniões das fontes. Mas quanto ao *lead*, Tuchman diz:

Todavia, mesmo que um repórter possa, inconscientemente imiscuir-se, nas idéias dos seus editores ao escolher um *lead*, submetendo-se assim à política da empresa, ele é que é a pessoa responsável pelo *lead* da notícia. Não pode dizer que a escolha pertence a outra pessoa qualquer. O repórter só pode invocar o profissionalismo e afirmar que o *lead* é validado pelo *news judgement*. A invocação do *news judgement* (perspicácia profissional) é uma atitude inerentemente defensiva, pois o *news judgement* é a capacidade de escolher ‘objectivamente’ de entre ‘factos’ concorrentes para decidir quais os ‘factos’ que são mais ‘importantes’ ou ‘interessantes’. “Importantes’ e ‘interessantes’ denotam conteúdo. (1993, p. 83).

Todos estes rituais estratégicos nos mostram que a objetividade tem uma astuciosa habilidade de desvalorizar e de desviar qualquer crítica, o que é prejudicial para a credibilidade jornalística, pois elimina a possibilidade de aprender/conviver com a crítica. “Este é provavelmente o efeito mais nefasto e insidioso da objectividade. Produz um gênero de crítica que é facilmente contornável pelos próprios jornalistas, o que é uma forma de viver sem crítica”. (ROSEN, 2000, p. 143). E talvez o maior desafio acerca deste mito seja o de se saber o que vai substituí-lo.

Para Rosen (2000), a solução está em abandonar aquele velho conceito, segundo o qual a objetividade advém da imparcialidade e da distância e adotar uma nova teoria da credibilidade. Nesta, a credibilidade é alcançada porque se está preocupado, porque se está interessado, porque se importa com o que se passa na comunidade. Por isso, o que se faz como jornalista é importante. A solução para esta questão, na visão de Rosen, está na democracia. Ele argumenta:

Desde que os jornalistas assumam que democracia é o que nós temos, continuarão a confiar na objectividade, e a sofrer da fraqueza deste conceito. Mas se puderem encontrar uma forma de ver a democracia como algo que fazemos, ou ainda melhor, como algo que temos de criar, de re-inventar, de re-imaginar, então estarão no seu caminho para uma nova abordagem. Chamo ‘jornalismo público’ a uma teoria e a uma prática que reconhece a suprema importância que tem o melhorar a vida pública. (2000, p. 149).

Partindo da perspectiva de que os jornalistas fazem coisas e não ‘descobrem’ coisas, Rosen (2000) assinala que o jornalismo é uma das mais importantes artes da democracia, e que o seu objetivo final não é fazer notícias, reputações ou manchetes, mas fazer a democracia funcionar.

Resta-nos acrescentar, ainda, que a crença na objetividade jornalística é de natureza ideológica, e como diz Souza (s/d), a impossibilidade de alcançá-la não pode servir de álibi para o jornalista fazer o que quer, como quer, quando quer. Não existe objetividade no

discurso jornalístico. Todo discurso é subjetivo. Mas isto não implica abandonar o compromisso com a realidade, com a função social e com ética profissional. “O discurso não é uma das funções entre outras da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento”. (RODRIGUES, 2002, p. 217).

O interesse de nossa pesquisa é pelo discurso do jornal Zero Hora sobre o PT durante a CPI da Segurança Pública, um veículo de referência dominante no Rio Grande do Sul, que pertence à Rede Brasil Sul, maior rede de televisão regional da América Latina. Fundada em 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho, a RBS opera com 17 emissoras afiliadas à Rede Globo, duas emissoras de TV local, 22 emissoras de rádio, seis jornais, além de internet, serviço de informação e uma fundação social.

Segundo dados da própria empresa, todos os jornais do grupo (Zero Hora, Diário Gaúcho, Pioneiro, Diário de Santa Maria, Diário Catarinense e Jornal de Santa Catarina), ocupam a liderança em leitura nos mercados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde circularam. As pesquisas comprovam a supremacia da RBS no Rio Grande do Sul, mas não a preferência dos gaúchos. Pois, conforme Berger (2003), não há preferência quando não há opção.

O Correio do Povo, jornal de tradição no Estado, registra o maior número de assinantes no Rio Grande do Sul e tem uma tiragem diária de 200 mil exemplares. Já o jornal Zero Hora responde pela maior vendagem avulsa e tem uma tiragem de 180 mil exemplares de segundas-feiras aos sábados e 240 mil exemplares no domingo, o que corresponde a uma média diária de 210 mil exemplares, superando em 10 mil exemplares a tiragem do Correio do Povo.

Estudar o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública permite interrogar-nos sobre a conjuntura estadual daquela ocasião, oportunidade

em que o jogo político encontrou um campo fértil à produção e à manutenção de discursos antagônicos e contrapostos, como veremos a seguir.

No domínio do político, o discurso midiático ora normaliza e arrefece, ora revoluciona e aquece a luta pela detenção do exercício do poder. (RODRIGUES, 2002, p. 227 e 228).

3 NOVAS DISPUTAS: VELHOS ACIRRAMENTOS

A Frente Popular venceu as eleições, em 1998, com uma estreita margem de votos. O fato do PT, PCdoB, PSB e PCB terem sido alçados ao comando do poder estatal - reacendeu, com robusto vigor, a chama da bipolarização da cultura política gaúcha, originária dos tempos de Chimangos e Maragatos, facções de conservadores e de liberais da Revolução Farroupilha, de 1835. Durante a mais longa guerra civil da história do país¹⁸, os oficiais gaúchos postaram-se contra o centralismo do império, pleitearam justiça tributária e clamaram pela autonomia das províncias.

O envolvimento de grande parte dos gaúchos nas disputas político-partidárias expressa uma particularidade do Rio Grande do Sul em relação aos demais entes federativos. Esta característica do Estado decorre, *a priori*, do fato de sempre ter havido, majoritariamente, duas propostas políticas em jogo. Tais propostas, porém, não constituem blocos políticos homogêneos e, em alguns momentos, estas forças se misturaram através das distintas coligações partidárias.

No século XIX, uma parte do Rio Grande do Sul era conservadora e a outra liberal. Quando os outros entes federativos tinham liberais, os gaúchos sustentavam os conservadores. Quando todos se postulavam republicanos, o Rio Grande do Sul se mostrava federalista. Depois vieram os libertadores.

Do Império à República, o Rio Grande do Sul teve uma experiência singular no Brasil, com Julio de Castilhos. Mais tarde com Borges de Medeiros e, depois com o trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. De certa forma, o Partido

¹⁸ A Revolução Farroupilha foi de 20 de setembro de 1835, quando os rebeldes farroupilhas atravessam a ponte da Azenha em Porto Alegre, até a assinatura do Tratado de Ponche Verde, em 28 de fevereiro de 1845.

dos Trabalhadores ocupou um pouco desse espaço. A alternância¹⁹ de partidos/coligações partidárias no comando do Palácio Piratini também é outra característica da cultura política gaúcha.

No pleito de 1998, Olívio Dutra venceu Antônio Britto com 2.844.767 votos, compondo, porém, uma restrita base aliada no Parlamento Estadual: 12 dos 55 deputados com assento na Assembléia Legislativa gaúcha, sendo 11 deputados do PT e uma deputada do PCdoB. No início do governo, o PDT integrou a bancada governista, mas rompeu no segundo ano da legislatura, somando-se aos opositores. E o PSB, embora compusesse a administração estadual, teve, no Parlamento um perfil oposicionista e vida curta, pois seu único representante transferiu-se para o PPS em 1999, e acabou acolhendo, no terceiro ano da legislatura, outros cinco deputados oriundos do PMDB. A oposição, então, reunia 43 parlamentares, sendo 11 do PPB – posteriormente transformado em PP, cinco do PMDB, 10 do PTB, sete do PDT, dois do PFL, dois do PSDB e seis do PPS.

¹⁹ Em 1982, o PT concorreu pela primeira vez ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Este pleito transcorreu num contexto de multipartidarismo, porém com proibições de coligações partidárias e com a imposição do voto vinculado. Tal mecanismo favoreceu a vitória do PDS. Jair Soares elegeu-se governador com 34,10%. O PMDB alcançou 33,50% com seu candidato Pedro Simon. O PDT atingiu 20,42%, tendo como candidato Alceu Collares. E o candidato Olívio Dutra do PT ficou com apenas 1,32% dos votos do eleitorado gaúcho.

Em 1986, o PMDB elegeu Pedro Simon governador do Rio Grande do Sul, com um total de 41,68%, contra 23,65% da coligação PDT-PDS que teve como candidato Aldo Pinto. Pelo PFL, Carlos Chiarelli atingiu 10,87%. Pelo PT, Clóvis Ilgenfritz fez 5,33%. E Fulvio Petracco pelo PSB chegou a 5,28%.

A ‘Frente Progressista Gaúcha’, uma coligação aglutinando PDT, PCdoB e PSDB garantiu a vitória de Alceu Collares, nas eleições de 1990 para o governo estadual. O pedetista venceu por 45,66% a 28,99%, o seu adversário Nelson Marchezan, que concorreu pela ‘União por um Novo Rio Grande’, uma coligação entre PDS, PL, PFL e PRN. Como o PMDB obteve somente 15,96% dos votos no primeiro turno, acabou excluído do segundo turno eleitoral. O PT avançou em relação ao pleito anterior, ficando com 7,9% dos votos no primeiro turno do sufrágio universal.

Outra eleição disputada palmo a palmo para o governo do Estado foi a de 1994. Antônio Britto pelo ‘Movimento Rio Grande Unido e Forte’, uma coligação entre PMDB, PL e PSDB, venceu por 52,2% a 47,8% dos votos, o candidato Olívio Dutra que concorreu pela Frente Popular (PT, PSTU, PPS, PSB, PV e PCdoB). Quatro anos mais tarde, nas eleições de 1998, os mesmos candidatos voltaram novamente a se confrontar num pleito ainda mais corrido. Olívio Dutra disputou pela ‘Frente Popular’, uma coligação entre PT, PSB, PCdoB e PCB e, Antônio Britto pelo ‘Rio Grande Vencedor’, reunindo PMDB, PSDB, PFL, PPB, PL e PTB. No segundo turno eleitoral, com o apoio do PDT, PTN, PPS e PV, Olívio Dutra venceu Antônio Britto com 49,49% dos votos.

Como vimos, os confrontos no campo político por estas plagas não são novos, mas sem dúvida foram potencializados e levados à exaustão durante o governo da Frente Popular. O clima tenso da campanha eleitoral estendeu-se à cerimônia de posse. Ressentido com a derrota, o ex-governador Antônio Britto quebrou a tradição de passar o cargo a seu sucessor, viajou para a Espanha, deixando este protocolo aos cuidados de seu vice-governador, Vicente Bogo. A animosidade entre situação e oposição perdurou ao longo dos quatro anos do governo Olívio Dutra e estimulou a oposição a disparar uma pesada artilharia discursiva contra o Palácio Piratini e contra o Partido dos Trabalhadores²⁰.

Neste período, a perspectiva do próximo pleito eleitoral para o governo do Estado e para a presidência da República teve relevante peso nas disputas pelo poder governamental do Rio Grande do Sul e se evidenciou durante da CPI da Segurança Pública. As forças oposicionistas temiam a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que tentava o Palácio do Planalto pela quarta vez consecutiva e ocupava lugar de liderança nas pesquisas de opinião pública sobre a intenção de votos dos brasileiros.

Através de uma coalizão de diversas agremiações políticas, Lula venceu o pleito de 2002 e assumiu a presidência da República em 1º de janeiro de 2003. Confirmando a tradição regional, estas eleições foram bastante acirradas no Rio Grande do Sul e geraram

²⁰ Com o fim do bipartidarismo, irrompe no cenário político partidário brasileiro uma agremiação de proposta diferenciada, que contribuiu para a redemocratização do país. Ao longo de sua existência não foram poucos os entraves travados pelo partido, tanto no campo político, como no campo da mídia. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, numa assembléia realizada no Colégio Sion, em São Paulo. O ‘novo sindicalismo’ introduziu um ator político estranho ao conjunto das forças conservadoras e liberais que, até então, eram os únicos protagonistas da transição. A formação do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir deste movimento, pouco tempo mais tarde, provocaria uma mudança significativa da competição partidária, devido a seu caráter mais ideológico e societário, pois é o único partido que não foi formado por dissidências e realinhamentos no seio das elites políticas e que não centra sua ação no acesso às benesses do Estado. (ARTURI, 1995, p. 19, apud SOUZA, 1988, p.571).

alternância no poder estatal. O candidato do PT, Tarso Genro acabou derrotado pelo PMDB, que retornou ao Palácio Piratini, desta vez, com Germano Rigotto.

Voltando ao nosso foco de interesse nesta pesquisa, um dos debates mais acirrados durante o governo Olívio Dutra centrou-se na importante área da segurança pública, onde as tensões internas e externas compunham uma articulação complexa, que envolvia uma infinidade de agentes, déficits estruturais e falta de infra-estrutura acumulados.

3.1 Segurança Pública: uma disputa exaustiva

Ao assumir o comando do Estado, o Governo Democrático e Popular começou a implementar mudanças na área da segurança pública²¹, que provocaram fortes reações junto a seus opositores. A Secretaria da Justiça e Segurança (SJS) enfrentava falta de recursos humanos, financeiros e materiais e, ainda, havia insuficiência de armas, de munições e de viaturas. Além disso, as autoridades da área alertavam para o envolvimento de alguns policiais com a criminalidade. Esta situação, porém, não era nova, ao contrário já vinha atravessando os diversos governos do Rio Grande do Sul, ao longo das últimas décadas. Mas fazia parte do jogo da oposição se contrapor às novas iniciativas.

Todo e qualquer movimento da SJS provocava fortes reações junto aos adversários do governo, que foi acusado de ‘partidarizar’ a estrutura da segurança pública no Estado.

²¹ A SJS é composta pela Polícia Civil (PC), Brigada Militar (BM), Instituto-Geral de Perícias (IGP), Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e Departamento Estadual de Trânsito (Detran). A PC é responsável pela investigação dos crimes e a Brigada Militar, pelo policiamento preventivo e ostensivo. O IGP é dividido em: Departamento de Identificação (DI), que confecciona documentos de identidade civis (ex.: carteiras de identidade, certidões de óbito) e criminais; Departamento de Criminalística (DC), que realiza as perícias criminais (ex.: exames de balística); Departamento Médico-Legal (DML), que efetua as necropsias. Já a Susepe, cuida das políticas prisionais e administra as penitenciárias, presídios, colônias penais e albergues. O Detran é uma autarquia, com autonomia administrativa e financeira, e tem como responsabilidade gerenciar, fiscalizar, controlar e executar no RS os serviços de trânsito e a confecção da Carteira Nacional de Habitação. (COLEÇÃO POLÍCIA E DEMOCRACIA, 1999 – 2002, v. 5, p.7).

Seus opositores discordavam da unificação das polícias²², da transferência do Quartel-General da Rua dos Andradas, no centro de Porto Alegre para o prédio da nova sede da Secretaria da Justiça e da Segurança, onde, anteriormente, funcionava a Rede Ferroviária Federal S/A e, também, da transferência da administração do Colégio Tiradentes, da Brigada Militar para a Secretaria da Educação. Os confrontos perpassavam tanto aspectos de estrutura, como questões menores. E tudo era levado à exaustão.

As manifestações contra a condução da política de segurança pública no Estado eram de toda a ordem. No dia da instalação da CPI da Segurança Pública, da Assembléia Legislativa, servidores da área fizeram uma caminhada de protesto culminando no Palácio Piratini, onde uma comissão foi recebida pelo Chefe da Casa Civil, Flavio Koutzii e pelo secretário da Administração, Marco Maia. A reivindicação era salarial. E o tumulto na porta do Palácio Piratini foi registrado pelo jornal Zero Hora.

Coronéis da reserva, alguns deles ex-comandantes da Brigada Militar, constituíram um Grupo Permanente de Estudos da Segurança e se movimentaram contra a unificação das polícias e contra a ‘partidarização’ da segurança pública, pelo governo estadual. Em 8 de junho, os policiais militares e civis abraçaram simbolicamente ao Quartel-General da Brigada Militar, no centro de Porto Alegre em protesto à decisão da Secretaria da Justiça e da Segurança de transferir o comando do QG para o prédio da nova sede da SJS.

²² Historicamente, as polícias têm perdido seu potencial de prevenção dos delitos devido à falta de coordenação das atividades policiais. O distanciamento entre comandantes e comandados, a exacerbada hierarquização dessas relações, a competição corporativa entre as polícias civil e militar e o desvio de profissionais para atividade-meio contribuem para a cultura de independência que as polícias demonstram, rejeitando o comando do Estado, assim como o controle social.

(...) O RS foi um dos primeiros estados a criar o Curso de Formação Integrada de Servidores da Segurança Pública, reunindo agentes da BM, PC e Susepe. Destinado aos que ingressam no serviço público, o Curso de Formação Integrada marcou o início do processo de formação dos profissionais da SJS a partir da integração dos serviços e de conceitos, seguindo uma grade curricular elaborada a partir das necessidades da formação básica destes profissionais. São desenvolvidas temáticas ligadas às áreas técnicas e jurídica, ao próprio ofício de segurança pública, ética e cidadania, saúde, direitos humanos, uso da força e da arma de fogo, defesa pessoal, medicina legal, movimentos sociais, entre outras. (COLEÇÃO POLÍCIA E DEMOCRACIA, 1999 – 2002, v. 5, p.22).

Em 16 de agosto, as mulheres de praças da BM, de bombeiros e de policiais civis e as viúvas de servidores da segurança pública da Região Metropolitana reivindicaram, em frente ao Palácio Piratini, um reajuste salarial de 25% para os maridos e aumento no valor das pensões das viúvas. O secretário da Administração garantiu às manifestantes, a integralização do risco de vida de 222% e o pagamento de horas extras, conforme constava no projeto encaminhado pelo governo do Estado à Assembléia Legislativa, em 7 de junho e posteriormente aprovado.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que tramitava no Congresso Nacional, prevendo a unificação das polícias civil e militar também foi tema de muita discussão. No Rio Grande do Sul, a proposta apresentada pelo Secretário de Justiça e Segurança, José Paulo Bisol referia-se a um modelo²³, que procura reunir hierarquia, respeito à cidadania dos policiais e controle público das atividades policiais. A CPI da Segurança Pública foi realizada dentro deste cenário de tensões políticas e de disputas pelo poder.

3.2 Instrumento de controle e de fiscalização

As Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumentos legais e democráticos do Poder Legislativo para controlar e fiscalizar as ações do Poder Executivo. Em situações pontuais, porém, estes instrumentos restringem-se às disputas político-partidárias e desviam o foco das investigações, transformando-se em privilegiados palcos de enfrentamento para atrair os holofotes da mídia.

²³ O Rio Grande do Sul foi pioneiro no Brasil na formação integrada dos agentes da segurança, política elogiada pela ONU e pelo Ministério da Justiça. Além disso, as Academias de Polícia foram pioneiras no debate dos Direitos Humanos, inaugurando a disciplina regular no currículo policial. Importante ressaltar que o princípio básico da unificação das polícias é o de acabar com a dualidade da função policial. Pretendeu-se construir a vocação para o exercício integral em cada unidade territorial. Portanto, não se trata de uma simples unificação das duas polícias existentes, mas sim da criação de um novo modelo, com novas características e novos princípios. Uma polícia treinada para o trato comunitário, contundente no combate ao delito, eficiente no levantamento de provas e ágil nas atividades periciais, conquistando, dessa forma, a confiança da comunidade na prestação dos serviços. (COLEÇÃO POLÍCIA E DEMOCRACIA, 1999 – 2002, v.5, p. 9).

A CPI brasileira mais emblemática foi a que investigou as denúncias de corrupção no governo do presidente Fernando Collor de Mello e resultou no primeiro *impeachment* de um presidente brasileiro, em 1992. Analisando a repercussão das CPIs na mídia, Maria Helena Weber diz:

Trata-se de uma situação conjuntural com poder de provocar a estética e a participação das mídias. Mesmo semelhante ao espetáculo político editorial, esta categoria se insere no terreno da excepcionalidade na programação das mídias. Este tipo de evento é valorizado pelas mídias no formato promocional que lhes parecer mais adequado. Neste sentido, é estabelecida uma rota de programas e atividades marcadas pelas suas posições e pelos diferenciais da sua linguagem. (2000, p. 36, 37).

Dentro desta lógica do espetáculo midiático, as notícias sobre a CPI da Segurança Pública foram acolhidas em espaços generosos concedidos pelo jornal Zero Hora.

3.3 CPI da Segurança Pública

A CPI da Segurança Pública foi o acontecimento político de maior repercussão midiática no Rio Grande do Sul, em 2001 e em alguns momentos, despertou a atenção do noticiário nacional. No decorrer de seis meses de atuação, esta CPI transformou-se num privilegiado palco de confrontos e embates político-ideológicos, travados entre os agentes dos poderes Executivo e Legislativo e culminou com o indiciamento de 41 pessoas, entre elas, o governador do Estado, Olívio Dutra, secretários de Estado, militantes petistas e o próprio PT.

Esta Comissão - integrada por 12 deputados titulares²⁴ e outros 12 parlamentares suplentes - surgiu com o propósito de apurar fatos relativos à área da segurança pública do Estado, porém estes temas foram os menos discutidos pelos parlamentares. De 18 de abril a

²⁴ Presidente Valdir Andres (PPB); vice-presidente Elmar Schneider (PMDB), relator Viera da Cunha (PDT), além dos deputados Francisco Appio (PPB); Germano Bonow (PFL); João Osório (PMDB); Ivar Pavan (PT); Ronaldo Zülke (PT); Manoel Maria (PTB); Luís Augusto Lara (PTB); Adilson Troca (PSDB) e Ciro Simoni (PDT).

10 de novembro, a CPI realizou 48 reuniões, ouviu 157 depoimentos, promoveu duas palestras e se deslocou às cidades de Novo Hamburgo e Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, onde organizou duas audiências públicas²⁵.

Logo de início, os deputados de oposição desviaram as investigações da área da segurança pública para o governo do Estado, para o PT e seus militantes. Em ocasiões pontuais, as sugestões de pauta para as audiências públicas caíam diretamente na mesa do relator, deputado Vieira da Cunha (PDT), por intermédio dos veículos da RBS, como foi o caso da conversa gravada por dois repórteres do jornal Diário Gaúcho com o ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro dos Santos e do ‘furo’ jornalístico do mesmo jornal sobre as investigações da Polícia Civil a financiamentos de campanhas eleitorais de deputados, por banqueiros do jogo do bicho. E, ainda, por conta de gravações e de denúncias que foram entregues ao relator da Comissão, por atores políticos contrários à administração da Frente Popular.

Os deputados de oposição queriam investigar a área da segurança pública desde o início do governo. Em 1999, se movimentaram para criar a CPI da Brigada Militar. A idéia não prosperou. Constituíram, então, a CPI do Pólo Automotivo. No final de 2000, chegaram a colher assinaturas para formalizar outro requerimento, mas o recesso parlamentar do final do ano levou ao engavetamento da proposta. No começo de 2001, o requerimento ressurgiu, trazendo consigo novas discussões no Parlamento estadual. Os deputados da situação criticaram o documento, argumentando que este continha assinaturas de parlamentares que não dispunham mais de suas cadeiras no Parlamento estadual porque

²⁵ Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para investigar aspectos atinentes à segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, publicado no Diário da Assembléia Legislativa, do dia 21 de novembro de 2001, p. 8.

havia sido eleito prefeito, em 2000. A base governistas também criticava a ausência de ‘fato determinado’, requisito legal para instalação de CPIs.

Subscrito por 40 deputados, um novo requerimento para a instalação da CPI da Segurança Pública foi protocolado na Assembléia Legislativa, em 23 de março de 2001. Inicialmente, o documento listou 12 itens²⁶ passíveis de investigação. O 13º foi motivado pelas declarações concedidas pelo secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol ao programa “Os Gaúchos e o Rio Grande”, da Rádio Gaúcha, em 21 de abril de 2001. Nesta ocasião, o Secretário disse que a polícia tinha o controle do crime, mas não o usava em benefício do Estado e parte dela tirava proveito dessas informações.

As primeiras sessões da CPI foram mornas e sem novidades. As investigações começaram abordando a precariedade do Instituto Geral de Perícias (IGP). Nesta mesma ocasião, tramitava na Assembléia Legislativa, o projeto do governo do Estado propondo a contratação emergencial de 190 funcionários para o IGP, que também era tema polêmico.

A temperatura das reuniões começou a elevar-se em 11 de maio, quando o jornal Diário Gaúcho, do Grupo RBS, veiculou uma matéria exclusiva sobre a existência de um inquérito policial dirigido pela Chefia de Polícia, no qual estavam sendo investigadas doações de banqueiros do jogo do bicho a campanhas eleitorais de deputados estaduais. Tratava-se do Inquérito Policial 003/00, que apurava corrupção policial e lavagem de dinheiro, decorrentes do jogo do bicho.

²⁶ Desestruturação do aparelho policial; Os termos circunstanciados; Sucateamento do Instituto Geral de Perícias; Fraudes na expedição de carteiras de identidade; Convênio 062/2000 celebrado entre a Secretaria de Justiça e da Segurança e o Sindicato dos Estabelecimentos Funerários do Rio Grande do Sul; Fechamento de Delegacias Regionais de Polícia; Iminência de greve dos servidores da segurança; Introdução da Brigada Militar na Febem; Desproporção entre número de ocorrências e de inquéritos policiais; Emprego de técnicas ilícitas de espionagem; Fundo especial de segurança pública; Empresas de segurança privada.

Durante o mês de maio, os deputados da CPI ouviram o delegado Carlos Roberto Santana da Rosa, responsável por esta investigação. O delegado entregou ao relator da CPI, deputado Vieira da Cunha (PDT), um material apreendido em bancas de jogo do bicho contendo cópia de recibos de doações a um partido político, cartões de visita e propagandas de campanha eleitoral. Os deputados lacraram o documento, depositaram no cofre da Assembléia Legislativa e posteriormente remeteram ao Tribunal Regional Eleitoral. Os deputados queriam que o delegado Santana entregasse à CPI os autos do inquérito. Mas o delegado não disponibilizou o processo, justificando que a investigação estava em andamento, portanto não poderia tornar-se pública.

Nesta mesma audiência, após uma hora de bate-boca e por 10 votos a dois, a CPI rejeitou um requerimento apresentado pelo PT. Neste documento, o partido pedia o afastamento do vice-presidente da CPI, deputado Elmar Schneider (PMDB), “por entender que o peemedebista estaria impedido de permanecer no cargo, por relações políticas com um bicheiro de Estrela. Segundo os deputados petistas, numa banca do jogo do bicho de Estrela foram encontrados dois cartões do parlamentar”.²⁷

Após o recesso parlamentar de julho, a CPI da Segurança Pública retomou os trabalhos em agosto, tratando temas diversos e sem maiores desdobramentos. Nas nove audiências realizadas neste mês, os deputados discutiram sobre a fraude na venda de material de limpeza para as escolas da rede pública estadual, praticada entre 1993 e 2001 e sobre a liberação de um jovem portando um cigarro de maconha, no Acampamento Internacional da Juventude, no Parque Harmonia, durante o I Fórum Mundial de Porto Alegre, só para citar dois exemplos.

²⁷ Jornal Zero Hora, 22 de maio de 2001, p.12.

A revogação do decreto 40.593 de autoria do governo do Estado, que autorizava a exploração de videoloterias pela Loteria do Estado do Rio Grande do Sul (Lotergs) foi pauta da CPI da Segurança Pública, em 11 de junho. Aprovado pela Assembléia Legislativa em 16 de janeiro, e revogado em 18 de maio, o decreto não chegou a ser regulamentado, mas gerou intermináveis debates entre os pólos contrapostos.

Um dos momentos tensos da CPI foi protagonizado pelo presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Jair Krischke disse aos deputados da CPI em 25 de junho, “ter em seu poder uma fita comprovando que o PT recebeu dinheiro de bicheiros na campanha eleitoral de 1998 e prometeu apresentar a prova no momento oportuno”²⁸. Ele também acusou o governo do Estado de ter preparado um decreto, autorizando a exploração de cassinos virtuais, com retorno de 9% em comissão para o Estado.

A vinculação do governo do Estado à contravenção apareceu um mês após a instalação da CPI da Segurança Pública. Os delegados da Polícia Civil Farnei Araújo Goulart e Nelson Soares de Oliveira, contaram aos deputados que o ex-chefe de Polícia Luiz Fernando Tubino teria dito, ao assumir o cargo, em 1999, que a partir daquele momento, o dinheiro pago a policiais por banqueiros do jogo do bicho seria encaminhado a obras sociais. A orientação teria sido transmitida a um grupo de delegados, ao final de uma reunião do Conselho de Administração Superior (CAS).

As acusações foram revidadas pelo Chefe da Casa Civil. Flavio Koutzii considerou o depoimento “um lamentável espetáculo que representa a atitude de determinados setores da polícia, que se assemelham ao funcionamento de quadrilhas, ameaçadas pela postura firme do governo de enfrentar essas questões”²⁹. O assunto voltou à pauta da CPI em 30 de

²⁸ Jornal Zero Hora, 26 de junho de 2001, p.6.

²⁹ Idem

maio, quando dois, entre doze delegados, confirmaram ter ouvido em 1999, uma declaração do delegado Luiz Fernando Tubino, relacionando o governo do Estado ao jogo do bicho.

No dia 21 de junho, a CPI deslocou-se a Novo Hamburgo, cerca de 40 quilômetros de Porto Alegre, a fim de colher o depoimento do delegado Luiz Fernando Tubino. Em seu apartamento, onde se recuperava de uma cirurgia na coluna vertebral, o delegado disse que o Palácio Piratini nunca orientou a Polícia Civil para canalizar a doação de banqueiros do jogo do bicho para as obras sociais do governo do Estado.

O tema jogo do bicho prolongou-se até o fim dos trabalhos da CPI. O ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro dos Santos, expulso do partido em 2000 por desvio de dinheiro do diretório estadual, disse aos jornalistas Plínio Nunes e Carlos Henrique Nunes, do jornal Diário Gaúcho, que a sede estadual do PT, na Av. Farrapos, em Porto Alegre, fora comprada com dinheiro doado por bicheiros, através do Clube de Seguros da Cidadania³⁰.

A cópia desta conversa gravada pelos jornalistas do jornal Diário Gaúcho foi entregue ao relator da CPI, deputado Vieira da Cunha, em 22 de junho. A partir daí, a CPI passou a investigar o PT e seus militantes. E no dia 15 de outubro, decidiu convocar para depor cerca de 30 pessoas ligadas ao PT, entre elas o filho do governador, Espártaco Dutra.

Em 1999, o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira, que havia sido Secretário Municipal dos Transportes de Porto Alegre, na primeira administração petista na capital gaúcha e mantinha relação de amizade com o governador, sugeriu numa conversa informal com o delegado Tubino, que a Polícia Civil não reprimisse bicheiros, com quem o PT teria uma relação muito boa e muito estreita. O diálogo foi gravado pelo delegado, na casa do próprio Diógenes de Oliveira, que disse falar em nome

³⁰ Entidade sem fins lucrativos fundada em 1997, tendo como dirigente Diógenes de Oliveira.

do governador. Posteriormente, a fita foi entregue ao relator da CPI, deputado Vieira da Cunha (PDT), pelo delegado aposentado e ex-deputado do PDT, Vilson Müller Rodrigues.

Com a aproximação dos fins dos trabalhos da CPI, o clima esquentou ainda mais e no dia 26 de outubro, esta gravação foi tornada pública pela CPI. O governador do Estado, Olívio Dutra negou qualquer ligação com o jogo do bicho, afirmou que nunca autorizou Diógenes de Oliveira a falar em seu nome e em 29 de outubro publicou “Nota aos Gaúchos”³¹, em jornais do Rio Grande do Sul, com exceção aos veículos do grupo RBS. No dia seguinte, o jornal Zero Hora reagiu à nota do governo do Estado, através de um artigo de opinião denominado “Manobra diversionista”³².

³¹ “Em nome da verdade, o Governo do Estado dirige-se aos gaúchos para fazer os seguintes esclarecimentos: Veio ao conhecimento público conversa ilegalmente gravada em que um dos participantes usa, de forma indevida, o nome do Governador do Estado.

Em entrevista coletiva na última sexta-feira, o Governador desmentiu de forma categórica que tivesse autorizado qualquer pessoa a falar em seu nome. No dia seguinte, o próprio participante reconheceu que usara o nome do Governador no referido diálogo sem qualquer autorização ou conhecimento de parte do Governador.

Esta gravação vem sendo largamente usada, na tentativa de macular o atual Governo, tanto por parte dos nossos adversários, quanto por setores da mídia vinculados ao projeto anterior.

O Governo do Estado reafirma sua disposição de qualificar a Segurança Pública, valorizar os servidores comprometidos com o bom andamento deste importante serviço de sanear as estruturas policiais daqueles elementos que comprovadamente mantenham relações com o mundo do crime, a chamada "banda podre" da polícia.

Não faremos como em outros períodos nos quais, por conveniência ou comodidade, as graves distorções na área da segurança pública eram, toleradas.

Governo do Rio Grande do Sul
Estado da Participação Popular”

³² “[...] o governo do Estado publicou ontem uma nota de esclarecimento em vários jornais do Estado, excluindo desta divulgação os jornais da RBS (Zero Hora, Diário Gaúcho e Pioneiro). O texto oficial repete posição já manifestada pelo governador Olívio Dutra, de que não autorizou ninguém a falar em seu nome, e afirma que a gravação vem sendo largamente utilizada na tentativa de macular o atual governo, “tanto por parte dos nossos adversários quanto por setores da mídia vinculados ao projeto anterior”. Trata-se de evidente e primaríssima manobra diversionista. Ao recorrer à teoria da conspiração, o governo tenta desviar as atenções do tema que lhe causa compreensível constrangimento.

Além da evidente discriminação publicitária aos veículos que vêm divulgando, e continuam a fazê-lo com amplitude e independência os resultados da CPI da Segurança – configurando-se um gerenciamento no mínimo duvidoso do dinheiro público, já que os jornais preteridos têm reconhecida relevância nos seus respectivos mercados -, o governo tenta também confundir a opinião pública quanto à origem da notícia. (...) Como culpar setores da mídia por isso?

(...) Faz sentido a anunciada intenção de combate o que chama de “banda podre” da Polícia, pois é do maior interesse da sociedade gaúcha contar com agentes de segurança em que possa confiar. Porém, antes ou ao

Os deputados de oposição cogitaram a possibilidade de abrir um processo de *impeachment* contra o governador Olívio Dutra, recuando da idéia por temer que tal proposta transformasse o governador em vítima e viesse a beneficiá-lo. A partir desse momento, a CPI passou a ter repercussão nacional, com manifestações do presidente do PT. José Dirceu declarou que o partido não iria acobertar nenhuma denúncia e a Executiva Estadual do partido começou a analisar as conseqüências da divulgação da fita, o futuro de Diógenes de Oliveira e aprovou apoio incondicional ao governador Olívio Dutra.

O depoimento mais longo prestado à CPI foi o de Diógenes de Oliveira. Ele confirmou que não tinha autorização do governador para falar em seu nome e que havia dado um carteiraço, durante a conversa com o delegado Tubino. Após oito horas respondendo perguntas de deputados, Diógenes de Oliveira teve taquicardia e foi levado ao Instituto de Cardiologia. A sessão foi suspensa sob os protestos dos deputados de oposição, que estavam dispostos a ir à casa de Diógenes, independente da presença dele, atrás de uma lista de doações para o Clube de Seguros da Cidadania. Através de uma ação judicial, o relator da CPI entrou na residência de Diógenes, em 7 de novembro, saindo de lá com documentos, agendas pessoais e telefônicas.

Outra sessão tumultuada aconteceu em 9 de novembro, por ocasião do depoimento do secretário da Justiça e da Segurança. José Paulo Bisol chegou a ser acusado de covarde e irresponsável pelo deputado Vieira da Cunha (PDT), porque não entregou à CPI um documento considerado, pelo próprio secretário, de extrema gravidade. Neste mesmo dia, os militantes petistas lotaram a Praça da Matriz, situada em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, onde protagonizaram um ato de desagravo ao governador Olívio Dutra. A

mesmo tempo, urge esclarecer à opinião pública rio-grandense e aos próprios militantes petistas todos os pontos obscuros deste malcontado episódio de tráfico de influência, relações promíscuas e carteiraços”.

manifestação teve a presença do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva e de lideranças nacionais do partido.

O relatório final da CPI da Segurança Pública, aprovado por 10 votos a dois, em 14 de novembro de 2001 está publicado no Diário da Assembléia Legislativa, de 21 de novembro do mesmo ano. O documento acusou o governo de ligações com o jogo do bicho e foi encaminhado ao Ministério Público Estadual e ao Supremo Tribunal Federal. O inquérito policial movido pelo relator da CPI contra o governador Olívio Dutra e outras pessoas, foi arquivado em 2003, pelo Conselho Superior do Ministério Público Estadual e pelo Supremo Tribunal Federal, por falta de provas.

A bancada do PT apresentou uma declaração de voto em separado, que também está publicada no Diário da Assembléia Legislativa, de 21 de novembro de 2001. No documento, os petistas classificaram a CPI de ópera bufa³³ e registraram que o objetivo da Comissão foi desgastar o governo³⁴ do Estado e o PT. O presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira desfilou-se do PT para evitar sua expulsão do partido.

³³ Teatro exageradamente cômico

³⁴ No dia da leitura do relatório, o governador Olívio Dutra fez o seguinte pronunciamento: O governo eleito pelo voto popular da maioria do eleitorado gaúcho sente-se nesse momento atingido por um processo de vilania política consubstanciado numa maioria dentro de uma CPI que era para tratar da segurança pública e se tornou uma comissão político-ideológica contra o governo e contra um dos partidos políticos que governam com muito respeito e teneza o Rio Grande. Nenhum elemento fático, concreto, objetivo foi trazido por essa CPI com relação à segurança pública. E muito menos que justifique esses indiciamentos e a tentativa de golpismo sobre o governo democrático popular. O governo conclama a opinião pública, agora não só gaúcha mas a opinião pública democrática brasileira, contra esse processo. Em nenhum momento o governo colocou qualquer impedimento para que a CPI realizasse o seu trabalho. Mas o que verificamos foi uma conjuminância entre interesses contrariados da banda podre nas relações incestuosas desta com a contravenção e a criminalidade na área da segurança pública. Com alguns ressentimentos e quizilas de integrantes da oposição chegarem ao ponto da total irracionalidade política. O governo do Rio Grande vai responder a altura toda essa vilania amanhã às 11h30min nesse local. Teremos uma coletiva com a imprensa para detalharmos a nossa ação, a nossa reação e a defesa do mandato popular democrático de um governo que está realizando mudanças sérias nesse Estado. E não vai ser a chantagem, não vai ser a vilania, não vai ser a ameaça, as suposições, as abdições, que haverão de nos impedir de continuar nesta tarefa de limpeza da banda podre da polícia, das suas relações incestuosas com a contravenção, do combate à contravenção e da apropriação pública do Estado como uma ferramenta nas mãos do nosso povo para executar políticas sociais e políticas de desenvolvimento e de inclusão da cidadania e da democracia. Muito obrigado.

A ligação entre o PT e o jogo do bicho voltou aos cenários político e midiático, em nível nacional, no dia 16 de fevereiro de 2004, no segundo ano do governo Lula. Desta vez, a denúncia foi divulgada pela edição número 300, da Revista Época. A matéria abordou a relação do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Wladomiro Diniz com o empresário e bicheiro, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a partir de uma conversa gravada em vídeo, em 2002. Nesta fita, Diniz, que à época presidia a Loteria do Estado do Rio de Janeiro, pedia ao bicheiro, propina para si e para campanhas eleitorais.

A proposta de criação de uma CPI para investigar esta denúncia, apresentada e defendida pela oposição no Congresso Nacional, acabou sendo arquivada, após uma manobra política encabeçada pelo próprio governo federal, numa articulação com a sua base aliada e com o Senado da República.

Na semana seguinte, surgiu outra denúncia relativa ao jogo do bicho, durante o governo de Olívio Dutra. A Revista Veja publicou uma entrevista exclusiva com José Vicente Brizola, filho do ex-governador Leonel Brizola e que havia presidido a Loteria do Estado do Rio Grande do Sul, na administração da Frente Popular. O entrevistado alegou que foi pressionado, por dirigentes do PT, a pedir dinheiro a bicheiros, em 2002 para a campanha eleitoral majoritária do partido.

Em decorrência destes episódios, as forças políticas no Parlamento estadual voltaram a se confrontar. Enquanto uns reivindicavam a reabertura da CPI da Segurança Pública, concluída em 2001, ou a criação de uma nova CPI capaz de dar conta desta investigação, os parlamentares ligados ao governo Lula sustentavam que tal tentativa não passava de uma estratégia política para constituir um palco de visibilidade midiática

voltado à disputa pelas eleições municipais de 2004. Até a conclusão desta pesquisa, tal comissão não havia sido formalizada na Assembléia Legislativa gaúcha.

Abandonamos esta rápida reconstrução sobre a CPI da Segurança Pública e seus desdobramentos em níveis estadual e nacional, para tratarmos, no próximo capítulo, dos fundamentos teóricos da Escola Francesa da Análise do Discurso, pilar metodológico desta nossa pesquisa acadêmica.

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é o discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem. De um lado, é na movência, na provisoriedade, que os sujeitos e os sentidos se estabelecem, de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem. Paralelamente, se de um lado, há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com a sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de “atribuir” sentidos). (ORLANDI, 2002, p.10).

4 ANÁLISE DO DISCURSO COMO LINHA DE INVESTIGAÇÃO

Para compreendermos o funcionamento do discurso do jornal Zero Hora sobre o PT durante a CPI da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa, em 2001, recorreremos à Escola Francesa da Análise do Discurso. Essa disciplina crítica aos sentidos já constituídos e dados como óbvios, nos possibilita iluminar nosso objeto³⁵ de estudo, e entender melhor o processo de significação que nele foi se constituindo.

Como o imaginário faz, necessariamente, parte do funcionamento da linguagem e se encontra no modo como as relações das forças sociais se inscrevem na história, a imagem que o jornal Zero Hora fez do PT, no período em estudo, se constituiu no confronto do simbólico com o político, em processos que ligaram discursos e instituições. Por isso, a análise é importante. Através dela podemos percorrer esse imaginário, que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, assim, compreender melhor o que foi dito.

Dentre os autores brasileiros que trabalham com essa vertente da Análise do Discurso, nos cercamos de reflexões teóricas sistematizadas pela professora Eni Orlandi, responsável pela tradução para a língua portuguesa de grande parte da obra do francês Michel Pêcheux. E nos apoiamos em produções teóricas de Bethania Mariani e de Helena Nagamine Brandão, que também são tributárias do fundador da AD, entre outros seguidores dessa linha investigativa.

³⁵ Como Bourdieu, também entendemos que “a construção do objecto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas”. (BOURDIEU, 1989, p. 26 e 27).

Não vamos nos dedicar aqui a reconstruir a história da Análise do Discurso, fundada por Michel Pêcheux na década de 60 do século XX, ou a detalhar suas tendências e ramificações. Entretanto, consideramos importante registrar que para construir essa ferramenta metodológica, Pêcheux articulou a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. De acordo com Mariani (1998), a Lingüística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação; o materialismo histórico, enquanto teoria das formações e transformações sociais e a teoria do discurso, enquanto teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Estas três áreas, pelos pressupostos da AD, são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Trata-se, portanto, de uma disciplina bastante complexa, mas para efeito desta pesquisa, mobilizamos apenas os conceitos atinentes ao nosso objeto de estudo. É pertinente assinalar também, que em Análise do Discurso não há um modelo metodológico capaz de dar conta de todo e qualquer discurso e que a AD não busca um sentido verdadeiro, através de uma chave de interpretação. Não há chave. O que há é método, ou seja, o próprio analista constrói seus dispositivos teóricos e analíticos para trabalhar a sua análise, pois não existe uma verdade oculta atrás do texto.

A Análise do Discurso francesa trabalha a relação da língua-discurso-ideologia, partindo da perspectiva de que a ideologia se materializa no discurso, que o discurso se materializa na língua e que a língua é a condição de possibilidade do discurso. Portanto, não separa linguagem, pensamento e realidade. Ao contrário, “resignifica, integra e opera com estes três elementos [...] fazendo intervir um outro fundamental: a memória do dizer (ou seja, o interdiscurso)”. (MARIANI, 1998, p. 28). E também não se limita aos tratos da língua e da gramática, embora lhe interessem, mas como seu próprio nome diz, se ocupa do discurso e de suas condições de produção.

A AD entende o discurso como curso, percurso, efeito de sentidos, palavras em movimento e não mera transmissão de informações entre interlocutores, como proclama aquele paradigma do jornalismo, que parte da idéia de um emissor transmitindo uma mensagem/informação para um receptor. Ao invés da mensagem, Orlandi (2002) propõe pensarmos o discurso, pois ao enunciar, o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor, e assim, eles não estão separados de forma estanque, mas realizando ao mesmo tempo, o processo de significação.

Enunciar é se situar em relação a um já-dito que se constitui no outro do discurso. De acordo com Courtine (1999, 18), “a existência do enunciado está, assim, ligada à noção de uma repetição”. O autor distingue no domínio do campo enunciativo, o domínio da memória, o domínio da atualidade e o domínio da antecipação. Segundo Courtine (1999), os efeitos da memória podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação, de esquecimento, de ruptura, ou de negação do já-dito.

Pela perspectiva do mesmo autor (1999), o domínio da atualidade resulta do desenvolvimento processual da memória, que irrompe reatualizando o acontecimento presente. O domínio da antecipação nos mostra que: a) se há um *sempre-já* no discurso pode haver um *sempre ainda*; b) a impossibilidade de dar um fim ao processo discursivo e c) a possibilidade sempre aberta de, a partir dos resultados obtidos no trabalho da análise da relação de uma seqüência discursiva com seu domínio de memória, construir um domínio de antecipação enquanto alvo de uma Análise de Discurso.

Desta forma, os recursos oferecidos por esta linha metodológica nos possibilitam analisar as mais variadas práticas discursivas e a identificar nesses discursos as diferentes redes de filiações de sentidos. Com a AD, podemos ultrapassar o que está alojado na superfície das evidências dos monumentos textuais, pois ela se propõe a construir ‘escutas’

para compreender o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito.

É importante acrescentar que o silêncio também é uma forma de trabalhar o não-dito. Este lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia, na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos: Orlandi observa:

Os dizeres não são (...) apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender: são pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (1999, p. 30).

Assim, precisamos deslocar a análise do domínio dos produtos, para os processos de produção, buscando compreender as marcas como pistas que devem ser atingidas pelo analista, através da teoria. O que interessa não são as marcas em si, mas os sentidos produzidos por elas. Conforme Pêcheux:

Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes significantes. (2002, p. 53, 54).

Num outro trecho, o mesmo autor complementa:

[...] O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as ‘coisas-a-saber’ coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se fala’, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são produto de uma aprendizagem: isto acontece tanto nos segredos da esfera familiar ‘privada’ quanto no nível ‘público’ das instituições e dos aparelhos de Estado. (Ibidem, p. 55).

Seguindo esta perspectiva, então, teremos como produto da análise a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições. Se o real do discurso é descontínuo, disperso, incompleto e contraditório, nas representações temos unidade, completude, coerência e a não contradição. Através deste paradoxo, o discurso desliza e produz sentidos.

Discurso, porém, não é igual a texto. Enquanto o discurso é uma dispersão de textos e pode estar atravessado por várias formações discursivas, que nele se organizam em função de uma dominante; o texto é uma dispersão de sujeitos, pois o sujeito, ao falar toma diversas posições enunciativas. Essa heterogeneidade do discurso, que é produzida pela dispersão do sujeito é trabalhada pelo “locutor de tal forma que, impulsionado por uma ‘vocação totalizante’ faz com que o texto adquira, na forma de um concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, quer ‘apagando’ as vozes discordantes”. (BRANDÃO, 2002, p. 66).

Portanto, a linguagem não é transparente e só faz sentido porque se inscreve na história. Essa relação entre linguagem e exterioridade é fundamental para a Análise do Discurso, que concebe a linguagem como uma mediação entre o homem e a realidade social. E essa mediação, que é o discurso, possibilita tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive.

A AD, conforme Orlandi (2002, p. 15, 16), “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas”. Ao dizer, o sujeito está sempre interpretando a ‘realidade’, retomando, renovando e reconfigurando os processos de significação constitutivos de sua historicidade.

Os sentidos das palavras, das expressões e dos enunciados dependem de seu pertencimento a uma formação discursiva e são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no contexto sócio-histórico em que as palavras são produzidas. A questão é saber como o texto significa. Por isso, a AD trabalha o sentido não como algo em si, mas em relação a. E parte da perspectiva de que as palavras mudam de sentido, de acordo com as posições daqueles que as empregam.

Aqui cabe uma distinção: posição refere-se à posição assumida por um sujeito num determinado discurso, não tendo a ver com o lugar empírico ocupado por este sujeito na sociedade. Conforme Bethania Mariani (1998), os sujeitos enunciam de posições que são relativas a outras na ordem social. Assim, o que está em jogo na discursividade é a posição-sujeito.

O sujeito discursivo é pensado como posição, um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. E este indivíduo é sujeito de e sujeito à. Conforme Orlandi (2002, p. 52), “o falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso”.

Além disso, o uso das palavras se dá em condições de produção diferentes e se refere a distintas formações discursivas e estas definem, em grande parte, o trabalho do analista, que deve remeter o dizer a uma formação discursiva e não a outra, a fim de apreender os sentidos que ali estão inscritos. É próprio das formações discursivas dissimular como transparentes/evidentes, os sentidos que são produzidos no seu interior, mas todo sentido nasce de outro sentido e aponta para alguma direção.

As palavras, então, recebem os seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Conforme Orlandi (2002), este é o efeito da determinação do interdiscurso. Para

Brandão (2002), o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas. Pêcheux nos esclarece:

O sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser determinado por propriedades da língua. (...) o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. (1997, p. 263).

Assim, esta ferramenta metodológica possibilita ao analista de discurso compreender os sentidos alojados nos monumentos textuais, os quais sempre estão relacionados com algo já dito, com a memória discursiva, com o que vem antes e que por outro lado, também aponta para um outro sentido.

4.1 Mecanismo ideológico de apagamento da interpretação

Ao trabalhar a noção de ideologia, Pêcheux inspirou-se no conceito de Althusser, segundo o qual “*toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito*”. (ALTHUSSER, 2001, p. 96). A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, como nos explica o idealizador da AD, “se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’”. (PÊCHEUX, 1997, p. 261).

De acordo com o lingüista russo Bakhtin (2002), esta interpelação é marcada pelo horizonte social de uma época e de um grupo e segundo Machado e Jacks (2001, p. 282), “tornamo-nos sujeitos no processo em que somos praticamente obrigados a nos posicionar

desta ou daquela maneira, escolhendo estas e não aquelas palavras, usando este tom em vez daquele”. Além disso, Orlandi (2002) nos diz que a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos e que não há sentido sem interpretação.

Nesse movimento da interpretação, o sentido mostra-se como evidente, naturalizando o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Esse mecanismo ideológico de apagamento da interpretação age como se a linguagem e a história fossem transparentes. Mas, “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. (ORLANDI, 2002, p. 46).

Os autores referidos são unânimes em asseverar que não há discurso sem sujeito, que não há sujeito sem ideologia e que ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Enquanto a ideologia é uma função da relação entre linguagem e mundo, o sentido é uma relação do sujeito - afetado pela língua – com a história. Assim, podemos dizer que pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade.

Além de ser lugar de conflito e de confronto ideológico, a linguagem também é dialógica. Para Bakhtin (2002), o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro, pois só toma consciência de si mesmo, através dos outros. É deles que recebe as palavras e as formas que formam a primeira imagem de si próprio. Seguindo a perspectiva deste pensador russo, o ser humano só se torna consciente de si mesmo, revelando-se para o outro, através do outro e com a ajuda do outro. E foi a partir deste pressuposto que Bakhtin (2002), elaborou a sua teoria de polifonia³⁶.

³⁶ Foi M. Bakhtin, lingüista russo, quem introduziu essa noção para o estudo da literatura romanesca; a partir de então, ela vem sendo utilizada na lingüística para analisar os enunciados nos quais várias “vozes” são percebidas simultaneamente. (MAINGUENEAU, 2002, p. 138).

Todo o discurso é o encontro de muitas vozes e não apenas as que falam, mas, também, as que não falam. Este é o seu perfil polifônico do discurso. E no caso desta pesquisa, o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública foi constituído pelas vozes dos repórteres, dos editores, dos fotógrafos, dos diagramadores, dos proprietários do veículo, das diversas fontes de informações e, ainda, do público leitor, que mesmo silencioso, fez parte do processo de produção das notícias.

Este concerto polifônico também vale para o discurso do PT. Este é elaborado com as vozes dos integrantes das distintas tendências, que convivem no interior do partido, onde disputam a hegemonia do discurso político. Inicialmente, os sindicalistas, os intelectuais e os militantes da Teologia da Libertação constituíram esse concerto polifônico. Posteriormente, outras tendências e grupos se somaram a estas três vertentes.

Entre a diversidade de organizações que contribuíram para a construção do discurso petista, encontram-se: Ação Popular Marxista Leninista (APML), Política Operária (Polop), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ala Vermelha (ALA), Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista (DS). A corrente Liberdade e Luta (Libelu) aderiu um ano após a fundação do PT e, em 1985, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), um racha do Partido Comunista do Brasil, também se filiou ao PT. Clandestinos e com suas próprias interpretações sobre os conceitos acerca do socialismo e do marxismo, estes grupos soaram suas vozes e materializaram os alicerces do discurso petista.

4.2 Denominações

Segundo Mariani (1998), denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. A autora assinala (1998, p. 118), que “o processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo”.

A mesma autora diz que as denominações iluminam, dão visibilidade às disputas, às imposições, os silenciamentos existentes entre as formações discursivas dominantes e as demais. “Elas materializam esse cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade e de antecipação”. (MARIANI, 1998, p. 119).

Seguindo a perspectiva da autora (1998), podemos dizer que as denominações funcionam designando, descrevendo e ou qualificando. “As denominações significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz”. (MARIANI, 1998, p. 119).

Mariani (1998) explica que as denominações vão organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, de acordo com as relações sociais de força em jogo. Instaladas na memória discursiva, as denominações disfarçam as tensões, mas também mostram a fuga dos sentidos. Referido-se ao papel da memória, Mariani (1998, p.36) diz:

[...] o trabalho da memória produz uma certa previsibilidade, dando a ilusão de que nada muda. No entanto, não se deve perder de vista que se há uma previsibilidade do ‘pensável’ (e adiantamos, desde já, que o discurso jornalístico atua nesta cadeia de possibilidades e previsibilidades), esta é continuamente abalada pela irrupção de acontecimentos que vão deslocando os sentidos já produzidos. Ou, ainda, que em um acontecimento já fixado pela memória histórica outras re-interpretações podem ser feitas (pois, como se sabe, não se lê um mesmo texto sempre da mesma maneira), ocasionando novas tradições de significação que podem até mesmo incluir o que antes havia sido rejeitado, ie, condenado ao esquecimento.

Segundo Pêcheux (1983), a memória é um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. Desta forma, pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem. Como a linguagem é sempre incompleta, outros sentidos podem ser ditos, outras filiações de sentido podem ser organizadas, e sentidos anteriormente silenciados podem intervir. “Se a memória fosse assim tão radicalmente plena, completa e homogênea, estaríamos condenados a repetir de modo infundável sentidos imutáveis”. (MARIANI, 1998, p. 42).

Então, para compreendermos os sentidos produzidos pelas denominações, e essas regiões discursivas que vão se organizando em torno delas, “é preciso desconstruir superfícies lingüísticas, apreender o conjunto de empregos das palavras, os tipos de ligação que elas mantêm entre si, o modo como ocorrem nos textos, como podem estar significando, os efeitos que produzem”. (MARIANI, 1998, p. 119).

4.3 Formações discursivas

As idéias de Foucault também influenciaram Pêcheux, que extraiu da obra *Arqueologia do Saber*, a expressão formação discursiva. Ele refinou este conceito, através das noções de ilusão discursiva, formações imaginárias e formações ideológicas. De acordo com Orlandi (2002, p. 43), “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

Assim, podemos dizer que as formações discursivas representam nos discursos as formações ideológicas e os sentidos são sempre determinados ideologicamente. A formação ideológica é constituída por um conjunto complexo de atitudes que não são nem individuais

e nem universais, mas dizem respeito às posições de classe em conflito umas com as outras.

Machado e Jacks (2001, p. 282, 285) também auxiliam a nossa compreensão sobre este tema:

O indivíduo cindido em vários sujeitos só pode falar porque se desloca e se descentra. Este sujeito disperso fala por meio do que Foucault circunscreveu como formações discursivas. (...) Quando Pêcheux chega à sistematização das formações ideológicas, a Análise do Discurso começa então a se configurar como uma linha teórica razoavelmente capaz de lidar com a configuração política dos textos. O discurso materializa pensamentos e sentimentos. (...) Existem razões para que ele exista – mais do que isso, existem razões para que outro discurso não exista. A mesma ideologia que determina a evidência de um determina o ocultamento de outro.

As formações discursivas não são homogêneas. Ao contrário, são construídas pela contradição e suas fronteiras são fluídas. Na Análise do Discurso, as formações discursivas ocupam um lugar central de articulação entre língua e discurso. É pela referência às formações discursivas, que podemos compreender nos discursos, os diferentes sentidos. Segundo Brandão (2002, p. 40), “embora uma FD determine a seus falantes ‘o que deve e pode ser dito’ buscando uma homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior mesmo da ‘unidade’ dos conjuntos de discursos”. A definição de Foucault (2000, p. 43, 44) é esclarecedora:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia” ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de *regas de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.

Seguindo este raciocínio, também podemos afirmar que palavras/expressões iguais podem significar diferente por se inscreverem em formações discursivas diferentes. Assim, a expressão ‘jogo do bicho’ tem significados diferentes para quem faz uma aposta, para quem aponta esta aposta, para o banqueiro do jogo do bicho, para policiais, para alguns políticos das mais variadas colorações partidárias, para o PT, para o Governo Democrático e Popular e para o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública, que ligou o partido à contravenção.

No texto, as relações entre as diferentes formações discursivas podem ser de confronto, de sustentação mútua, de exclusão ou de aparente neutralidade. Orlandi (2002) observa que todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. Para compreender o sentido do que está dito, o analista observa as condições de produção e o funcionamento da memória para remeter o dizer a uma formação discursiva e não outra.

Conforme Cazarin (1999), quando o sujeito fala, ele adere a uma formação discursiva, porém, dentro dela e apesar dela determinar o que pode e deve ser dito, há, ou, pode haver, efeitos de contradição. “[...] a forma como a posição-sujeito relaciona com a forma-sujeito (sujeito da FD), revela a não homogeneidade da FD e conseqüentemente do discurso”. (Ibidem, p. 131).

4.3.1 Paráfrase, polissemia

Resta-nos acrescentar que as formações discursivas envolvem dois tipos de funcionamento: a paráfrase (mesmo) e o pré-construído (já-dito). Uma formação discursiva é constituída por um sistema de paráfrase, ou seja, os enunciados são retomados e reformulados, preservando a sua identidade. É um mecanismo de fechamento, que delimita as fronteiras de uma formação discursiva. A essa noção, Orlandi (2002) contrapõe uma

outra: a polissemia (diferente), que rompe essas fronteiras embaralhando os limites entre diferentes formações discursivas, instalando aí a pluralidade de sentidos.

O pré-construído é aquilo que remete a uma construção anterior e exterior. Como diz Brandão (2002, p. 39), “é o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já-aí. [...] corresponde ao ‘*toujour déjà-là*’ da interpelação ideológica que não só fornece, mas impõe à “realidade” (“o mundo das coisas”) o seu “sentido” sob a forma da universalidade”.

Todo discurso se faz na tensão entre o mesmo e o diferente. Esse jogo entre a paráfrase e a polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político, pois todo o dizer é ideologicamente marcado. A matriz do sentido, a paráfrase é lugar de estabilização. Aqui temos o retorno ao mesmo espaço do dizer, onde são produzidas diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. Não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, no já dito. A deriva e o deslize são efeitos metafóricos, são a transferência, as palavras que falam com outras palavras. E aqui cabe sublinhar que os discursos jornalísticos tendem à paráfrase, ao mesmo, à estabilização do dizer.

A polissemia joga com o equívoco e vem a ser o diferente, o deslocamento, a ruptura de processos de significação. É o a se dizer, é a fonte da linguagem, uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. Como observa Orlandi (2002, p. 36), toda vez que falamos produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, mas falamos com palavras já ditas. “E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”.

4.3.2 Interdiscurso e intradiscurso

Para a AD, todo dizer se encontra na confluência da memória com a atualidade. A memória irrompe re-atualizando o dizer. Assim, o interdiscurso, que vem a ser a memória discursiva, aquilo que fala antes, em outro lugar, de forma independente é o lugar onde se alojam os dizeres já ditos. É o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna na forma do pré-construído, do já dito, que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. As formações discursivas são definidas pelo interdiscurso. Como diz Orlandi (2002, p.33, 34):

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. (...) é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o 'anonimato', possa fazer sentido em 'minhas' palavras. (...) Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. (...) A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação).

No interdiscurso, memória e esquecimento estão congregados. Então, o analista trabalha com a presença do interdiscurso no intradiscurso e relaciona essa memória com o esquecimento. Já o intradiscurso é a formulação, é aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. A formulação está determinada pela relação que estabelecemos como o interdiscurso/constituição, com a historicidade, com o saber discursivo, que foi se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres. E é desta relação do interdiscurso com o intradiscurso que se extraem os sentidos.

4.4 Ilusão discursiva: esquecimentos

De acordo com Pêcheux, a ilusão discursiva abrange dois tipos de esquecimento, que são estruturantes e fazem parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. O

esquecimento número um, ou ideológico é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia. Por esse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser o senhor do que diz quando, na realidade, retoma sentidos pré-existentes.

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação, e produz nos sujeitos a impressão da realidade do pensamento, que é denominada ilusão referencial. Essa impressão faz com que os sujeitos acreditem numa relação direta entre o pensamento, linguagem e o mundo, a ponto de pensar que o que disseram só poderia ser dito daquela maneira.

Em relação ao esquecimento número um especificado por Pêcheux, Orlandi (1988) diz que, a ilusão origina-se de um apagamento. O sujeito tem a impressão/ilusão de que é ele próprio a fonte desse sentido, por isso, ele se representa como criador absoluto de seu discurso. Já pelo esquecimento número dois, que é parcial e semiconsciente, o falante seleciona a sua fala. Segundo a mesma autora (1988, p. 11), “nessa perspectiva, a escolha entre as várias construções (as paráfrases possíveis) é significativa. Formam-se, ao longo do dizer, famílias parafrásticas – o que não se diz, mas que se poderia dizer naquelas condições – e que fazem parte do que se diz”.

Os sujeitos esquecem involuntariamente o que dizem para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem enquanto sujeitos. E é assim como nos explica Orlandi (1988), que as suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam, retomando palavras já ditas como se elas se originassem neles e é assim que sujeitos e sentidos estão sempre em movimento, sempre as mesmas palavras, mas ao mesmo tempo, sempre outras. E cabe, então, ao analista desfazer os efeitos desta ilusão, de que aquilo que é dito só poderia ser dito daquela maneira.

Segundo Machado e Jacks (2001), no jornalismo, esse apagamento pode ser identificado especialmente na relação com as fontes de informação. Os jornalistas utilizam no cotidiano do seu trabalho não apenas a visão das fontes sobre a realidade, como também as expressões por elas fornecidas. “Em muitos momentos, assumem as perspectivas de enunciação de outros pensando serem as suas. No momento em que produzem o texto, consideram-se o dono deste discurso, seu *autor*”. (Ibidem, 283).

4.5 Condições de produção dos discursos

Os discursos acontecem dentro de um contexto social, portanto, estão sempre em relação com a exterioridade. As condições de produção dos discursos têm a ver num contexto imediato com as circunstâncias da enunciação, e num sentido amplo, com o contexto sócio-histórico e ideológico.

Segundo Orlandi (2002), as condições de produção dos discursos funcionam de acordo com certos fatores. Um deles tem a ver com a relação de sentidos, ou seja, não há discurso que não se relacione com outros discursos. Tem a ver também com o mecanismo de antecipação, pelo qual todo sujeito tem a capacidade de experimentar ou de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Assim, o sujeito dirá de um modo, ou de outro, de acordo com o efeito que pensa produzir em seu ouvinte.

As condições de produção dos discursos têm a ver, ainda, com as relações de forças, ou dito de outra forma, o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. E estes mecanismos de funcionamento dos discursos repousam nas Formações Imaginárias. O sujeito que fala tem dois horizontes imaginários, pois reflete sobre si e sobre o outro. E no caso dos jornalistas, como dizem Machado e Jacks (2001), estes profissionais têm em mente, mesmo que de modo internalizado ou intuitivo, o seu ‘público leitor’. Imaginam

saber o que o leitor quer saber e até onde vai o seu interesse. Assim, eles falam e escrevem para leitores virtuais/imaginários.

Por esse mecanismo, se produzem as imagens dos sujeitos e do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Assim temos pela imagem da posição-sujeito-locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), pela posição sujeito-interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). Conforme Orlandi (2002), esse jogo pode ficar ainda mais complexo se fizermos intervir a antecipação, pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto de discurso e assim por diante.

Com diz Brandão (2002), nos discursos, as relações entre esses lugares acham-se representadas por formações imaginárias, que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. “Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do ‘imaginário’ do outro, fundar estratégias de discurso”. (BRANDÃO, 2002, p. 36).

Nessa trajetória sobre os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, que trabalham a relação da língua, discurso e ideologia, destacamos, sobretudo a presença da ideologia nos discursos, as denominações, as formações discursivas e, ainda tratamos das condições de produção dos discursos. Estes instrumentos nos auxiliam na compreensão de nosso objeto de estudo. Agora, então, passamos a especificar os procedimentos analíticos da nossa pesquisa.

4.6 Procedimentos analíticos da pesquisa

Do ponto de vista discursivo não basta apontar o sentido hegemônico, mas é necessário considerar a relação de forças que permitiu esta hegemonia, filiar este sentido a outros com os quais ele pode ser relacionado e, por fim compreender como e por que aquele sentido ‘colou’ e os demais não, que condições foram necessárias para fazer sentido no discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública.

As notícias trazem na constituição de seus textos, traços históricos e sociais e estas marcas fazem parte dos processos de significação, porque linguagem e história se constituem mutuamente e os sentidos precisam ser pensados na sua historicidade. Como preconiza a AD, nos estudos discursivos não se separa forma de conteúdo e procura-se compreender a língua não só como estrutura, mas, sobretudo como acontecimento.

Para construir o *corpus* de nossa pesquisa, partimos das 48 edições do jornal Zero Hora subseqüentes às audiências da CPI da Segurança Pública e mais a edição com matérias sobre a leitura do relatório final da CPI, totalizando assim 49 exemplares, que circularam entre 18 de abril e 15 de novembro, de 2001. Para efeito desta pesquisa, trabalhamos exclusivamente com matérias ditas informativas, com títulos e com manchete de capa. Desta forma, o gênero opinativo foi totalmente descartado nesta pesquisa.

Nestas 49 edições do jornal Zero Hora foram publicadas 110 matérias informativas sobre a CPI da Segurança Pública. A partir deste recorte, selecionamos matérias conforme a seguinte classificação: a) matérias sobre o PT no governo do Estado, edições de 19/04 e 07/08; b) matérias sobre a intervenção do jornal na pauta da CPI da Segurança Pública, que tiveram o PT ou seus integrantes como foco, edições de 24/04 e 18/05; c) matérias e títulos específicos sobre o PT. Esta última classificação é composta pela manchete de capa

publicada no dia 11/11, por títulos, por matérias ou retrancas que tiveram a sigla PT em seus títulos, edições de 27/06, 16/10, 27/10, 30/10, 02/11, 10/11, 11/11 e 15/11.

Entendemos que nestes três conjuntos de textos há uma representatividade, que nos permite estudar o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI, enquanto um corpo discursivo. Excluimos, por não ser motivo de nossa investigação, as matérias informativas que não trataram sobre o PT, bem como as cartas ao leitor, as ilustrações, as charges, os editoriais, os artigos de opinião e as colunas assinadas.

O objetivo geral deste estudo é verificar se o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, no período apontado, construiu resistência e oposição a este partido político e ao poder instituído no Estado, visando desestabilizar o capital simbólico do PT - a sua credibilidade.

A seguir, passamos a analisar a estratégia do discurso deste jornal sobre o PT durante a CPI da Segurança Pública, a identificar as denominações utilizadas pelo veículo de comunicação para se referir ao partido e a identificar as FDs sobre o PT, contidas no discurso do jornal em função de uma dominante.

5 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

5.1 Atuação articulada direciona os sentidos

O jornal Zero Hora, articulado com veículos de comunicação da RBS, interferiu na pauta da CPI da Segurança Pública, gerou acontecimentos midiáticos, fiscalizou as ações do governo petista e do PT, sugeriu os rumos que o governo e o partido deveriam tomar e empreendeu um discurso jornalístico marcado por repetições, críticas e denúncias ao governo do Estado e ao PT.

O jornal também usou, no seu discurso jornalístico, as ironias de enunciados de setores contrários ao governo do Estado e ao PT, sobretudo, a questão da ‘ideologização’ na área da segurança pública. E em busca da reivindicada ‘objetividade’ jornalística e da ‘verdade’ dos fatos, recorreu a rituais estratégicos como: ouvir os dois lados, apresentar provas complementares, usar aspas e a pirâmide invertida.

5.1.1 A Rádio Gaúcha diz e o jornal Zero Hora repete

Não foi por acaso que o que a Rádio Gaúcha disse sobre o governo do Estado e sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública, o jornal Zero Hora repetiu, o jornal Diário Gaúcho repetiu, a RBS TV repetiu e a TV COM repetiu. Este movimento sincronizado e articulado visou formatar um discurso hegemônico para ser seguido pela sociedade gaúcha. As estratégias discursivas jornalísticas têm esta capacidade de instituir e de direcionar os sentidos que querem colocar em circulação. Mas, apesar do jornalismo trabalhar desambiguizando o mundo e homogeneizando os sentidos, nenhum discurso se dá fora do contexto social e é sempre devedor de uma ideologia.

No caso em análise, o jornal operou como um sistema leitor da realidade e, através das matérias sobre a CPI da Segurança Pública, passou para seus leitores as imagens que fazia sobre o governo do Estado e sobre o PT. Esses processos de produção das notícias não se restringem ao espaço da redação, vão além e se consolidam num outro espaço discursivo, que trata de enunciar e de dar direção aos ditos elaborados pelo espaço da redação.

A interferência do jornal Zero Hora na pauta da CPI da Segurança Pública e a sua sintonia afinada com veículos da RBS podem ser observadas na matéria que repercutiu a entrevista concedida a Rádio Gaúcha, pelo secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol. Esta notícia constou em abertura de página (espaço importante em termos de diagramação), foi apresentada em duas colunas e parte das declarações do secretário foi ‘reproduzida’ num box separado. Diz a notícia:

Uma declaração do secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol, de que parte da Polícia Civil tira proveito do controle que tem sobre o crime, pode se tornar mais um ponto de investigação da CPI da Segurança Pública da Assembléia.

As Declarações

Trecho do programa “Os Gaúchos e o Rio Grande”, veiculado na manhã de sábado pela Rádio Gaúcha, em que Bisol fala sobre a Polícia Civil:

“O problema policial da Região Metropolitana está muito ligado à corrupção na área policial. Isso eu vou te afirmar aqui sem medo nenhum. Eu cuido muito de não entregar armas, veículos e outros instrumentos e meios, se há suspeitas sobre o servidor que vai receber isso. (...)”

Por exemplo, na área policial militar existem certos recursos que dão agilidade para a solução administrativa. Se você verifica que um PM tem desvios de comportamento, ou se corrompeu, a Brigada tem a arma legal para dispensá-lo, expulsá-lo imediatamente. Agora, um policial civil é tremendamente difícil de mexer. (...)”

Eu estou dizendo que a polícia tem o controle do crime, não repassa para o Estado esse controle e uma parte dela tira proveito próprio desse controle. Desastre semelhante é difícil de se diagnosticar. (jornal Zero Hora, 24/04/2001, p. 34).

É de conhecimento público que uma parte da polícia apóia o crime organizado e se beneficia da estrutura estatal para agir criminosamente neste espaço. A penetração da corrupção policial em alguns órgãos públicos não ocorre apenas no Rio Grande do Sul, mas

faz parte de um modelo deteriorado, que não consegue mais dar conta da segurança pública dos cidadãos e cidadãs brasileiros. E a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que visava a unificação das polícias e estava sendo discutida naquela ocasião, era uma tentativa de mudar este paradigma contaminado por ações ilícitas.

O jornal superdimensionou a entrevista e transformou as declarações do secretário num acontecimento superior ao fato em si. A corrupção policial não é algo novo, imprevisível ou surpreendente, mas está entranhada na esfera estatal há muito tempo. E mesmo que isto enfraqueça o seu valor-notícia, a informação deveria sim, ser passada à sociedade, mas não de forma descontextualizada como aconteceu, pois se trata de um tema complexo, que deve ser combatido com políticas públicas adequadas e abordado com seriedade pela imprensa.

Esta notícia não se reproduziu exclusivamente a partir das declarações do secretário, pois ao serem reconstruídas, as notícias transcendem os acontecimentos reais e seus textos se impregnam de conteúdos culturais, políticos, ideológicos e simbólicos pré-existentes. Existiam motivos para que aquelas declarações sobre corrupção policial ganhassem visibilidade naquele momento histórico. Da mesma forma, atualmente, existem motivos para que outras notícias sobre o mesmo tema sejam silenciadas, pois no domínio do político, o discurso midiático ora normaliza e arrefece, ora revoluciona e aquece a luta pela detenção do exercício do poder.

Convém lembrar que pela própria natureza do jornalismo, os acontecimentos são dinâmicos e perenes. De uma forma em geral, o que é notícia num dia, deixa de ser no dia seguinte. Mas não foi o que aconteceu neste caso específico. As declarações do secretário foram ao ar no sábado, geraram debates entre os deputados da CPI na segunda-feira e foram publicadas na terça-feira pelo jornal Zero Hora, que retomou o assunto em edições

posteriores, alimentando a pauta da CPI e direcionando os sentidos que desejava colocar em circulação.

O caso em análise ilustra como se materializou, na prática, a articulação entre o jornal Zero Hora e demais veículos da RBS. No exemplo, foi a Rádio Gaúcha quem pautou os deputados da CPI da Segurança Pública, que solicitaram uma cópia da entrevista e com base nas declarações do secretário aprovaram o 13º item de investigação, em 17 de maio. Neste período, o jornal Zero Hora ‘colaborou’ produzindo outras matérias sobre o mesmo tema, prolongando, assim, a vida útil deste acontecimento.

5.1.2 Diário Gaúcho ‘descobre’ e Zero Hora publica

O ‘furo’ jornalístico do jornal Diário Gaúcho sobre a investigação da Polícia Civil a financiamentos de campanhas eleitorais de deputados estaduais, por banqueiros do jogo do bicho, também foi acolhido pelo jornal Zero Hora. Esta atuação confirma a interferência da mídia no jogo político. Diz a notícia:

O corregedor-geral da Polícia Civil, Pedro Goldemir Urdangarin, reconheceu ontem em depoimento à CPI que a Polícia Civil investiga o suposto envolvimento de deputados estaduais com o jogo do bicho, conforme reportagem publicada pelo Diário Gaúcho em 11 de maio. (...)
Urdangarin informou que a investigação teve início a partir da apreensão de material político-partidário em uma banca do jogo do bicho em Estrela. O inquérito, instaurado em 17 de maio do ano passado, ainda não está concluído, e ninguém foi indiciado. (jornal Zero Hora, dia 18/05/2001, p. 42).

O jornal Zero Hora transformou esta notícia num acontecimento jornalístico e se orgulhou do seu feito. Esta tendência de auto-elogiar-se é generalizada na mídia, que constantemente fala bem de si mesma. Além disso, a luta travada no interior do campo jornalístico gira em torno do ato de nomear, do poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar.

Da mesma forma, o campo político é um campo de forças, um campo de lutas, onde os subcampos estão em constantes disputas para transformar a relação de forças. Assim, os agentes do campo político geram produtos políticos, levantam problemas, apresentam denúncias, indicam investigações e tecem comentários direcionados ao público-eleitor.

Mas se partimos da perspectiva de que os jornalistas não ‘descobrem’ coisas e sim fazem coisas, então podemos nos indagar sobre as razões que transformaram em notícia uma investigação que vinha sendo conduzida ‘sigilosamente’ há cerca de um ano. Como já assinalamos, enquanto no passado os jornalistas corriam atrás das notícias, atualmente são as notícias que correm atrás dos jornalistas.

Qual o interesse dos jornais da RBS em divulgar aquela notícia naquele momento? Como o jornal chegou àquela pauta? Estas são algumas reflexões que levantamos diante deste jogo entre o campo da política e o campo da comunicação. Como já vimos, as notícias jornalísticas se reinscrevem sob o efeito ideológico da evidência e da objetividade, na direção de sentidos desejada/determinada pela formação discursiva hegemônica.

Estes processos de ofertas de sentidos se fazem em meio a uma multiplicidade de situações discursivas, em relação às quais os suportes jornalísticos se encontram subordinados ou são por elas co-determinados. E isso aponta para a natureza complexa que caracteriza o trabalho de investimento da produção de sentido que se realiza e que é realizado pela esfera das mídias.

A maioria dos deputados da CPI decidiu lacrar este inquérito policial, que fora iniciado há mais de um ano, guardar no cofre da Assembléia Legislativa e remeter os documentos à análise do Tribunal Regional Eleitoral, que acabou arquivando o processo.

O jornal Zero Hora teve motivos para divulgar aquelas investigações, porém não demonstrou o mesmo interesse para investigar os denunciados por aquele inquérito policial e ‘descobrir’ se havia ou não irregularidades naquelas denúncias.

Como já assinalamos, o discurso jornalístico se faz entre o dizer e o não dizer. Neste caso convinha ao jornal silenciar sobre os nomes apontados pelo inquérito e publicizar apenas as ações ‘inadequadas’ do governo do Estado. Muitas vezes o que é dito tem pouco significado, o sentido pode estar no não dito, nas entrelinhas, nos pressupostos.

Neste outro exemplo, também podemos observar a troca de pautas entre o jornal Diário Gaúcho e o jornal Zero Hora, durante a CPI da Segurança Pública. Diz a matéria:

No dia 17 de maio de 2001, o ex-tesoureiro do PT Jairo Carneiro dos Santos procurou o jornal Diário Gaúcho.

Em conversa por telefone com o editor de Polícia, Plínio Nunes, Jairo disse ter denúncia relacionada ao jogo do bicho.

No dia seguinte, em encontro com Nunes e com o repórter Carlos Henrique Nunes, Jairo afirmou que a sede estadual do PT, em Porto Alegre, fora comprada com dinheiro doado por bicheiros. Segundo o ex-tesoureiro, o gasto com o prédio era parte de um total de R\$ 600 mil que teria sido injetado na campanha eleitoral do governador Olívio Dutra por banqueiros do bicho. (...)

Diante da aparente gravidade das declarações de Jairo, uma cópia da gravação foi entregue unicamente ao relator da CPI da Segurança Pública, deputado Vieira da Cunha (PDT), no dia 22 de junho. Transcrições da fita já haviam sido entregues ao relator quatro dias antes. (...)

O jornal decidiu não publicar o conteúdo da fita por considerar que as denúncias careciam de provas. (jornal Zero Hora, 27/06/2001, p. 6).

Este tema se manteve na pauta do jornal Zero Hora até o fim dos trabalhos da CPI da Segurança Pública. Na edição em análise, o assunto ocupou uma página inteira do jornal e foi subdividido em várias matérias. A principal abordou o depoimento do ex-tesoureiro do PT à CPI da Segurança Pública e foi ilustrada com uma foto, onde aparecem além do depoente, um deputado da CPI, o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e um segurança da Assembléia Legislativa.

Abaixo da foto, o jornal explicou quem é Jairo Carneiro e numa retranscrição retomou o argumento de que o ex-tesoureiro havia procurado o jornal Diário Gaúcho para fazer aquela

denúncia. Nesta mesma página, ainda há uma coluna da jornalista Rosane de Oliveira intitulada: “Palavra contra palavra”. Em seu depoimento aos deputados, Jairo Carneiro disse que havia mentido quando falou para os jornalistas do jornal Diário Gaúcho que a sede do PT havia sido comprada com dinheiro do jogo do bicho.

Nosso foco de interesse aqui não é saber se o depoente mentiu, ou não. Nossa indagação é sobre os sentidos produzidos pelo discurso do jornal Zero Hora sobre o PT durante a CPI e mostrar como o jornal pautou a CPI com temas relativos ao PT. Podemos, então, dizer que as motivações de diferentes ordens que presidem o trabalho sócio-organizacional de produção jornalística somente podem colocar a questão dos “efeitos presumidos”, caso se faça discursos.

Fausto Neto (2002) explica que é nesta instância que se estruturam possíveis intencionalidades de uma situação de comunicação, pois é nela que as operações enunciativas tratam de definir os “seres discursivos” do processo de comunicação, os lugares de onde proferem suas enunciações, o papel das interdiscursividades na montagem destas realidades e finalmente as representações em torno das quais se fixa a realidade que é tecida pelo âmbito discursivo.

Além disso, a mídia vem tomando como de interesse geral da sociedade a importância da ética sobre a política, desqualificando a política como um todo e mais especificamente a política partidária. Em termos gerais, o tratamento dado às informações e o enfoque sobre os temas políticos têm sido marcados por banalizações, vulgarizações, sensacionalismos e espetacularizações.

O papel exercido pela mídia também vem apontando para uma crescente despolitização da sociedade. As informações deixaram de ser um bem público e um direito dos cidadãos para se transformar em meras mercadorias que são vendidas aos consumidores

com o objetivo de obter lucro. Este modelo nada tem a ver com a democracia da comunicação e da informação e já dá indícios de saturamento porque não corresponde mais às exigências dos cidadãos.

É evidente que a mídia precisa divulgar as denúncias de irregularidades, mas utilizar as informações com objetivos políticos, ideológicos e econômicos próprios é desrespeitar os cidadãos e cidadãs. Por isso, a importância de discutirmos o mito da objetividade jornalística, pois os jornais e jornalistas não podem se escudar atrás de uma suposta neutralidade jornalística para dizerem o que querem e como querem. Estes três exemplos apontados mostram como o jornal Zero Hora, articulado com veículos da RBS, pautou a CPI da Segurança Pública com temas relativos ao PT.

5.2 Jornal fiscaliza as ações e sugere rumos ao PT

O jornal Zero Hora fiscalizou as ações do PT e do governo do Estado e sugeriu os rumos que ambos deveriam tomar. Podemos observar estas estratégias nestas quatro seqüências discursivas³⁷, que tratam da expulsão de Diógenes de Oliveira do PT. A primeira faz parte de uma reportagem especial, que ouviu integrantes da direção nacional do partido na matéria principal e teve como fonte de informação o vice-governador do Estado, Miguel Rossetto, na matéria secundária.

Na foto que ilustra a matéria de abertura de página, aparecem o presidente nacional do PT, José Dirceu e outros integrantes do partido, tendo ao fundo uma bandeira da agremiação, um quadro do Instituto Cidadania e outro da Fundação Perseu Abramo. Há um orador na tribuna segurando um documento na mão esquerda e gesticulando com a mão

³⁷ O termo empregado aqui segue os pressupostos da Escola Francesa da Análise do Discurso que “tende a trabalhar com corpus de unidades de tamanho igual ou superior à frase que ela extrai da continuidade dos textos. Courtine fala de *seqüências discursivas* para essas unidades, cuja forma varia segundo o tipo de análise praticado”. (MAINGUENEAU, 1998, p. 128).

direita. Embora com tantos elementos e quatro pessoas, a foto passa uma imagem de espaço vazio e desarticulado. Apenas uma pessoa olha para o orador. Enquanto o presidente da sigla olha para uma suposta platéia, o outro integrante da mesa está com os olhos fechados. Esta foto foi legendada da seguinte forma: “Avaliação: a executiva nacional do PT se reuniu para analisar os **estragos** provocados pelas denúncias”. [grifo nosso].

A outra foto publicada nesta mesma reportagem é do vice-governador, que foi fotografado durante entrevista concedida à RBS TV. Esta foto teve a seguinte legenda: “Entrevista: o vice-governador ressaltou que o PT tem postura contrária à contravenção”. Do lado direito da página, o jornal destaca em itálico, em corpo maior e entre aspas, alguns fragmentos das falas do deputado federal José Genoíno, do vice-governador e da deputada estadual Luciana Genro. A notícia diz:

Como Olívio negou que tenha dado poderes para falar em seu nome e o próprio Diógenes disse ter dado um carteiraço ao defender os bicheiros, **é provável que o PT decida pela sua expulsão**. (jornal Zero Hora, 30/10/2001, p.4). (grifo nosso).

Neste recorte ‘ouvimos’ as vozes do governador do Estado, de Diógenes de Oliveira e dos agentes jornalísticos envolvidos na produção da notícia, que escreveram para um leitor virtual. Este concerto polifônico adquiriu uma certa unidade, uma coerência que harmonizou estas diferentes vozes, ao mesmo tempo em que apagou as vozes daqueles que não queriam a expulsão de Diógenes de Oliveira.

Através deste discurso, o jornal considera provável que o PT decidisse pela expulsão de Diógenes de Oliveira. O argumento da expulsão de Diógenes de Oliveira foi repetido em sucessivos discursos jornalísticos e levou o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, a formular uma resposta cifrada para o jornal, durante o ato de desagravo ao governo Olívio Dutra, na Praça da Matriz em Porto Alegre, no dia 9 de

novembro. Na ocasião, Lula disse que seu partido não iria entregar a cabeça de um companheiro para a direita porque a agremiação tem instrumentos para reparar este tipo de tropeço.

Observamos aí uma disputa entre os campos, cada qual com suas tensões internas e confrontos entre si, que ilustram a interferência da mídia na política. Ao contrário de épocas passadas, hoje a mídia não funciona mais como um instrumento a serviço do poder político instituído, mas joga sutilmente com os partidos políticos e com as instâncias governamentais de poder, de acordo com os seus interesses políticos, econômicos e ideológicos, que podem ser de complementaridade ou de confronto.

Nesta outra seqüência discursiva, o jornal coloca para o partido a possibilidade de escolher entre ficar ao lado de um militante como Diógenes de Oliveira, ou sacrificá-lo. Há novamente uma interferência do discurso jornalístico no jogo da política partidária. Como já dissemos, o ato de noticiar não é neutro e nem desinteressado. Nele se entrecruzam os interesses dos repórteres, dos anunciantes, dos leitores e das forças políticas em confronto, no momento histórico em que foi produzido. Diz a notícia:

A questão é escolher entre ficar ao lado de um sujeito que confessa ter usado indevidamente o nome do governador Olívio Dutra quando pediu ao então chefe de Polícia, Luiz Fernando Tubino, para aliviar a repressão ao jogo do bicho, ou sacrificar um militante com larga folha de serviços prestados ao partido. (jornal Zero Hora, 11/11/2001, p.4). (grifo nosso).

Na próxima seqüência discursiva, o jornal se mostra impaciente com a demora do PT decidir sobre o rumo de Diógenes de Oliveira e utiliza expressões como “congelada” e “alegação” para criticar a lentidão do partido em tomar uma posição. Diz a notícia:

A investigação sobre Diógenes ficou **congelada** até agora com a **alegação** de que era preciso esperar a instalação da Comissão de Ética que toma posse junto com a nova diretoria do partido. (jornal Zero Hora, 11/11/2001, p.4). (grifo nosso)

No exemplo seguinte, o discurso jornalístico volta a mencionar a provável expulsão de Diógenes de Oliveira deixando escapar a sua inclinação pela expulsão. E questiona se é possível isolar o PT ético, do PT não-ético. Indaga sobre o "outro" PT. Deixa em suspenso a possibilidade, ou não, de isolar o bem do mal, a contravenção da lisura, a transparência do turvo, o inteiro do fraturado.

Quem deve responder a esta indagação? O PT? Os petistas? Os não-militantes? O governo do Estado? Os partidos de oposição? Os contraventores? Não se trata de um discurso estático. Por ele atravessam múltiplos sentidos, que podem também ser compreendidos como uma afirmação de que a partir daquele momento histórico, devido àquele contexto de denúncias, a imagem da sigla foi arranhada, produzindo aí novos sentidos. A seqüência discursiva que nos referimos acima, diz:

A provável expulsão de Diógenes, mesmo contra a vontade do grupo que prefere reduzir o episódio a uma 'conspiração da direita', enseja uma pergunta: **é possível isolar Diógenes do PT?** (...) Diógenes não é descartável, suas ligações são mais sólidas e mais antigas. (jornal Zero Hora, 11/11/2001, p.4). (grifo nosso)

5.3 O fantasma das eleições de 2002

As movimentações dos partidos políticos e dos candidatos a pleitos eleitorais no país têm aparecido na mídia, um ano antes do Tribunal Regional Eleitoral determinar o período de campanha. Em algumas vezes, as disputas se antecipam, e em outras se mantêm no discurso jornalístico mesmo após o encerramento do pleito. Nossa pesquisa observou no discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI realizada em 2001, de um lado, resquícios do pleito de 1998 e de outro, a antecipação do sufrágio universal de 2002.

As práticas rotineiras do jornalismo permitem aos agentes noticiosos decidir quais as histórias serão noticiáveis e quais não serão noticiáveis. Desta forma, o que sai ou não no jornal depende das escolhas das pautas, das fontes de informações, dos cortes e prioridades

que os repórteres fazem da realidade e dos ângulos e enquadramento de cada matéria. E tudo isso envolve procedimentos complexos que estão sujeitos em todo seu percurso, a condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos. Os exemplos a seguir nos mostram a presença dos pleitos eleitorais de 1998 e 2001, no discurso do jornal:

Que essas denúncias produzem desgaste para o partido, isso é óbvio. Não vamos esconder o sol com a peneira. É claro que uma notícia como essa atinge a imagem do PT. José Genoíno, deputado federal (PT/SP). (jornal Zero Hora, 30/10/2001, p.4). (grifo nosso).

Para evitar a perda de um de seus principais ativos eleitorais – a ética na administração pública -, a direção nacional do PT está dando duas orientações gerais para seus governadores, em meio às acusações que envolvem as três administrações estaduais do partido. (jornal Zero Hora, 2/11/2001, p.6). (grifo nosso).

(...) Temos claro que o objetivo de nossos adversários é demolir um dos pilares da credibilidade petista, que é justamente a questão da ética – diz o secretário petista de Assuntos da Federação, Jorge Bittar. Para ele, **a relação das denúncias** com a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas é **‘clara’**. (jornal Zero Hora, 2/11/2001, p.6). (Enunciado – 47). (grifo nosso).

No trecho final, **em tom de campanha eleitoral**, o presidente de honra do PT disse que um governo do PT em nível federal terá de atacar a exclusão social. (jornal Zero Hora, 10/11/2001, p.5). (grifo nosso).

(...) Mas a CPI não apurou nada de ilegal e vai se tornar cada vez mais um **palanque eleitoral** – disse Tarso antes do início do ato. (jornal Zero Hora, 10/11/2001, p.5). (grifo nosso).

(...) Lula iniciou seu discurso (...) Olívio, você foge aos padrões que a elite brasileira está acostumada a ver num governador. **Não existia na previsão política deles** a possibilidade de que um bancário de Bossoroca se elegeesse governador do Estado. (jornal Zero Hora, 10/11/2001, p.5). (grifo nosso).

Antes de Lula, Olívio fez um longo e aplaudido discurso, no qual defendeu a atuação do governo do Estado na área da segurança e **fez críticas ao governo do antecessor**, Antônio Brito. (jornal Zero Hora, 10/11/2001, p.5). (grifo nosso).

5. 4 O acontecimento vira notícia e a notícia vira repetição

Uma das marcas identificadas pela nossa pesquisa no discurso do jornal Zero Hora sobre o PT durante a CPI da Segurança Pública foi a repetição, como mostramos no quadro apresentado na seqüência, onde grifamos palavras que foram ditas e repetidas várias vezes.

Como já pontuamos, a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas um poderoso recurso que serve a interesses políticos, ideológicos e econômicos.

Através destas marcas, podemos observar os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico, pois pela linguagem passam as disputas pelo poder e pelo desejo, e compreender melhor porque o jornal construiu o seu discurso de um jeito e não de outro, quais os interesses que estavam em jogo naquele contexto político, histórico e social. O analista deve estar atento a estes fatores externos, pois a língua não é só estrutura, mas também acontecimento.

Orlandi (1999) propõe três formas de repetição: a) repetição empírica ou mnemônica, que é a do efeito papagaio, só repete; b) repetição formal ou técnica, que é um outro modo de dizer o mesmo e c) repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento “porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido”. (ORLANDI, 1999, p.54).

Seguindo nesta perspectiva, podemos dizer que, no período em estudo, a repetição foi de natureza histórica porque não há discurso que não se relacione com outros discursos e, também, porque todo sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar que seu interlocutor “ouve” suas palavras, assim este sujeito dirá de acordo com o efeito que pensa produzir em seu ouvinte.

A Análise do Discurso trabalha com os espaços organizados entre um dizer já-dito, com sentidos já legitimados antes e em algum lugar, e a possibilidade da abertura desse dizer para rupturas, provocando o surgimento de outros sentidos. Esta disciplina considera, no movimento dos sentidos, a relação de forças entre “um” e o “múltiplo”, entre o mesmo e o diferente, e assinala que na repetição também pode haver diferença.

Data/página	Enunciados*
27/06/2001, p.6	<p>(...) quando disse, em uma conversa gravada com dois jornalistas do Diário Gaúcho, que o partido havia recebido dinheiro do jogo do bicho na campanha eleitoral de 1998.</p> <p>Carneiro procurara o jornal há 40 dias para dizer que o partido havia recebido R\$ 600 mil de banqueiros do jogo do bicho.</p> <p>Jairo afirmou que a sede estadual do PT, em Porto Alegre, fora comprada com dinheiro doado por bicheiros.</p> <p>Segundo o ex-tesoureiro, o gasto com o prédio era parte de um total de R\$ 600 mil que teria sido injetado na campanha eleitoral do governador Olívio Dutra por banqueiros do jogo do bicho.</p> <p>O esquema, conforme Jairo, teria se concretizado por meio do Clube de Seguros da Cidadania entidade sem fins lucrativos dedicada à estipulação de seguros e fundada em 1997.</p> <p>De um lado, a tropa de choque do Palácio Piratini tentava de todas as formas desqualificar a fita.</p>
16/10/2001, p.16	<p>Os parlamentares tentam apurar se o PT recebeu dinheiro doado por bicheiros. Os recursos teriam sido repassados ao clube. As suspeitas surgiram a partir de conversa gravada de Jairo Carneiro com jornalistas do Diário Gaúcho.</p> <p>Em maio, o ex-tesoureiro procurou o jornal e afirmou que o jogo do bicho financiou parte da compra da sede estadual do partido e da campanha eleitoral do governador Olívio Dutra.</p> <p>A loja e a sobreloja do prédio foram adquiridas pelo Clube da Cidadania em julho de 1998 e cedidos ao partido em regime de comodato. Pelos 726,41 metros quadrados situados no início da Avenida Farrapos, no centro da Capital, foram pagos R\$ 310 mil, em valores não corrigidos.</p> <p>Os jornalistas reafirmaram que foram procurados por Jairo Carneiro, que queria fazer denúncias.</p>
27/10/2001, p.10	<p>O partido tem que ser exemplar na apuração – disse Pimenta, salientando não acreditar no envolvimento do governador em qualquer irregularidade.</p> <p>O líder do governo na Assembléia Legislativa, Ivar Pavan (PT), garantiu ontem que o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira, não recebeu delegação do governador Olívio</p>

	<p>Dutra para “negociar nada em nome do partido ou do governo”.</p> <p>A declaração de Pavan foi feita após os deputados terem acesso à degravação do CD com a conversa entre o ex-chefe de Polícia Luiz Fernando Tubino e Diógenes de Oliveira.</p> <p>(...) caso o CD seja verdadeiro, a decisão de Diógenes de Oliveira de procurar o ex-chefe de Polícia foi pessoal.</p> <p>Amigo de Diógenes de Oliveira há 15 anos, o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, duvida que o governador Olívio Dutra tenha dado autorização ‘a quem quer que seja’ para aliviar a pressão sobre o jogo do bicho.</p> <p>Num dos trechos da gravação, Diógenes diz: “Sabe que ao longo desta campanha do Olívio e da outra, do Tarso e das outras nós sempre tivemos uma relação muito boa, muito estreita com esse pessoal do Carnaval e do jogo do bicho”.</p>
30/10/2001, p.4	<p>(...) integrantes do comando nacional do PT decidiram que não irão acobertar nenhuma denúncia envolvendo o governo do Rio Grande do Sul. (Enunciado – 31)</p> <p>A posição do partido é de que Olívio não teve participação no episódio envolvendo o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira.</p> <p>O deputado federal José Genoíno (SP) foi o único que admitiu publicamente o desgaste com as denúncias.</p> <p>A direção do PT fará um balanço dos efeitos da divulgação do conteúdo da conversa entre o presidente do Clube de Seguros da Cidadania e o delegado Luiz Fernando Tubino. No diálogo, ocorrido na casa de Diógenes em 1999, primeiro ano da administração de Olívio, o petista diz a Tubino – na época chefe de Polícia – falar em nome do governador e sugere que a Polícia Civil não reprima o jogo do bicho, com quem o PT teria “uma relação muito boa, muito estreita”. A conversa, gravada por Tubino, veio à tona na última sexta-feira, durante sessão da CPI da Segurança.</p>
02/11/2001, p.6	<p>Não podemos nos intimidar, mas responder à altura. Temos claro que o objetivo de nossos adversários é demolir um dos pilares da credibilidade petista, que é justamente a questão ética – diz o secretário petista de Assuntos da Federação, Jorge Bittar.</p> <p>O caso gaúcho é um exemplo que justifica investigação, segundo o PT.</p>

	<p>O mais recente episódio envolvendo um governo petista é o da divulgação de conversas telefônicas supostamente envolvendo a administração gaúcha com o jogo do bicho.</p> <p>Ontem, Lula voltou a defender o governador Olívio Dutra em entrevista ao programa de Paulo Barbosa na Rádio Record de São Paulo.</p>
10/11/2001, p.5	<p>O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem diante de milhares de pessoas na Praça da Matriz, em Porto Alegre, que o partido vai apurar as denúncias surgidas contra militantes na CPI da Segurança Pública.</p> <p>Não vamos entregar a cabeça de um companheiro nosso para a direita. Nós temos mecanismos para apurar (as denúncias contra Diógenes).</p> <p>Não esperem do PT nenhum tipo de operação abafa.</p> <p>A relação do PT com o Clube de Seguros da Cidadania se tornou desgastada politicamente a partir da divulgação da fita com conversa de seu presidente, Diógenes de Oliveira.</p>
11/11/2001, p. 4	<p>A investigação sobre Diógenes ficou congelada até agora (...)</p> <p>O dilema do PT não se restringe às fronteiras do Rio Grande do Sul.</p> <p>O que acontece no território gaúcho tem maior repercussão do que episódios envolvendo os governos do Acre e do Mato Grosso do Sul.</p> <p>Não há dúvida de que há um abalo no patrimônio ético do partido.</p>
15/11/2001, p. 12	<p>Principal protagonista da CPI da Segurança Pública, Diógenes agora terá de explicar ao PT por que falou em nome do governador Olívio Dutra e do partido ao chamar em sua casa o ex-chefe de Polícia Luiz Fernando Tubino.</p> <p>Na conversa, gravada e levada à CPI da Segurança Pública, Diógenes pediu ao delegado que não reprimisse o jogo do bicho.</p>

* grifo nosso em todas as seqüências discursivas.

No quadro acima, podemos observar a estratégia utilizada pelo jornal, ao longo dos seis meses de trabalhos da CPI da Segurança Pública, para consolidar um discurso hegemônico, para ‘colar’ uma imagem no PT e no governo do Estado e, assim, direcionar

os sentidos do seu discurso junto à sociedade gaúcha. Mas a supremacia de um discurso hegemônico não significa a existência de um único discurso. Se, por um lado, houve mudanças no comportamento do PT, por outro, também houve interesse do jornal em reforçar estas alterações.

5.5 Ironias foram utilizadas

O discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública também utilizou ironias formuladas por algumas de suas fontes de informação. Como nesta seqüência discursiva, que utiliza palavras como *KGB*, *SS*, *guerra revolucionária*, para dizer que o PT estava ‘ideologizando’ a área da segurança pública do Estado do RS:

Na saída, os ouvintes não pouparam críticas ao governador Olívio Dutra e ao secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol. O secretário é um dos autores do projeto de emenda constitucional, mas os ataques a Bisol e Olívio tinham outros motivos além do debate sobre a emenda. Na opinião dos palestrantes, o Estado vive um momento de “**guerra revolucionária**”.

Na Secretaria da Segurança existe uma corregedoria que atua como a **SS** contra os integrantes da Brigada – disse Camargo, comparando o órgão com a tropa de elite das forças armadas nazistas.

Uma **KGB** – gritou alguém da platéia, referindo-se à polícia política da ex-União Soviética, obtendo a concordância de Camargo. (...)

Hoje ainda temos coronéis da Brigada Militar e do PT. Em breve, teremos somente coronéis do PT – disse ele, denunciando que a filiação ao partido estaria sendo exigida para ascensão na carreira. (jornal Zero Hora, 7/082001, p. 37).

Partimos da perspectiva de que os indivíduos são interpelados pela ideologia para se constituírem em sujeitos. Na seqüência discursiva em análise, identificamos o esquecimento ideológico, que é da instância do inconsciente e resulta pelo modo como somos afetados pela ideologia. Por este esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando, na realidade está retomando sentidos pré-existentes.

Os sujeitos esquecem o que já foi dito, para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem enquanto sujeitos. Assim, suas palavras adquirem sentidos. E, neste caso, os

sentidos pré-existentes podem estar relacionados às noções que este sujeito tem sobre comunismo, socialismo, democracia e autoritarismo. Mas este mesmo discurso, que se contrapõe às origens do PT e a sua vocação ‘socialista’, é, ele mesmo, de natureza ideológica. Como já assinalamos anteriormente, a palavra é signo ideológico por excelência, porque é produto da interação social.

5.6 Rituais estratégicos

Em busca da ‘objetividade’ jornalística, o jornal Zero Hora usou no seu discurso sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública os seguintes rituais estratégicos³⁸: a) ouviu os dois lados, b) utilizou aspas, c) apresentou provas complementares e d) seguiu o modelo da pirâmide invertida, que responde aquelas seis perguntas clássicas do jornalismo: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Os jornais e os jornalistas invocam estes rituais estratégicos para minimizar os riscos impostos pelos limitados prazos de entrega das matérias jornalísticas, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores.

Estes profissionais têm poucas horas para se familiarizar com o acontecimento, para recolher as informações, selecionar e redigir as matérias. Depois de pronto, este texto (‘objetivo’, ‘neutro’ e ‘impessoal’) é submetido a uma hierarquia de editores, que verifica se o mesmo corresponde às gramáticas redacionais da empresa jornalística. No entanto, não existe objetividade jornalística e, tampouco, profissionais isentos e descompromissados.

5.6.1 Ouvir os dois lados

Este ritual visa apresentar versões diferentes de uma mesma realidade sem favorecimento de nenhuma das partes. Ao ouvir os dois lados, o jornal e os jornalistas entendem que deixaram para o leitor decidir quais das fontes têm a razão e se dizem

³⁸ Para efeito de nossa análise, utilizamos o modelo do sociólogo Gaye Tuchman (1993), já especificado anteriormente.

objetivos, porque apresentaram pontos de vistas diferentes. Mas a escolha do tema, a seleção das fontes, as perguntas formuladas pelos repórteres, a diagramação e a edição não são procedimentos objetivos.

Durante a CPI da Segurança Pública, o jornal Zero Hora utilizou com frequência o recurso do ‘contraponto’. Em diversos momentos, ocupou uma página inteira de jornal para apresentar uma matéria de denúncia contra o governo do Estado ou contra o PT, reservando apenas uma pequena parte deste espaço para o contraditório. Assim, ‘cumpriu’ com seu dever profissional de ouvir os dois lados, mas o seu discurso não conseguiu atingir a objetividade jornalística.

Contaponto:

O que diz o chefe da Casa Civil, Flavio Koutzii:

“A CPI caminha para um fim melancólico. Com essas convocações, faz uma última e desesperada tentativa de produzir algo espetacular para encobrir o fracasso no tratamento das questões relativas à segurança. Praticamente não se tratou de segurança pública até agora. Está claro que o objetivo da CPI é tentar atingir o PT.

A CPI está bloqueando a luta do secretário José Paulo Bisol contra a banda podre da polícia. Na acareação de quinta-feira passada, um capitão da Brigada Militar manteve o depoimento em que denunciou a relação entre bicheiros e policiais e isso quase não teve repercussão. Nós estamos pagando um preço alto por tentar colocar ordem na área da segurança pública”. (jornal Zero Hora, 16/10/2001, p. 16).

5.6.2 Provas complementares

Em algumas matérias, os jornais e os jornalistas apresentam provas complementares como documentos, cópias de gravações de conversas telefônicas, vídeos e outras imagens para reforçar o seu discurso sobre determinado assunto. Durante a CPI da Segurança Pública, o jornal Zero Hora ilustrou a matéria que tratava da investigação da Polícia Civil sobre doações de bicheiros à campanha eleitoral de deputados estaduais, com duas cópias de ofícios reservados, que serviram de provas complementares ao seu discurso jornalístico. Mas como já vimos anteriormente, os fatos não falam por si, quem fala são os sujeitos

jornalistas e os documentos públicos também não são objetivos, porque estão sujeitos à língua e à história. (Ver anexo número 1, p. 134).

5.6.3 Uso judicioso de aspas

O uso judicioso de aspas é outro ritual estratégico bastante utilizado pelos jornais e pelos jornalistas. Este mecanismo visa, além da literalidade, proteger o repórter de sua própria versão sobre os acontecimentos. No discurso relatado direto, o locutor coloca-se como porta-voz da sua fonte de informação, recorta as palavras do outro e as cita através de aspas. Ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas acreditam que se afastaram da notícia, mas, através deste recurso, também podem passar suas opiniões sobre os fatos, pois não são observadores passivos e desligados e seus discursos ajudam, ativamente, a construir sentidos sobre o mundo, pois como diz Paz (1982), “aquilo que o homem toca se tingem de intencionalidade”. Como podemos observar nestas seqüências discursivas:

“Esta CPI não terá nenhuma preocupação ideológica, não será nenhuma vitrine política, nenhuma disputa entre situação e oposição. Não é uma CPI para atirar pedras no governo, mas para ajudá-lo a encontrar o rumo” Valdir Andres, presidente da CPI. (jornal Zero Hora, 19/04/2001, p. 50).

“A CPI tem um objetivo técnico, não irá tomar cunho político”, Sérgio Zambiasi, presidente da Assembléia. (jornal Zero Hora, 19/04/2001, p. 50).

Ele disse que o ex-chefe “comentou que os bicheiros estariam disponibilizando verbas para o governo, que seriam aplicadas em assistência social”. (jornal Zero Hora, 18/05/2001, p. 42).

O governador garantiu que desconhecia o diálogo travado entre Diógenes e o delegado Tubino e por várias vezes repetiu que a determinação do governo é perseguir e acabar com a chamada “banda podre da polícia e fazer com que as relações com a contravenção sejam zeradas na área da segurança, dentro ou fora do governo”. (jornal Zero Hora, 27/10/2001, p. 10).

Ao mesmo tempo em que exigiu investigação sobre a suposta ligação de líderes e dirigentes petistas com o jogo do bicho, a direção aprovou “apoio incondicional” ao governador Olívio Dutra. (jornal Zero Hora, 30/10/2001, p. 4).

No diálogo, ocorrido na casa de Diógenes em 1999, primeiro ano da administração de Olívio, o petista diz a Tubino – na época chefe de Polícia – falar em nome do governador e sugere que a Polícia Civil não reprima o jogo do bicho,

com quem o PT teria “uma relação muito boa, muito estreita”. (jornal Zero Hora, 30/10/2001, p. 4).

5.6.4 Pirâmide invertida

Este procedimento é o mais problemático para atingir a reivindicada objetividade jornalística. Para elaborar o *lead*, os jornalistas invocam o *news judgement* - a sua perspicácia profissional. Mas esta não é uma habilidade meramente mecânica, pois tudo o que dizemos ou observamos são reconstruções de fatos. Como observa Souza (s/d), o que há de comum entre a percepção e o real não pode ser dito fielmente através de palavras.

O fato de o texto jornalístico ser construído a partir de técnicas de observação, de descrição e de interpretação elaboradas e aceitas, descarta de antemão, qualquer ilusão de objetividade, neutralidade, imparcialidade ou universalidade. As notícias não contam os acontecimentos como eles são, mas de acordo com o seu significado e são construídas pelo lugar de um sujeito da enunciação, o qual trata de aí inscrever as marcas específicas e os sentidos que a edição e o veículo desejam instituir.

Assim, não existe objetividade nos discursos jornalísticos, mas, como diz Souza (s/d), isso não implica que o jornalista deva abandonar a intenção de verdade, a intenção de objetividade e o compromisso com a realidade. Pelo contrário, a impossibilidade de atingir a objetividade não pode ser um alibi para os jornais e os jornalistas fazerem o que querem, quando querem e como querem. Esta seqüência discursiva é bastante ilustrativa:

Favorito em todas as pesquisas de opinião para a sucessão presidencial, com assento praticamente garantido no segundo turno da eleição, o PT enfrenta o mais difícil dilema ético de sua história: como tratar o caso de Diógenes de Oliveira? (jornal Zero Hora, 11/11/2001, p.4).

5.7 Denominações/nomeações/palavras relacionadas ao PT/petistas

Para compreendermos os sentidos do discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, durante a CPI da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa em 2001, recorremos a mais esta ferramenta oferecida pela Escola Francesa da Análise do Discurso e utilizada por Mariani (1998), quando estudou os comunistas no imaginário dos jornais. As denominações tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos existentes nas formações discursivas e significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz.

Desta forma, fomos desconstruindo as superfícies lingüísticas, depreendendo delas um conjunto de palavras, nomeações, expressões e denominações relacionadas ao PT e aos petistas, como mostramos no quadro apresentado a seguir. Isto nos possibilita observar as ligações entre elas, verificar como ocorreram no texto, como significam e nos auxiliaram a identificar as formações discursivas presentes no texto do jornal em função de uma dominante.

Data/página	Denominações/nomeações, expressões e palavras relativas ao PT, ou a seus integrantes
19/04/2001, p. 50	Presença inesperada - não é uma CPI para atirar pedras no governo - ideológica.
07/08/2001, p. 17	Críticas ao governador
18/05/2001, p. 42	Jogo do bicho - vinculam governo à contravenção - suposta utilização - verbas do jogo do bicho - os bicheiros - disponibilizando verbas - teria tocado no assunto - suposto diálogo - teria questionado - teria dito - carteiraço - suposto comentário - o recado que isso continha - PT está interessado nessa atividade - os boatos - a nova destinação do jogo do bicho.

27/06/2001, p. 6	Conversa gravada - jogo do bicho - campanha eleitoral de 1998 - quebra dos sigilos - o partido havia recebido - R\$ 600 mil de banqueiros do jogo do bicho - tropa de choque do Palácio Piratini – alegou - atingiria a honra - partido - denúncias - jogo do bicho - comprada - dinheiro doado por bicheiros - injetado na campanha eleitoral - banqueiros do bicho, esquema - Clube de Seguros da Cidadania - denúncias.
16/10/2001, p. 16	Tentam apurar - dinheiro doado – bicheiros - suspeitas surgiram - conversa gravada - jogo do bicho - compra da sede estadual – partido - Clube da Cidadania – esclarecimentos – regulamentação - conversa gravada.
27/10/2001, p. 10	Nega - fisionomia séria - desconhecia - diálogo travado - irritou-se - visivelmente incomodado - dinheiro da contravenção - administração pública – autorização - aliviar a pressão - jogo do bicho – bravata - poder que não tinha – reagiu – delito.
30/10/2001, p. 4	Não acobertar – denúncias – investigação - suposta ligação - líderes - dirigentes petistas - jogo do bicho – desgaste – denúncias - atinge a imagem do PT - não reprima - jogo do bicho - relação muito boa - muito estreita - conversa gravada – carteiraço – expulsão - avaliação das denúncias - rigorosamente apurada – punições - conduta irregular – filiado - patrimônio - combate às irregularidades - não condiz - condição de um militante do PT - para que não reprimisse - atividade do jogo do bicho.
02/11/2001, p. 6	Líderes - trunfos eleitorais da sigla - ética - administração pública – investigarem – denúncias – perda - ativos eleitorais acusações – denúncias - demolir - pilares - credibilidade petista - questão da ética - supostamente envolvendo - administração gaúcha - jogo do bicho.
10/11/2001, p. 5	Acusações sem provas - garantia de investigação interna - apurar as acusações - desgastada politicamente - palanque eleitoral.
11/11/2001, p. 4	Encruzilhada - dilema ético – investigação – alegação - guerra interna - dilema do PT - deslizes éticos - efeitos nacionais - Lula arrisca a sua honra - desqualificar as acusações - depuração imediata - campanha eleitoral - esqueleto no armário - controle interno - prevenir deslizes – expulsão - conspiração da direita – revolucionário – socialista – descartável – algoz - abalo - patrimônio ético - bandeira da ética - sofrer um revés – inferno – céu.

15/11/2001	Explicar – depoimento – notificação - conversa gravada - jogo do bicho – punido – advertido – suspenso – expulso - desvio – recursos - gritos de protestos - simpatizantes do PT - denúncias de corrupção - governo estadual - indícios de corrupção - investigar - apurar irregularidades – talibãs – bicheiro - suposto agressor.
------------	---

5.8 Formações discursivas sobre o PT

Identificamos no discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, no período em estudo, a existência de pelo menos duas formações discursivas: uma FD-petista e outra FD-antipetista, que, em alguns momentos, aparecem isoladas e, em outros, se misturam e se mesclam. As principais marcas presentes nessas duas linhas discursivas são relativas à ética e à democracia e se mostram, através de nomeações, denominações e palavras ditas e não ditas. Embora os enunciadores tenham sido múltiplos, o fio condutor destes discursos apontou para uma mesma direção de sentidos e a FD-antipetista se revelou com uma presença mais marcante.

Como nos adverte Foucault (2001, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. No período em análise, o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT se constituiu num campo de batalha, por onde circularam as tensões e as disputas políticas e ideológicas pelo poder do Estado do Rio Grande do Sul.

O discurso da linha antipetista se mostrou através de nomeações que ligaram o PT e o governo petista ao jogo do bicho, à contravenção e a atos ilícitos. O PT, no entanto, não foi nomeado como corrupto ou desonesto, mas como suspeito. Neste discurso observamos

o sentido de suspeição, de dúvida e de incerteza quanto a honestidade do partido. E aparece nas matérias que trataram sobre a conversa gravada por dois repórteres do jornal Diário Gaúcho com o ex-tesoureiro do PT, Jairo Carneiro dos Santos. Naquela ocasião, ele teria dito que a sede estadual do PT havia sido comprada com dinheiro doado por bicheiros, através do Clube de Seguros da Cidadania.

Essa linha discursiva também aparece em outras notícias que abordaram a gravação da conversa entre Diógenes de Oliveira e o ex-chefe de polícia Tubino, no primeiro ano da administração do Governo Democrático Popular. Oportunidade em que Diógenes teria recomendado a Tubino aliviar a pressão junto aos bicheiros, com quem o PT e o governo estadual teriam uma relação muito boa e estreita. Por conta destas notícias, que foram repetidas inúmeras vezes, o discurso jornalístico questionou e também colocou em suspeição a ética, a transparência e a democracia do PT.

Ainda nesta linha antipetista, se encontram os discursos jornalísticos sobre a ‘ideologização’ na área da segurança pública, que teria sido promovida durante o Governo Democrático e Popular, em decorrência de uma posição política do PT. Estes discursos *sobre* também mostram um partido refratário às opiniões e aos diálogos com a sociedade, e portanto, restrito às próprias posições políticas.

Estes discursos foram travados no momento histórico em que o poder do Estado do Rio Grande do Sul estava sendo comandado pela Frente Popular, através de uma coligação de partidos de esquerda que se propunham a implementar um modelo de sociedade diferente dos experimentados até então. Esse contexto histórico e social permitiu aflorar, nos agentes políticos, uma memória discursiva de confrontos partidários de períodos históricos de fechamento e de abertura das instituições democráticas no Estado. Essa memória irrompeu reatualizando os sentidos e apontando para novos sentidos, pois, como

nos diz Courtine (1999), o domínio da memória, o domínio da atualidade e o domínio da antecipação fazem parte do domínio do campo enunciativo.

A ética e a democracia também são marcas que aparecem na FD-petista. Mas nesta linha discursiva, os sentidos das palavras são outros, pois as palavras mudam de sentido de acordo com a posição daqueles que as empregam. Essa formação discursiva reafirma a lisura ética do PT e o seu compromisso com a democracia e, ainda, associa os sentidos advindos da outra posição, a uma armação política da ‘direita’, que não aceitava a ‘esquerda’, no comando do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Por esta arena de avanços e de recuos, em que as palavras ditas e não ditas disputaram a hegemonia discursiva, atravessou um sentido dominante, no qual o PT aparece com uma imagem negativa, suspeita, associada ao mal, razão pela qual precisava ser banido do poder estatal.

5.8.1 FD-antipetista

A seqüência discursiva que mostramos a seguir consta na primeira matéria publicada pelo jornal Zero Hora, após a abertura dos trabalhos da CPI. A notícia se refere ao modelo de segurança pública, que vinha sendo adotado no Estado pelo governo Olívio Dutra e criticado por setores da oposição:

Nominando sua tarefa como “difícil e pesada”, o deputado Andres, disse que as notícias que são veiculadas diariamente demonstram que o modelo não está respondendo à sociedade. (jornal Zero Hora, 19/04/2001, p. 50).

O jornal diz: “o modelo não está respondendo à sociedade”, sem usar aspas. Assim, a voz do presidente da CPI, deputado Valdir Andrés se confunde com as vozes dos agentes noticiosos, que através de um discurso livre jogam com o outro discurso e mostram a

imagem que o jornal tem da imagem que a sociedade tem do modelo de segurança pública que vinha sendo adotado no Rio Grande do Sul.

Esta seqüência discursiva nos remete à seguinte indagação: este modelo não responde a qual sociedade? De que sociedade se fala? A sociedade é hegemônica? Não há diferenças de classes sociais, de faixas etárias e de posições político-ideológicas dos cidadãos e cidadãs? O modelo não responde a quem? Por que o modelo não responde? Que modelo responderia?

Esta formação discursiva dissimulou no seu interior os confrontos que vinham sendo travados entre situação e oposição, não apenas na área da segurança pública, como nos demais setores da esfera estatal. Mesmo assim, as disputas pelo poder estatal e pelas eleições de 2002 atravessam esta FD.

Através destes discursos sobre o modelo de segurança pública adotado no RS, o jornal Zero Hora buscou direcionar os sentidos. Não foi por acaso que o jornal construiu uma imagem sobre a ‘ideologização’ na área da segurança pública para ‘colar’ no PT. Mas os dizeres não são propriedade particular e as palavras significam pela história e pela língua. Ao falarmos, nos filiamos a redes de sentidos e o fazemos determinados por nossa relação com a língua e com a história, por nossa experiência simbólica de mundo, através da ideologia.

Esta outra seqüência discursiva diz:

CPI empurra PT para uma encruzilhada (jornal Zero Hora, 11/11/2001, p. 4). (ver anexo 2, p. 135).

Abaixo deste título, o jornal colocou uma foto, onde aparecem em primeiro plano o governador Olívio Dutra e o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos

estão num palanque instalado na Praça da Matriz, em Porto Alegre, no dia do ato de desagravo ao governador. Num segundo plano está o presidente do partido, José Dirceu. Pela ‘posição’ da foto, Olívio Dutra aparece como se estivesse caindo, ou pisando em falso.

As fotos não são objetivas porque também representam pontos de vista. Assim, o sujeito que fotografa constrói o instantâneo de uma cena de acordo com o seu ângulo de visão, que também deve corresponder à gramática da instituição a qual trabalha. O que se vê numa foto são realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria. Neste exemplo, há uma articulação entre a foto e o título da matéria, que atuam como uma espécie de senha, que ajuda a ler as imagens sobre as quais o texto ‘informativo’ se reporta – à ética partidária.

5.8.2 FD-petista

Eu comprei a sede do PT! (jornal Zero Hora, 10/11/2001, p. 5).

Durante o ato de desagravo ao governador, os manifestantes colaram em suas roupas um adesivo com as seguintes inscrições: "eu comprei a sede do PT". A frase também foi usada como palavra de ordem pelos militantes e constou no discurso relatado do jornal Zero Hora, no dia seguinte.

Mas, afinal, quem é este “eu”? Que pessoas estavam na Praça? Que interesses tinham? Eram apenas militantes petistas? Havia integrantes do governo? Havia simpatizantes do partido? Apoiadores do governo? Ao colar este adesivo nas suas roupas e pronunciar estas palavras, os manifestantes reafirmaram sua lealdade ao partido e sua crença na ética e na democracia do PT e do governo do estado.

Lembramos mais uma vez que uma formação discursiva é aquilo que pode e deve ser dito em oposição ao que não pode e nem deve ser dito. Aquela multidão assumiu, simbolicamente, a compra do prédio situado na Av. Farrapos e rechaçou as denúncias de que a sede do partido havia sido comprada com dinheiro do jogo do bicho, através de uma articulação com o Clube de Seguros da Cidadania e com Diógenes de Oliveira. E esta seqüência discursiva constou no discurso do jornal Zero Hora comprovando, assim, que os sentidos escapam às regras definidas pelas gramáticas das instituições e, por isso, deslizam e produzem novos sentidos.

Este outro exemplo também marca a questão da ética e da democracia:

Governador diz pôr a mão no fogo pelo PT e pelo seu governo. (jornal Zero Hora, 27/10/2001, p.10).

A seqüência discursiva foi publicada um dia após a divulgação da gravação da conversa entre Diógenes de Oliveira e o ex-chefe de Polícia, Luiz Fernando Tubino, segundo a qual Diógenes dizia falar em nome do governador e pedia a Tubino para aliviar a pressão aos bicheiros, com quem o PT teria uma relação muito boa e muito estreita. Este recorte faz parte de um contraponto do jornal e foi ilustrado com uma foto do governador e do chefe da Casa Civil. Neste contraponto, o governador negou ter dado poderes a Diógenes para falar em seu nome. E confirma a lisura ética e a democracia do seu partido e do seu governo.

5.8.3 FD-híbrida

A questão da ética surge novamente:

O dilema do PT não se restringe às fronteiras do Rio Grande do Sul. O caso ganhou dimensão nacional, não pelos valores envolvidos nas transações do Clube de Seguros da Cidadania, mas porque **o PT não costuma freqüentar o**

noticiário sobre deslizes éticos. (jornal Zero Hora, 11/11/2001, p. 4). (grifo nosso).

Aqui, a FD-petista e a FD-antipetista se sobrepõem, deslizam e produzem sentidos marcados pelo tropeço ético, que extrapolou as fronteiras do Rio Grande do Sul. Assim, não era apenas o PT gaúcho que estava em xeque, mas o partido em nível nacional. Nesta seqüência discursiva, também observamos as marcas do espaço editorial, que buscaram explicar, denunciar e avaliar o que estava acontecendo naquele momento histórico. Já pontuamos que o modo de construção textual da notícia influi na produção de sentidos.

Esta seqüência discursiva também é ilustrativa:

Enunciado - Entre o céu e o inferno

A um ano de sua melhor chance de chegar ao Planalto, o PT vive no Sul o mais difícil dilema ético de sua história. (jornal Zero Hora, 11/11/2001, capa). (ver anexo 3, p. 136)

No dia 11 de novembro de 2001, o jornal Zero Hora destinou cerca de cinquenta por cento de sua capa para esta seqüência discursiva. O céu está representado por um fundo azul, e sobre ele está a manchete, a linha de apoio, a estrela do PT e a indicação para os leitores das páginas de quatro a dez, onde a pauta é desenvolvida. O inferno está simbolizado pelo fogo, pelas chamas em brasa brotando no pé da página e avançando em direção à estrela do PT, sugerindo uma imagem de que o PT estava se queimando. E são as imagens que ‘colam’ nas coisas.

Quando enuncia “Entre o céu e o inferno”, o jornal Zero Hora faz uma síntese da sua própria leitura sobre o momento político, histórico e social vivido pelo PT no governo do Estado do Rio Grande do Sul. Esta agremiação política construiu, ao longo de 21 anos,

um discurso sobre si mesmo, amparado na transparência do trato da coisa pública, na ética e na democracia. O jornal questiona, coloca em suspeição tal discurso e sugere que os valores da ética, da transparência e da democracia estão sendo queimados em função das denúncias que relacionam o PT à contravenção.

O céu nos ilumina. A ele associamos o bem. Para os religiosos é o lugar onde está Deus. Em contrapartida, o inferno é o lugar do mal, do obscuro, das penitências, do fogo que arde nas entranhas para pagar os “pecados”. Entre o céu e o inferno, entre a ética e a não-ética, entre o bem e o mal, entre o honesto e o desonesto, entre o transparente e o obscuro, entre o correto e o corrupto, entre o democrático e o autoritário, enfim entre Deus e o diabo.

Reforçamos nossa análise com as observações de Orlandi (1998), segundo as quais, a ‘esquerda’ é um exercício de alter-ação do normal, sendo posta como aquilo que pode fazer o mal. “Aí, neste lugar, constituem-se os sentidos de negação da história, separando o Bem do Mal, fazendo com que esse lugar dificilmente possa se significar já que dele podem vir a violência, a destruição da ordem, a falência da paz...”.

No “céu”, o PT significava uma ameaça aos opositores, por manter-se na prefeitura de Porto Alegre há quatro mandatos consecutivos, por governar o Estado do Rio Grande do Sul e por ter um candidato favorito ao Palácio Planalto. Logo abaixo da manchete principal, o jornal acrescenta: “a um ano de sua melhor chance de chegar ao Planalto, o PT vive no Sul o mais difícil dilema ético de sua história”. Os temores de Lula eleger-se presidente do país aparecem neste enunciado. Identificamos também a relação com as eleições para o governo do Rio Grande do Sul, embora não tenha sido dita.

Observamos um deslizamento de sentidos neste discurso jornalístico, quando diz: “melhor chance”. Mesmo estando entre o Céu e o Inferno, o PT conservava a melhor

chance de toda a sua trajetória para chegar ao Planalto Central. Há uma forte contradição trabalhando neste enunciado, “entre o céu e o inferno” e “melhor chance” que vem pela memória, que não pediu licença para irromper no texto, que vem pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, neste jogo da língua com a história e com a ideologia.

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu. (PESSOA, 1997, p. 9)

Aqueles que são sábios dizem que se deve começar do começo. Mas dificilmente definem *o que é* ou *onde é* o começo. Também é comum se dizer que se deve acabar o que se começa. Mas poucos se sentem assegurados de que completaram alguma coisa ao colocarem um ponto final. (ORLANDI, 1988, p.9).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta pesquisa, nos interrogamos sobre a relação entre o campo da comunicação e o campo da política durante a CPI da Segurança Pública, realizada pela Assembléia Legislativa gaúcha em 2001. Por conta deste questionamento, nos propusemos a verificar se o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT, no referido período, construiu resistência e oposição a este partido político e ao poder instituído no Estado, visando desestabilizar o capital simbólico do PT - a sua credibilidade. Também nos indagamos sobre as estratégias de comunicação usadas pelo jornal para veicular o seu discurso sobre o PT. E buscamos destacar, desses discursos, as nomeações, denominações e palavras relativas ao PT ou aos petistas e a identificar entre as formações discursivas sobre o PT, a dominante.

Para dar conta destas questões preliminares, nos amparamos em procedimentos metodológicos consagrados pela Escola Francesa da Análise do Discurso, idealizada por Michel Pêcheux, na década e 60 do século XX. Contornamos conceitos de comunicação e política, buscando entender como esta relação tão antiga se manifesta na contemporaneidade. E também contestamos o mito da objetividade jornalística, porque partimos da perspectiva de que o discurso jornalístico é um discurso *sobre* a realidade e não um discurso *da* realidade.

Nossa pesquisa observou que o campo da comunicação se transformou num lugar privilegiado da realização da política. Na contemporaneidade, a mídia desempenha funções que, tradicionalmente eram exercidas pelos partidos políticos, como: a) definir ou interferir na agenda de temas que considera importantes para a discussão pública, b) gerar e

transmitir informações políticas, c) fiscalizar e criticar ações das administrações públicas e dos partidos políticos, d) sugerir alternativas e propor soluções, e) antecipar causas e anunciar conseqüências. Esse jogo sutil e não dito influencia na governabilidade e molda o campo político com interesses políticos, econômicos e ideológicos.

O jornal Zero Hora atuou articulado com veículos da RBS, interferiu na pauta da CPI da Segurança Pública, fiscalizou as ações do PT e do governo petista, sugeriu rumos ao partido e ao governo, manteve um discurso marcado por repetições e críticas ao partido e ao governo e usou em seu discurso jornalísticos as ironias de setores da oposição. Além disso, o fantasma das eleições de 2002 também esteve presente neste discurso.

Nossa análise inspirou-se no modelo do sociólogo Gaye Tuchman, segundo o qual os jornais e os jornalistas, em busca da objetividade, recorrem a determinados procedimentos como: ouvir os dois lados, apresentar provas complementares, utilizar aspas e a pirâmide invertida em seus textos jornalísticos. Assim, mostramos que mesmo utilizando estes rituais estratégicos, o discurso do jornal não foi objetivo.

Identificamos no discurso do jornal Zero Hora sobre o PT a existência de pelo menos duas formações discursivas: uma FD-petista e outra FD-antipetista. Em alguns momentos estas linhas discursivas apareceram isoladas e em outros se mesclaram e se misturaram, sendo que a FD-antipetista se revelou com uma presença mais marcante no texto deste jornal.

A Análise do Discurso nos possibilitou “ouvir” o dito e o não dito nestes discursos jornalísticos que tenderam à paráfrase, à estabilização, ao mesmo. Embora, os discursos sejam controlados pela sociedade e ligados ao desejo e ao poder, a supremacia de um discurso hegemônico não significa a existência de um único discurso.

Esta pesquisa nos permite afirmar que o discurso do jornal Zero Hora sobre o PT durante a CPI da Segurança Pública foi de resistência e de oposição ao governo petista e suas estratégias interferiram na governabilidade. Mas, mesmo assim, a possibilidade de *impeachment* do governador Olívio Dutra acabou sendo descartada, por não ser conveniente para os opositoristas. (ver anexos 4, 5, 6, 7, 8, 9, p. 137– 142).

Se, por um lado, a disputa entre o campo da comunicação e o campo da política pelo poder e pela credibilidade não afetou a credibilidade do partido em nível nacional, pois Lula se elegeu presidente da República nas eleições de 2002, por outro, produziu sentidos negativos sobre o PT e sobre o governo estadual, que se refletiram na derrota de Tarso Genro ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, no mesmo pleito eleitoral.

É importante lembrar que a CPI da Segurança Pública foi criada *a priori* para investigar a área da segurança pública do Estado. Mas, mudou o seu foco de interesse, centrando as investigações no governo petista e no PT. Estas estratégias implementadas pelos atores políticos contrários ao partido e ao governo do Estado foram absorvidas pelo jornal Zero Hora, que direcionou os sentidos do seu discurso jornalístico visando ‘colar’ no PT uma imagem negativa e de suspeição.

A mídia é a instituição destinada a dar visibilidade pública às outras instituições e mesmo que a realidade não possa ser revelada por meio de palavras, os jornais e os jornalistas devem ser mais rigorosos ao oferecer um produto ao público leitor. O jornalismo é uma das mais importantes artes da democracia e seu objetivo não é construir ou destruir reputações, mas auxiliar no fortalecimento das instituições democráticas, pois os jornalistas não ‘descobrem’ coisas, mas fazem coisas que se refletem na história.

Os relatos de acontecimentos são feitos a partir de perspectivas valorativas, que incluem a pauta, o repórter, o fotógrafo, os agentes noticiosos, as fontes de informação e o

público leitor/ouvinte/expectador. Assim, o ato de narrar, de contar histórias, não se separa do narrador e o jornalismo não pode ser exercido apenas como uma técnica, mas uma prática ética em prol do bem público – a informação.

Estas estratégias utilizadas pelo jornal Zero Hora sobre o PT nos mostram que estamos diante de um modelo saturado - que não vê os leitores como cidadãos e cidadãs e a informação com um bem público - mas como meros consumidores de notícias descontextualizadas. A ética profissional e a democracia da comunicação e da informação exigem debates mais aprofundados e alguns pontos foram abordados por esta pesquisa. A realidade nos mostra que as instituições jornalísticas e os profissionais precisam abandonar o ultrapassado modelo norte-americano de ‘objetividade’ jornalística e assumir um novo paradigma que respeite o direito dos cidadãos e cidadãs à informação. Neste modelo, a credibilidade será alcançada porque os sujeitos jornalistas estão preocupados com aquilo que fazem e com o fortalecimento das instituições democráticas.

Entendemos que é função do jornalismo denunciar, criticar, apontar irregularidades, sobretudo nas administrações públicas. Discordamos, porém, do jornalismo que tira proveito próprio das informações que dispõe, pois assim fere a ética profissional, desrespeita a cidadania e enfraquece as instituições democráticas. É preciso desmistificar o mito da objetividade jornalística e reforçar os parâmetros éticos amparados na justiça social. Este é mais um dos tantos desafios da academia, dos professores universitários, dos profissionais e de todos aqueles envolvidos na área. E esta pesquisa não ousou encontrar soluções, nem ‘verdades’, mas reforçar indagações e, assim, contribuir com esta relevante discussão travada no campo da comunicação e no campo da política.

REFERÊNCIAS

- ARBEX JR. José. Uma Outra Comunicação é Possível (e necessária). in MORAES, Denis (org) Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ABRAMO, Perseu. Padrões de Manipulação na Grande Imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, João Batista. As Manobras da Informação. Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 2ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Annablume Editora Comunicação, 2002.
- BAQUERO, Marcello. Transição, eleições, opinião pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- BAQUERO, Marcello. Abertura política e comportamento eleitoral: nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1982.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à Análise do Discurso. 8ª edição Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- BERGER, Christa. Campos em Confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.
- BOURDIEU, Pierre y LOÏC J. D. Wacquant. Respuestas Por Una Antropología Reflexiva. México: Editorial Grijalbo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico, Lisboa: 1989.
- BUCCI, Eugenio. Sobre Ética e Imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Consumidores e Cidadãos – conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CAZARIN, Ercília Ana. Relações entre o Político e o Religioso no discurso político de Luiz Ignácio Lula da Silva. in INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leando. OS múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Saga Luzzatto, 1999.

CÉSAR, Benedito Tadeu. PT: a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRSG, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. O Chapéu de Clémentis. in INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA. Estado do Rio Grande do Sul. Relatório da CPI da Segurança Pública. Porto Alegre: 50ª Legislatura, nº 7921, 21 de novembro de 2001.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA. Estado do Rio Grande do Sul. Declaração de voto da Bancada do PT, Porto Alegre: 50ª Legislatura, nº 7921, 21 de novembro de 2001.

DE LIMA, Venício A. Mídia Teoria e Política. 1ª edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. As Armadilhas do Poder: Bastidores da Imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

ELHAJJI, Mohammed. Por Um Jornalismo Auto-reflexivo. in PAIVA, Raquel. Ética, Cidadania e Imprensa, Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Justiça e da Segurança. Polícia e Sociedade Democrática: Quatro anos de gestão pioneira. Coleção Polícia e Democracia, volume 5, 1º Seminário Internacional, Porto Alegre: Corag, 2000.

FAUSTO NETO, Antônio. Mortes em Derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

FAUSTO NETO, Antônio. O corpo Falado (A doença e a morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras). Belo Horizonte: FUMARC/PUC-MG, 1988.

FAUSTO NETO, Antônio. Desmontagens de Sentidos: Leituras de discursos midiáticos. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.

FAUSTO NETO, Antônio. A construção do presidente: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. in: *Revista PAUTA* n. 3 vol. 3 Salvador: FACOM/UFBA, 1995.

FAUSTO NETO, Antônio. Telejornais e a Produção da Política: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. IN PORTO, Sergio D. e MOUILLAUD, Maurice (org.). O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

FAUSTO NETO, Antônio. O Joelho Aprisionado: o caso Ronaldo como construção das estratégias discursivas das mídias. Rio de Janeiro: NEPCOM Ed. Rocco, in: *Revista Lugar Comum*, n.11, 2000.

FAUSTO NETO, Antônio. Processos Midiáticos e Construção das Novas Religiosidades – Dimensões Discursivas. in Texto – PPGCOM/UFRGS, 1997.

FAUSTO NETO, Antônio. O Presidente da Televisão. in: Revista Comunicação & Política. Ano 9, n. 11. São Paulo: Cbela, 1990.

FAUSTO NETO, Antônio. Quando a Ética Toma Forma – estratégias Discursivas do “Jornalismo de Combate”. in: PAIVA, Raquel (org.) Ética, Cidadania e Imprensa. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação & Mídia Impressa: Estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FELIZARDO, Joaquim José. SCHMIDT, Mateus. Partidos Políticos e Eleições no Brasil: da redemocratização aos nossos dias. Porto Alegre: Editora Vozes, 1982.

FILHO, Ciro Marcondes. Comunicação & Jornalismo: A Saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

FILHO, Clóvis de Barros (org.) Comunicação na Polis: Ensaio sobre Mídia e Política. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 7ª edição, 2001.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ª edição, 2000.

FRANÇA, Vera Veiga. Comunicação e Política: edifica-se uma tradição? (s/d), Compós.

FRANÇA, Vera Veiga. Construção Jornalística e Dizer Social. in PORTO, Sérgio Dayrell (org.) MOUILLAUD, Maurice. O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O Discurso do agricultor ecologista sobre a biotecnologia. São Paulo: Tese de doutorado em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ECA-USP, 2000.

GOMES, Wilson. Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa. São Paulo: Paulus, 2004.

GUERRA, Josenido Luiz. Ensaio sobre o Jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística. Compós, 2000.

HALL, Stuart. (et all). A Produção Social das Notícias: O “Mugging” nos Media. in TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

HENN, Ronaldo. Os Fluxos da Notícia. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

INDURSKY, Freda. De ocupação a invasão: efeito de sentido no discurso do/sobre o MST. in INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

KATZ, Elihu. Os Acontecimentos Mediáticos: O Sentido de Ocasão. 1980. in TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

KUNCZIK, Michael. Manual de Comunicação - Conceitos de Jornalismo - Norte e Sul. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LAGE, Nilson. A Reportagem: teoria e técnica de entrevistas e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, Dirceu Fernandes e TRIVINHO, Eugênio (org.). Sociedade Mediática: significação, mediação e exclusão. Santos: Ed. Universitária Leopoldianum, 2000.

MACHADO, Márcia Benetti. Deus vende o Diabo: o discurso dos testemunhos da Igreja Universal do Reino de Deus. São Paulo: Tese de doutorado em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MACHADO, Márcia Benetti & JACKS, Nilda. O Discurso Jornalístico. Brasília: Compós, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. Campinas: Pontes Editores, 3ª edição, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. Termos-chave da Análise do Discurso. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARIANI, Bethania. O PCB e a Imprensa - Os Comunistas no Imaginário dos Jornais 1922-1989. Campinas: SP. Unicamp, 1998.

MARIANI, Bethania. A Revolução de 30. in INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

MARX, Karl. A Liberdade de Imprensa. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MELO, José Marques. (org.) DINES, Alberto. VOGT, Carlos. A Imprensa em Questão. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MORAES, Denis. (org.) Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “Objetividade”: o Jornalismo na Contração da Política. in MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). Imprensa e Poder. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo, 2002.

MORIN, Edgar. A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, Edgar. Uma mundialização plural. in MORAES, Denis. (org.) Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). Imprensa e Poder. Brasília. Editora da Universidade de Brasília: São Paulo, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da Notícia. As relações entre o real e o simbólico. in PORTO, Sérgio Dayrell (org.) MOUILLAUD, Maurice. O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da Notícia e Imaginário in ADGHIRNI, Zélia Leal e RIBEIRO, Lavina Madeira. Comunicação e Espaço Público, Brasília: Pós-graduação Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2001.

MOUILLAUD, Maurice. Da Forma ao Sentido. in PORTO, Sérgio Dayrell (org.) MOUILLAUD, Maurice. O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. A Crítica do Acontecimento ou o Fato em Questão. in PORTO, Sérgio Dayrell (org.) MOUILLAUD, Maurice. O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. A Informação ou Parte da Sombra. in PORTO, Sérgio Dayrell (org.) MOUILLAUD, Maurice. O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos, Campinas: Pontes Editores, 4ª edição, 2002.

ORLANDI, Eni. Discurso & Leitura. São Paulo: Cortez Editora, 5ª edição, 1988.

ORLANDI, Eni. Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos, Campinas: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, Eni. (org.) Discurso Fundador: A Formação do país e a construção da identidade nacional, Campinas: Pontes Editores, 2ª edição, 2001.

ORLANDI, Eni. A Linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, Eni. GUIMARÃES, Eduardo. COURTINE J.J. HAROCHE, Claudine e IANE, Silvia T.M. (apres.) Sujeito e Texto, São Paulo: EDUC, 1988.

ORLANDI, Eni. As políticas no político: falas que preconcebem in MARIANI, Bethania. O PCB e a Imprensa - Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas: SP. Unicamp, 1998.

PAIVA, Raquel. (org.) MOTTA, Luiz Gonzaga. WEBER, Maria Helena. FRANÇA, Vera. Estratégias e culturas da comunicação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PAIVA, Raquel. Ética, Cidadania e Imprensa, Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PAZ, Octávio. O Arco e a Lira, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PÊCHEUX, Michel. ORLANDI, Eni. ACHARD, Pierre. DAVALLON, Jean e DURAND, Jean-Louis. Papel da Memória. Campinas: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. O Discurso – Estrutura ou Acontecimento, Campinas: SP, Pontes, 3ª edição, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação e cultura contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Notrya, 1993.

PESSOA, Fernando. Poesias. Porto Alegre: L&PM, 1996.

PEIXINHO, Manoel Messias. GUANABARA, Ricardo. Comissões Parlamentares de Inquérito: Princípios, Poderes e Limites. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2001.

PINTO, Milton José. Comunicação & Discurso. São Paulo: Hacker Editores. 1999.

PONT, Raul. A Estrela Necessária. Porto Alegre: Veraz, 2002.

PONT, Raul. Breve História PT. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 1992.

PORTO, Sérgio Dayrell (org.) MOUILLAUD, Maurice. O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

QUINTANA, Mário. Prosa & Verso. Porto Alegre: Globo, 1980.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. 1988. in TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. in PORTO, Sérgio Dayrell (org.) MOUILLAUD, Maurice. O Jornal da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RAMONET, Ignacio. A Tirania da Comunicação. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. in MORAES, Denis. (org.) Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ROLIM, Marcos. A imitação da política: textos para uma crítica da burocracia. Porto Alegre: Tchê, 1994.

ROSEN, Jay. Para além da objectividade. 1993. in Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D’ Água Editores, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo, Política e Mídia. Rio de Janeiro: Compós, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação e Política. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Eleições e (Idade) Mídia. in FILHO, Clóvis de Barros (org.) Comunicação na Polis: Ensaio sobre mídia e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SALGADO, Plínio. Comissões Parlamentares de Inquérito CPI: Doutrina, Jurisprudência e Legislação. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Folha de São Paulo, caderno 2, p. 2, 1998.

SODRÉ, Muniz. PAIVA, Raquel. O Império do Grotesco. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Editora Cultrix, 6ª edição, MCMLXXIV.

SCHIRMER, Lauro. RBS: Da voz-do-poste à multimídia. Porto Alegre: LP&M, 2002.

SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. Página 10 e PT: Jornalismo e política na sociedade da comunicação. Porto Alegre: dissertação de mestrado, PPGCOM/UFRGS, 2002.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O Problema da Imprensa. São Paulo: Edusp, 3ª edição, 1997.

SOUZA, Jorge Pedro. A Objectividade: da filosofia ao jornalismo, passando pelas ciências. Conferência. Universidade Fernando Pessoa, Porto: Portugal. (s/d).

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1º edição, 1993.

TRAQUINA, Nelson. As Notícias. 1988 in TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D’ Água Editores, 2000.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo 2000: O estudo das notícias no fim do século XX. in Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D’ Água Editores, 2000.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do Jornalismo no século XX. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. 1972 in TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, Gaye. Contando Estórias. 1976 in TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

VERÓN, Eliseo. A produção de sentido. São Paulo: Cultrix/USP, 1981.

WEAVER, Paul H. As Notícias de Jornal e as Notícias de Televisão in TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

WEBER, Maria Helena. Hibridação de Verdades Políticas e Midiáticas, in Texto Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 1997.

WEBER, Maria Helena. Comunicação e espetáculos da Política. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1ª edição, 2000.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. 7ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ZERO HORA, edições de 18 de abril a 15 de novembro de 2001.

ANEXOS

Anexo 1

Jornal - Zero Hora
 Data - 18/05/2001
 Página - 42

Documentos revelam investigação a deputados

O corregedor-geral da Polícia Civil, Pedro Goldemir Urdangarin, reconheceu ontem em depoimento à CPI que a Polícia Civil investiga o suposto envolvimento de deputados estaduais com o jogo do bicho, conforme reportagem publicada pelo Diário Gaúcho em 11 de maio.

Urdangarin disse que encaminhou ofício ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando "demonstrativos das doações de campanha porque a investigação sobre o jogo do bicho era para apurar se as doações não seriam da contravenção, para lavagem dinheiro".

Urdangarin informou que a investigação teve início a partir da apreensão de material político-partidário em uma banca do jogo do bicho em Estrela. O inquérito, instaurado em 17 de maio do ano passado, ainda não está concluído, e ninguém foi indiciado.



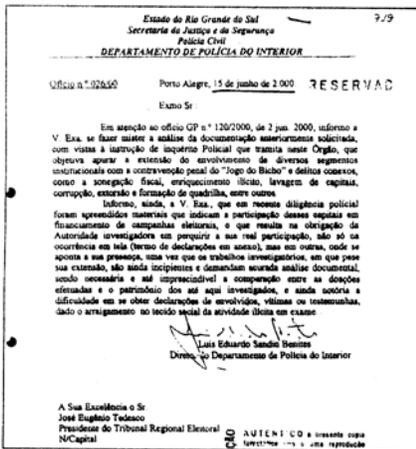
Surpresa: Santana entregou inquérito

Alegando não estar mais na presidência do inquérito, apesar de ter permanecido na função de 9 de fevereiro a 16 de março deste ano, o corregedor se declarou impedido de tornar público os nomes dos de-

putados investigados.

O delegado Carlos Roberto Santana da Rosa, que preside o inquérito desde março por determinação do chefe de Polícia, José Antônio de Araújo, surpreendeu o plenário. Durante seu depoimento, entregou ao relator da CPI, deputado Vieira da Cunha (PDT), os documentos apreendidos bem como cópias dos ofícios remetidos ao TRE. Santana reiterou que "não investigava deputados e sim doações de campanha".

Tão logo receberam os documentos, os deputados se reuniram a portas fechadas para decidir se revelavam ou não o conteúdo dos mesmos. Ao final, o relator explicou que decidira reconvocar o delegado Santana para a próxima segunda-feira, quando já terá lido todos os volumes da investigação e que, até lá, nada seria revelado. Vieira da Cunha lacrou o envelope e requereu a assinatura de todos os integrantes da comissão.



Investigação: cópias de ofícios mostram que doações a campanhas de deputados são investigadas pela Polícia Civil

Anexo 2

Jornal - Zero Hora
 Data - 11/11/2001
 Página - 4

REPORTAGEM ESPECIAL

OPINIÃO

Atitude a ser tomada em relação a Diógenes de Oliveira se transformou no mais difícil dilema enfrentado pelo partido.

CPI empurra PT para uma encruzilhada



Solidariedade: desde que vieram à tona possíveis ligações do governo com o jogo do bicho, Lula (D) tem sido um dos mais ardorosos defensores de Olívio

ROSAIRE DE OLIVEIRA

Favoreto em todas as pesquisas de opinião para a sucessão presidencial, com assento praticamente garantido no segundo turno da eleição, o PT enfrenta o mais difícil dilema ético de sua história: como tratar o caso de Diógenes de Oliveira?

A questão é escolher entre ficar ao lado de um sujeito que confessa ter usado indevidamente o nome do governador Olívio Dutra quando pediu ao então chefe de Polícia, Luiz Fernando Tubino, para aliviar a repressão ao jogo do bicho, ou sacrificar um influente com larga folha de serviços prestados ao partido.

A investigação sobre Diógenes ficou congelada até agora com a alegação de que era preciso esperar a instalação da Comissão de Ética que tem prazos fixados para começar a decidir o futuro de Diógenes. A decisão de submeter Diógenes à comissão, tomada em longa reunião no dia 30 de outubro, ocorreu em clima de guerra interna. Líderes da corrente Articulação de Esquerda, à qual pertencem Diógenes, o novo presidente do PT, David Stival, e seu antecessor, Júlio Quadros, cerram fileiras em torno do presidente do Clube de Seguros da Cidadania. Quadros chegou a visitá-lo

no Instituto de Cardiologia, na terça-feira, ato que definiu como um gesto de solidariedade humana.

Rio Grande do Sul é o show-room do partido.

O dilema do PT não se restringe às fronteiras do Rio Grande do Sul. O caso ganhou dimensão nacional, não pelos valores envolvidos nas transações do Clube de Seguros da Cidadania, mas porque o PT não costuma frequentar o noticiário sobre deslizes éticos. O Rio Grande do Sul é o show-room do PT. O cientista político Flávio Silveira adverte:

— Esse tipo de denúncia, numa situação que ainda não está bem explicada, terá efeitos nacionais, porque o governo do Estado e a prefeitura de Porto Alegre funcionam como vitimas do PT.

— O que acontece no território gaúcho tem maior repercussão do que episódios envolvendo os governos do Acre e de Mato Grosso do Sul. Não foi por outra razão que o candidato Lula (D) veio a Porto Alegre participar da manifestação em defesa do governador Olívio Dutra. O candidato do partido à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, tem sido um dos mais ardorosos defensores de Olívio.

O filósofo Denis Rosenfield, que tem sido um dos maiores críticos do PT, considera perigosa para o futuro de Lula a participação no ato de desagravo de sexta-feira.

Como presidente de honra, Lula arrisca a sua honra, vindo participar do ato. O PT deveria, primeiro, preservar o seu capital ético, que é uma conquista do partido, e não fugir da investigação. Com essas atitudes corporativas o PT está reproduzindo uma lógica punitivista que ele condena.

No ato de sexta-feira à noite, ficaram evidentes dois matizes. De um lado, os que tentam simplesmente desqualificar as acusações, tratando a CPI da Segurança como palanque eleitoral, como Júlio Quadros e o presidente nacional do PT, José Dirceu. De outro, os que consideram importante fazer uma depuração imediata, reconhecer os erros e tocar para a frente, cientes do perigo de chegar à campanha eleitoral com um esqueleto no armário. Nessa ala estão Lula, o prefeito Tarso Genro e o próprio Olívio, que defende o aumento dos controles internos para prevenir deslizes no futuro.

PT terá dificuldades para se descartar de Diógenes

A provável expulsão de Diógenes, mesmo contra a vontade do grupo que prefere reduzir o episódio a uma "conspiração da direita", enseja uma pergunta: é possível isolar Diógenes do PT?

Diferentemente de Jaime Carneiro, o tesoureiro expulso sob acusação de desviar dinheiro do PT, Diógenes tem uma história de militância na esquerda e contra ele não pesa qualquer acusação de

uso do partido em proveito próprio. Foi guerrilheiro, sofreu torturas, viveu no exílio. Na volta, continuou "revolucionário e socialista", como se definiu ao iniciar seu depoimento na CPI. Jaime Carneiro era descartável — e acabou se transformando no algar do PT na CPI, mesmo recusando nas denúncias feitas numa conversa com os repórteres do Diário Gaúcho. Diógenes não é descartável. Suas ligações são mais sólidas e mais antigas.

— Não há dúvida de que há um abalo no patrimônio ético do partido, independentemente de se comprovar ou não qualquer coisa, porque o PT sempre se colocou como um grande defensor da moralidade pública — avalia o professor Benedito Tadeu César, coordenador do Laboratório de Observação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

Na eleição de 2000, o PT se apresentou aos eleitores como teve grandes bandeiras: a da ética, a da participação popular e a do combate à exclusão social. Preservar a bandeira da ética é a preocupação número 1 da direção nacional e dos candidatos. O compromisso com a inclusão será confrontado com os resultados das administrações petistas. A bandeira da participação popular acaba de sofrer um revés, com a desistência do governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, de implantar o Orçamento Participativo.

OS INFERNOSS DE OLÍVIO

Confira a opinião de intelectuais sobre os efeitos das denúncias contra o PT:

“O problema ético é um jogo muito sério e a situação é muito delicada. Mas não se trata de uma investigação policial. O PT está pagando o preço de sua expansão econômica e da atuação de um grupo no âmbito do governo. Além disso, o efeito não será muito grande na próxima eleição, pois porque a campanha eleitoral é o momento de maior visibilidade. A pergunta básica seria: Olívio perdona a eleição por esse fato? Acho difícil. Talvez ele possa perder por outros fatores, mas acho...”
 Eduardo Carriello, cientista político e professor da UFRGS

“Quando começaram as investigações sobre as ligações da empresa de Olívio Dutra com o jogo do bicho o PT teve a atitude, desde o início, de não investigar. Eu acho também, que a atitude do PT está sendo completamente equivocada e contraditória. De um lado diz que vai investigar tudo, de outro diz que dará apoio incondicional ao governador. Se as investigações demonstrarem ainda mais a vinculação de Diógenes com o governador, o PT nacional que estará comprometido, pois que Lula e todos líderes do partido, têm feito uma defesa incondicional do governador. O PT no Rio Grande do Sul se seguiu com os votos de um eleitorado médio, que acreditava na proposta ética do PT e apoiava na proposta social. Essa eleição do terço é a chance do PT porque a proposta ética está sendo desmentida pelo fato...”
 Denis Rosenfield, filósofo, professor da UFRGS

“Não podemos dizer que o partido está muito mais sério do que os episódios que estão sendo investigados. É possível ser sinceros vivendo no Rio Grande do Sul e provar a intransigência política-democrática de ambos os lados, a expressão de setores da oposição e do partido. A oposição, abstenção a qualquer nível de negociação pública porque ético e inclusivo. O PT é a prioridade. Não podemos ignorar o impacto negativo na imagem do PT. A gente não pode se enganar. Eu não sei se eu é um meio disso, qual vai ser as consequências disso. Eu acho que o futuro vai ser muito complicado. Quero poder falar acuradamente desmentido além disso se que estão acordando hoje porque todos têm sua parcela...”
 Benedito Tadeu César, cientista político professor da UFRGS

“O patrimônio ético do PT está ameaçado de uma maneira decisiva. O PT não é um partido constitucional, é um partido revolucionário, que resiste — aposta na luta armada e não aposta em governar. O governo para nós, é apenas uma forma de revolução por cima. Se o PT nacional não tomar uma posição independente e crítica em relação à delinquência que ocorreu o governo do Rio Grande do Sul, está legalizado...”
 José Antônio Guedes Soares, cientista político, professor da UFRGS e do IUPERJ

Anexo 3

Jornal - Zero Hora
Data -11/11/2001
Página - Capa

ANO 138 Nº 13.231

ZERO HORA

PORTO ALEGRE, DOMINGO, 11 DE NOVEMBRO DE 2001

RS R\$ 2,50

SC/PR R\$ 3,00

ENTRE O CÉU E O INFERNO

A um ano de sua melhor chance de chegar ao Planalto, o PT vive no Sul o mais difícil dilema ético de sua história

Páginas 4 e 10

Empresas gaúchas vão investir mais de R\$ 2 bi em 2002

Levantamento de ZH junto a 57 empresas instaladas no Estado revela que pelo menos R\$ 2 bilhões serão investidos no Rio Grande do Sul no próximo ano. Três das companhias consultadas projetaram a construção ou expansão de novas unidades, a diversificação de serviços ou o incremento na tecnologia. A injeção de capital vai gerar, no mínimo, 10 mil novas vagas no Estado. **Páginas 21 e 22**

Revista ZH Donna

Namoro na casa da sogra

Cresce o número de jovens que fazem da casa dos pais um ensaio para a vida a dois

Assassinos de índio condenados a 14 anos

Página 54

Como nasceu a ofensiva contra o jogo do bicho

Páginas 50 e 51

Virtudes e perigos da rota para Santa Catarina



Anexo 4

Jornal - Zero Hora
Data - 15/11/2001
Página - 4

**REPORTAGEM
ESPECIAL**

4 | PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 15/11/2001

ZERO HORA

Relatório propôs indiciamento do PT e de 41 pessoas, entre autoridades, delegados, bicheiros e simpatizantes do partido

CPI pede abertura de processo contra Olívio

POTI SILVEIRA CAMPOS

O relatório da CPI da Segurança Pública propôs ontem o indiciamento do governador Olívio Dutra, do PT e de outras 40 pessoas, entre autoridades, dirigentes e colaboradores do Clube de Seguros da Cidadania, delegados e acusados de contração. O filho do governador, Espártaco, também foi incluído na lista.

As conclusões do relator Vieira da Cunha (PDT), que sugeriu a abertura de um processo por crime de responsabilidade contra o governador, foram aprovadas na CPI por 10 votos a dois.

Sob o olhar abatido dos deputados petistas e expressões de vitória das bancadas de oposição, Vieira da Cunha leu as 106 páginas de seu trabalho durante cinco horas e 45 minutos, praticamente sem interrupção. No início, às 15h05min as pessoas presentes ao plenarinho da Assembleia Legislativa chegaram a supor que o parlamentar ficaria afônico antes de concluir a apresentação do texto. Mas a voz do relator estava firme às 19h45min, ao pronunciar as palavras mais graves da sessão:

— Ao agirem assim, o governador Olívio Dutra e seu substituto legal, o vice Miguel Rossetto, como os secretários chefe da Casa Civil, Flávio Koutzii, seu substituto, Gustavo de Mello, e o da Fazenda, Arno Augustin, praticaram crimes de res-

ponsabilidade.

No caso do governador, a remessa da denúncia à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) poderá representar a abertura de processo de impeachment. O relatório de Vieira sugere que Olívio cometeu improbidade administrativa. O ex-presidente estadual do partido Júlio Quadros e os dirigentes do Clube de Seguros da Cidadania, entidade que arrecadou doações para a legenda, foram acusados de formação de quadrilha ou bando.

Cinco delegados foram indiciados por corrupção

Em dezembro, o relatório deverá ser examinado pelos 55 deputados da Assembleia. O texto segue para o plenário da Casa como projeto de resolução. Caso seja aprovado, o relator recomenda sua entrega aos Ministérios Públicos Estadual e Federal. As informações referentes a eventuais irregularidades na campanha de 1998 serão repassadas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

A denúncia por crime eleitoral se deve aos supostos serviços prestados pela empresa Planalto e não declarados pelo PT na campanha de 1998. Segundo Vieira, Olívio incorreu em crime de abuso do poder econômico, por supostamente haver acertado com a empresa o apoio a sua campanha em troca de posterior favorecimento na exploração de serviços de transporte.

O enquadramento por improbidade administrativa deve-se à edição, no início de 2001, de um decreto regulamentando os caça-niqueis no

Estado. A medida, criticada pelo Ministério Público Federal, foi revogada em maio, depois de iniciados os trabalhos da CPI. O vice-governador e os secretários Arno Augustin e Flávio Koutzii foram enquadrados pela mesma acusação.

Vieira também pediu o indiciamento de policiais apontados pelo governo como envolvidos com a chamada banda podre da corporação. O ex-chefe de Polícia Luiz Fernando Tubino foi acusado de corrupção passiva.

Tubino é o interlocutor da conversa gravada com o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira. No diálogo, o dirigente recomenda ao delegado para não reprimir o jogo do bicho. Diógenes disse ao então chefe de Polícia que falava em nome de Olívio Dutra, mas depois garantiu ter dado um "carteirão".

A última das 48 sessões da CPI terminou em tumulto. Quando o presidente, Valdir Andres (PPB), colocou o relatório em votação, os deputados do PT protestaram. O líder da bancada, Ivar Pavan, registrou que votava contra o relatório e que o PT estava apresentando um documento paralelo.

Quando Andres anunciou o resultado e deu por encerrada a sessão, os petistas saíram em direção à mesa. Foram contidos pela segurança. O relator e o presidente deixaram o plenarinho escoltados pelos seguranças e pelos deputados oposicionistas, enquanto os petistas exibiam cartazes diante das câmeras com a palavra "golpe".



Maratona: Vieira da Cunha gastou mais de cinco horas para ler o relatório

Anexo 5

Jornal - Zero Hora
Data - 27/10/2001
Página - 8

8 | PORTO ALEGRE, SÁBADO, 27/10/2001

POLÍTICA

ZERO HORA

CPI DA SEGURANÇA Deputados já falam na possibilidade de abertura de um processo de impeachment contra o governador

Oposição espera pelo depoimento de Olívio

Deputados estaduais consideram que existe a possibilidade de abertura de processo de impeachment contra o governador Olívio Dutra.

Mário Bernd (PPS) comparou o chefe do Executivo gaúcho ao ex-presidente Fernando Collor e a seu ex-tesoureiro Paulo César Farias, o PC, e ao ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

— O Rio Grande do Sul está na iminência de ter comprovada a existência de uma rede de corrupção — disse Bernd, associando Olívio aos três personagens que estiveram envolvidos em escândalos políticos recentes.

— Estamos vivendo um momento que os gaúchos jamais imaginavam que ocorresse, o envolvimento do governador com a contratação — afirmou Elmar Schneider (PMDB).

A avaliação foi apresentada na noite de ontem, depois da apresentação da gravação em CD de uma conversa entre o ex-chefe de polícia Luiz Fernando Tubino e o presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira. Na gravação, Diógenes diz falar em nome do governador Olívio Dutra e sugere a Tubino que a Polícia Civil não reprima o jogo do bicho, com quem o PT teria "uma relação muito boa, muito estreita". Os dois parlamentares defende-



Opinião: Vieira (E), ao lado de Andres, diz estar convencido de que o Clube de Seguros é uma instituição de fachada

ram o comparecimento espontâneo de Olívio Dutra à CPI da Segurança Pública. Schneider é o relator da CPI. Vieira da Cunha (PDT), tinham dúvidas ontem à noite se o governador pode ser convocado para depor. No entendimento de Bernardo de Souza (PPS), "a CPI não pode convocar o governador porque há o princípio constitucional da independência entre os poderes".

— Toda CPI pode convocar qualquer autoridade, menos o gover-

nador do Estado.

Depois das denúncias apresentadas na sexta-feira, a CPI da Segurança Pública retoma a agenda na segunda-feira colhendo três depoimentos sobre a questão da segurança no Estado. O aumento dos índices de violência e os investimentos no setor serão os temas dos depoimentos do comandante-geral da Brigada Militar, coronel Gerson Nunes Pereira, o atual chefe de Polícia, delegado José Antonio Araújo, e o secretário-

substituto da Justiça e da Segurança, Lauro Magnago.

— A CPI continua tratando da questão da segurança pública, sem prejuízo das denúncias que chegam ao nosso conhecimento — ressaltou Vieira da Cunha.

A CPI volta a analisar as denúncias vinculadas ao jogo do bicho no dia 1º, quando serão ouvidos doadores do Clube da Cidadania que não estiveram na Assembleia Legislativa no dia 22. Entre eles estão dirigentes da Associação

Municipalista do Brasil (Ambras), que fez uma doação na ordem de R\$ 50 mil. Para o dia 9 foram convocados o secretário estadual da Fazenda, Arno Augustin, e o secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol.

CPI ouvirá Diógenes no próximo dia 5

Na avaliação de Vieira da Cunha, os depoimentos do presidente do Clube de Seguros da Cidadania, Diógenes de Oliveira, e do diretor de Seguros, Daniel Verçosa, marcados para o dia 5, são fundamentais para esclarecer as declarações do ex-chefe de Polícia Luiz Fernando Tubino, ontem e as dúvidas sobre o Clube de Seguros.

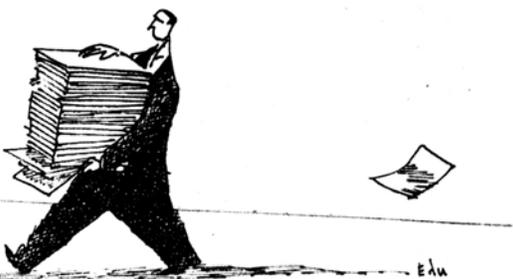
— Estamos convencidos de que é uma instituição de fachada, que foi criada com um único objetivo: receber doações e repassá-las ao PT, que delas é o único beneficiário direto ou indireto.

— Tivemos a comprovação de que as declarações do ex-tesoureiro do PT Jairo Carneiro dos Santos, negadas na CPI, tinham consistência. Tubino confirmou sua voz e que o encontro se deu na casa de Diógenes, a pedido dele. Diógenes levou um recado muito claro ao chefe de Polícia: para que a questão do jogo do bicho fosse vista numa ótica de abrandamento pelo governo — finalizou o deputado Valdir Andres (PPB), presidente da CPI.

Anexo 6

Jornal - Zero Hora
Data - 15/11/2001
Página - 16

Um relatório contundente



Com o indiciamento de mais de 40 pessoas, entre as quais o governador do Estado, seu vice, dois secretários, policiais e vários integrantes da administração estadual e do Partido dos Trabalhadores, o relatório da CPI da Segurança Pública deflagrou ontem a mais séria crise política no Rio Grande do Sul desde a redemocratização do país. Pela primeira vez neste período, um governador é indiciado por uma comissão da Assembleia Legislativa por improbidade administrativa e crime de responsabilidade, pressupostos para a instauração de um processo de impeachment.

O relatório do deputado Vieira da Cunha, que levou cinco horas para ser lido e apenas alguns minutos para ser aprovado, foi contundente e revelador, detalhando os 12 pontos sobre os quais se fundara a criação da CPI e estendendo-se especialmente em relação ao 13º, que tratava da corrupção na Polícia e de suas relações com a contravenção. A gravidade dos indiciamentos e o conflito político que se gera a partir deles concentram a atenção da sociedade, deixando em segundo plano o retrato pouco edificante que o relatório fez da segurança pública. Nos seis meses de trabalho sobre o tema, a comissão levantou dados e depoimentos que denunciam a falta de estruturas adequadas na polícia, as carências do Instituto Geral de Perícias, as deficiências na Brigada Militar e o desvio de suas funções, a precariedade das estatísticas e a insuficiência de investimentos em pessoal, em tecnologia e em equipamentos. Pelo relatório, essa falta de estrutura policial adequada é, junto com a si-

tuação social, a causa do aumento da criminalidade que tanto preocupa a população.

Diante das conclusões inesperadas desta CPI, que reacende o estopim do maniqueísmo político no Estado, é de se esperar que as demais instâncias legislativas, o Ministério Público e a Justiça consigam dissecar a longa peça acusatória de modo a filtrar o que realmente interessa para aperfeiçoar as instituições. As comissões parlamentares têm limitações — que são frequentemente denunciadas —, mas têm também virtudes que não podem ser negadas. Foi pelos caminhos de CPIs que o país passou a limpo algumas de suas deformações políticas e institucionais, como ocorreu especialmente nos casos das CPIs do PC Farias (que levou o presidente Fernando Collor ao impeachment), dos Anões do Orçamento (que eliminou um foco de corrupção no interior do próprio Congresso) e do Judiciário (que trouxe à luz um imenso escândalo administrativo).

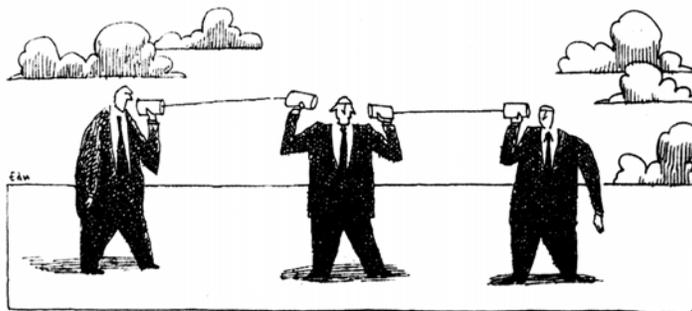
O relatório da CPI da Segurança Pública, com sua soma de informações sobre as instituições policiais e com a competência técnica e jurídica com que foi elaborado, representa um desafio para os gaúchos. Nem o governo deve tentar apenas desqualificá-lo, como se fosse o fruto de uma armação ou como se resultasse de manipulações eleitoreiras. Nem a oposição deve transformá-lo em bandeira política destinada unicamente a agredir quem está no poder. A opinião pública do Rio Grande, que esteve atenta ao desenvolvimento dos trabalhos e que na última semana pôde acompanhá-los ao vivo, tem condições de avaliar com serenidade e com isenção todos os fatos levantados, para julgar adequadamente os personagens da crise de modo que a verdade e a justiça prevaleçam.

*Nem o governo deve
tentar apenas
desqualificá-lo,
nem a oposição
deve transformá-lo
em bandeira política*

Anexo 7

Jornal - Zero Hora
Data - 27/10/2001
Página - 14

Mais do que suspeitas



Ainda que o governador Olívio Dutra mereça crédito por seu passado político e pela proclamada austeridade do seu governo, não basta dizer que não autorizou ninguém a falar em seu nome para convencer a opinião pública rio-grandense de que ele e as demais lideranças petistas do Estado desconheciam as ações do senhor Diógenes de Oliveira, que exerceu a função de arrecadador na campanha eleitoral do atual mandatário e preside hoje o Clube de Seguros da Cidadania, instituição umbilicalmente ligada ao Partido dos Trabalhadores estadual. Conforme gravação divulgada ontem na CPI da Segurança, o referido colaborador – alegando falar em nome do governador gaúcho – pediu que a contravenção não fosse reprimida pela polícia civil, sob a alegação de que “sempre tivemos uma relação muito boa, muito estreita, com esse pessoal do Carnaval e do jogo do bicho”. O diálogo foi inteiramente confirmado pelo chefe de Polícia da época, delegado Luiz Fernando Tubino, que prestou depoimento à comissão parlamentar.

A nova gravação coincide com suspeitas levantadas quando o ex-tesoureiro do PT Jairo Carneiro dos Santos afirmou para o Diário Gaúcho, em 17 de maio de 2001, que dinheiro do jogo do bicho havia sido utilizado na campanha do governador e também na aquisição da sede do partido, na Avenida Farrapos, em Porto Alegre. Essas denúncias, também gravadas e que posteriormente foram consideradas pelo denunciante como

mentiras contadas aos repórteres, assumem uma proporção muito maior agora, pois não é crível que dois homens tão próximos da cúpula petista estivessem agindo por conta própria. Além disso, é de se perguntar quando realmente o ex-tesoureiro mentiu – ou quantas vezes – e por que razão voltou atrás na denúncia agora ratificada.

Em face da gravidade desses fatos e por envolverem nominalmente personalidades conhecidas – como o governador Olívio Dutra, o prefeito Tarso Genro e secretários municipais e estaduais –, a CPI assume agora um desafio bem maior do que investigar irregularidades na área da Segurança Pública. Precisa – sem deixar que as injunções políticas se sobreponham aos reais interesses da sociedade gaúcha – esclarecer se existe mesmo uma relação mais do que suspeita entre o governo e uma atividade ilegal, muito próxima do crime organizado. E o senhor Diógenes de Oliveira, que atualmente se encontra em viagem à Europa, passa a ser peça-chave na investigação. Caberá a ele esclarecer por que disse reiteradas vezes na conversa com o policial que estava agindo em nome do governador.

Também é impositivo que o Partido dos Trabalhadores esclareça as dúvidas que se avolumam em relação ao Clube de Seguros da Cidadania, já que a cada dia mais doadores de recursos utilizados na compra do edifício-sede da entidade vêm afirmando que o dinheiro solicitado tinha outras finalidades. Tantas mentiras e tantas suspeitas comprometem a história de uma organização que sempre primou pela transparência e que tem a honestidade como principal bandeira.

Tantas mentiras e tantas suspeitas comprometem um partido que tem a honestidade como principal bandeira

Anexo 8

Jornal - Zero Hora
Data - 15/11/2001
Página - 8

Olívio define relatório como vilania política

Em uma declaração de quatro minutos, no Palácio Piratini, ontem à noite, o governador Olívio Dutra denunciou estar sendo atingido por "um processo de vilania política".

Acompanhado do vice-governador Miguel Rossetto, do chefe da Casa Civil, Flávio Koutzli, e de integrantes da bancada do PT, Olívio prometeu anunciar hoje a estratégia de reação e defesa do governo.

No pronunciamento, Olívio conclamou a opinião pública do Rio Grande do Sul e do Brasil a reagir ao que chamou de "golpe contra o governo democrático e popular".

A maioria dos funcionários acompanhou a leitura do relatório pelo rádio e pela televisão. Até as 17h30min, Olívio Dutra estava em Santo Ângelo, a 459 quilômetros de distância, inaugurando obras e participando da Feira Nacional do Milho (Fenamihlo). As 19h45min, quando o relator da CPI, Vieira da Cunha (PDT), propôs o enquadramento do governador por crime de responsabilidade e improbidade administrativa, o Piratini efervesceu.

No final da tarde, Olívio, secretários e assessores próximos se reuniram para definir a resposta e optaram pela reação em dois tempos: ontem à noite, a declaração no palácio e hoje uma entrevista coletiva para avaliar cada ponto do relatório.



Defesa: governador, acompanhado de líderes petistas, falou durante quatro minutos

O pronunciamento

"O governo eleito pelo voto popular da maioria do eleitorado gaúcho sente-se nesse momento atingido por um processo de vilania política consubstanciada numa maioria dentro de uma CPI que era para tratar da segurança pública e se tornou uma comissão político-ideológica contra o governo e contra um dos partidos políticos que governam com muito respeito e tenacidade o Rio Grande. Nenhum elemento fático, concreto, objetivo foi trazido por essa CPI com relação à segurança pública. É muito menos que justifique esses indiciamentos e a tentativa de golpismo sobre o governo democrático popular. O governo conclama a opinião pública, agora não só gaúcha mas a opinião pública democrática brasileira, contra esse processo.

Em nenhum momento o governo colocou qualquer impedimento para que a CPI realizasse o seu trabalho. Mas o que verificamos foi uma conjunção entre interesses contrariados da banda podre nas relações incestuosas desta com a contravenção e a criminalidade na área da segurança pública. Com alguns ressentimentos e quízzilas de integrantes da oposição chegarem ao ponto da total irracionalidade política. O governo do Rio Grande vai responder a altura toda essa vilania amanhã às 11h30min nesse local. Teremos uma coletiva com a imprensa para detalharmos a nossa ação, a nossa reação e a defesa do mandato popular democrático de um governo que está realizando mudanças sérias nesse Estado. E não vai ser a chantagem, não vai ser a vilania, não vai ser a ameaça, as suposições, as abdições, que haverão de nos impedir de continuar nesta tarefa de limpeza da banda podre da polícia, das suas relações incestuosas com a contravenção, do combate à contravenção e da apropriação pública do Estado como uma ferramenta nas mãos do nosso povo para executar políticas sociais e políticas de desenvolvimento e de inclusão afirmativas da cidadania e da democracia. Muito obrigado."

Bancada do PT apresenta relatório paralelo

CARLOS HENRIQUE NUNES
Agência RBS

A bancada do PT na Assembleia Legislativa antecipou ontem, em entrevista concedida em meio à leitura do relatório da CPI da Segurança Pública, o voto contrário ao documento.

Também foi apresentado pela bancada um relatório próprio com 106 páginas elaborado ao longo de seis meses de trabalhos da comissão.

No documento, os deputados Elvino Bohn Gass, Ivar Pavan e Ronaldo Zülke classificaram a CPI de "ópera bufa" (teatro exageradamente cômico). Os três parlamentares do governo afirmaram ainda que a CPI, "com suas duas identidades e duas caras, recolheu provas ilícitas, montou fraudes com setores da imprensa, mentiu e caluniou".

O relatório traz considerações sobre "os objetivos de desgastar o governo e a sua política de segurança pública" no capítulo Preliminares Políticas, Os Reais Motivos da CPI.

O presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, também é alvo do documento. No item Estranhas Vinculações, os deputados analisaram as ligações de Krischke e do juiz aposentado Luiz Francisco Barbosa com as empresas de jogos eletrônicos que ambos denunciavam estar ligadas à máfia internacional.

Em outra parte, denominada Preliminares Legais, o relatório paralelo dedica espaço "às tentativas frustradas de fraude", no qual descreve o episódio da fraude nas assinaturas que autorizavam a instalação da CPI, em abril.

O relatório trata também dos 13 itens inicialmente propostos para investigação parlamentar e trazem dados sobre os efetivos policiais, índices de criminalidade, "sucateamento" do Instituto-Geral de Perícias, corrupção policial, técnicas ilícitas de espionagem e des-



Crítica: Zülke e o documento

proporção entre ocorrências e inquéritos policiais.

Por fim, o documento traz considerações sobre desvios na investigação parlamentar, tratando casos do "jogo do bicho" e os deputados gaúchos", desvio de verba na compra de material de limpeza das escolas estaduais, a jogatina clandestina e a fita de Jairo Carneiro dos Santos.

Ao final do ato de apresentação dos documentos, Zülke e Pavan anunciaram ainda que o voto contrário ao relatório, subscrito por ambos, será encaminhado ao Ministério Público "para que sejam buscadas responsabilidades legais".

— Esta era, desde o início, uma CPI política, que respondeu aos objetivos de atacar o nosso governo e o nosso partido. Em seis meses, perseguiu o tempo todo manchetes que não se comprovaram — disse Zülke.

Bomba de fragmentação



Na condição de relator da CPI da Segurança Pública, o deputado Vieira da

Cunha fez o que os bombardeiros dos Estados Unidos fizeram no Afeganistão: terra arrasada. Foram tantos os indiciamentos que o Ministério Público levará anos para investigar. Mesmo que a maioria dos acusados acabe absolvida pela Justiça, por insuficiência de provas, como em geral ocorre com indiciados em CPIs, o efeito político é semelhante ao provocado pelas bombas de fragmentação.

Promotor de Justiça licenciado, Vieira construiu um relatório recheado de surpresas, a começar pela revelação dos apelidos que Diógenes de Oliveira usava em sua agenda para identificar os companheiros de partido. O indiciamento de delegados acusados de corrupção surpreendeu os governistas, que acusavam o relator de proteger o que chamam de banda podre da polícia.

Ao pedir a abertura de processo por crime de responsabilidade — o que significa sugerir o impeachment do governador —, Vieira da Cunha prescreveu um remédio que de tão amargo pode acabar transformando Olívio em vítima. Se a oposição quiser, exerce o seu poder de maioria esmagadora e aprova o impeachment. Antes, ouvirá a voz das ruas. Um influente líder da oposição avalia que é suicídio colocar o impeachment em votação se não houver clamor popular pelo afastamento do governador.

É surpreendente que Vieira da Cunha não tenha colocado em dívida os depoimentos de empresários que disseram ter doado para obras sociais o dinheiro usado para pagar o prédio cedido ao PT pelo Clube de Seguros da Cidadania. Obras sociais em 98? Contem outra. Difícil acreditar que alguém doaria dinheiro para obras de uma entidade desconhecida, criada para angariar seguros, ou para um governo que ainda nem tomara posse. Esses generosos doadores não se preocuparam em saber a que obras estavam ajudando, nem exigiram uma prestação de contas posterior.

Ainda não é possível medir as proporções do estrago na imagem do PT e os efeitos da crise na candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e no ânimo dos militantes. As feições contraídas dos líderes petistas, durante e depois da leitura do relatório, sugerem noites mal dormidas e preocupação com a campanha eleitoral que já começou.

Anexo 9

Jornal - Zero Hora
 Data - 15/11/2001
 Página - 10

O promotor

Vieira da Cunha mostra mazelas do PT, detona o Clube da Cidadania, indicia delegados e bicheiros, atinge o núcleo do governo e não leva ninguém de compadre

FOTOS RONALDO BERNARDOZIN



No relatório apresentado no encerramento da CPI da Segurança Pública, o deputado Vieira da Cunha, do PDT, não deixou pedra sobre pedra, não escapando nem mesmo o governador Olívio Dutra, indiciado por improbidade administrativa e acusado de crime de responsabilidade. Homem de esquerda, filho de um fundador do PT, Vieira

da Cunha atuou como promotor público na defesa da cidadania. Valeu sua condição de integrante do MP, a experiência como parlamentar e uma vida pública sem mácula. Foi fundo, não fez concessões, nem à direita nem à esquerda, a bicheiros e delegados, a funcionários de todos os escalões, seja filho de Brizola ou de Olívio. Ninguém antes dele ousou tanto.

PT vira vidraça

Na sessão de ontem da CPI da Segurança, os papéis estavam invertidos em relação a governos anteriores. Foi usada a mesma estratégia que sempre pautou as ações do PT na oposição, a ponto de surpreender Ronaldo Zülke e Elvino Bohn Gass, visivelmente perturbados. Os deputados governistas estavam chocados - acostumados ao papel de bodegoque - ao ver a vidraça estilhaçada.



MIRANTE

◆ O momento mais forte do relatório, firmado na gravação feita pelo Diário Gaúcho, está censurado pela Justiça. Isto é incrível.

◆ Depois da CPI, a campanha eleitoral se resumirá a duas fitas: a de Olívio, com promessas, e a do relatório de Vieira, com os indiciamentos.

◆ Mão Santa caiu por abuso de poder econômico.

◆ Vieira trabalhou com a lei 8.429, da Improbidade Administrativa. Por esta lei de 1992, não importa ter recebido propina. Basta que tenha atentado contra princípios da administração pública, como da imparcialidade e da legalidade.

◆ Para o impeachment, cabe à CCJ examinar a admissibilidade. No caso, uma lei de 1950, que Rui Barbosa definia como tigre de papel. Virou leão voraz.



ANTÔNIO ALVARES, DIVULGAÇÃO/24

Câmara exalta CPI

Uma moção de apoio à CPI da Segurança, apresentada pelo vereador João Dib, registra o "trabalho desenvolvido em defesa da ética, da cidadania, da transparência e da moralidade pública". Aprovada por 12 a 10, a moção provocou um grande debate, com 107 páginas de declarações de voto de petistas comandados por Estilac Xavier. O PT foi mais competente na Câmara do que na Assembléia.

Os vereadores acompanharam os indiciamentos durante a sessão da Câmara por um computador ligado no ClicRBS, com vídeo da TVCOM.

Tarso pede adiamento no registro de candidatos do PT

O prefeito Tarso Genro sugere nova data para registro das candidaturas a governador diante da polêmica provocada pela CPI da Segurança, que retirou o clima para a construção de um nome de consenso, na sua avaliação. O prefeito sugere adiamento de 1º de dezembro para o final de fevereiro, passado o Fórum Social Mundial.

- O partido deve estar profundamente unificado neste momento difícil, qualquer discussão em torno de candidatos leva à desunião - comenta.

Tarso recolhe uma "lição importante do episódio, sobre a necessidade de um sistema claro de normatização de nossas finanças".

- O episódio é negativo para o PT, mas tem um aspecto positivo, dependendo de como vamos coibir condutas irregulares, o que soma para a cultura política do partido. Deve haver uma reação firme, serena, a uma inquisição antipetista.

Tarso disse que é preciso deixar claro de que se trata de um caso excepcional, que não é da natureza do Partido dos Trabalhadores.

Oposição é bodegoque

Os deputados de oposição estavam em estado de graça, atentos à leitura de mais de quatro horas de Vieira da Cunha, um antigo parceiro do governo do PT, integrante de um partido que foi decisivo na eleição de Olívio. O papel de bodegoque é bem mais confortável. A sessão prenuncia uma campanha eleitoral movimentada, que pode virar briga de bugio.

